

CAMINHAR E SENTIR A RUÍNA
Reorganização da Encosta do Castelo de Alcobça

Fabiana Alexandra da Fonseca Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

(Mestrado Integrado)

Orientador: Prof.º Doutor Orlando Pedro Herculano Seixas de Azevedo

Covilhã, 12 de junho de 2023

Folha em Branco

Declaração de Integridade

Eu, Fabiana Alexandra da Fonseca Oliveira, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 39094 de Arquitetura da Faculdade de Engenharias, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o Código de Integridades da Universidade da Beira Interior.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã

Folha em Branco

”Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a fez tão importante”

Antoine de Saint-Exupéry

Folha em Branco

*“Quem passa por Alcobaça
Não passa sem lá voltar
Por mais que tente e que faça
É lembrança que não passa
Porque não pode passar*

*Não se esquece facilmente
Dos seus mercados a graça
E o seu mosteiro imponente
Recorda constantemente
É lembrança que não passa*

*Por mais que tente e que faça
Ninguém se pode esquecer
Das margens do rio Baça
Nem do Alcoa que passa
Por ser mais lindo de ver*

*Sua lembrança não passa
Porque não pode passar
Por mais que tente e que faça
Quem passa por Alcobaça
Tem que por força voltar”*

Maria de Lurdes Resende

Folha em Branco

RESUMO

O estudo desenvolve-se em torno dos conceitos de identidade. Aborda o tema arquitetónico da Identidade do Território, do Património Militar Português, a Memória e Paisagem na Arquitetura, numa reflexão de como estas se fundem. As propostas arquitetónicas estudadas, têm como propósito a criação de um imaginário que se integra nas tradições e vivências da cidade onde se insere, definindo-se também numa estratégia de aproximação da população a estes espaços de carácter Militar, no caso da nossa ação projetual, o Castelo de Alcobça. O projeto de Mestrado Integrado propõe uma intervenção na alcáçova de Alcobça, que procura encontrar e abordar novas possibilidades de utilização e intervenção no Património Arquitetónico Militar, que permitam a sua regeneração e valorização, tanto para a população e os agentes locais, como para os visitantes, adquirindo uma sustentabilidade que lhe permita perdurar no tempo. O Castelo de Alcobça, outrora vital para a defesa da povoação local e da comunidade de monges cistercienses, bem como ponto estratégico no processo de conquista, encontra-se hoje em ruínas. A razão pela escolha deste espaço, nasce da necessidade de uma intervenção ao nível da sua reabilitação, reconhecendo a possibilidade de proporcionar atualmente no Castelo de Alcobça, um programa ligado à cultura para que a população se refugie neste que é, um dos marcos da cidade, bem como explorar a sua história. Esta fortificação tem posição dominante a noroeste sobre a povoação, na margem esquerda do Rio Baça, das suas ruínas tem-se uma bela vista sobre a cidade, inclusive o Mosteiro de Alcobça, e campos envolventes. O projeto proposto apresenta um programa multiusos, pois engloba não só a criação de novos percursos, de modo a facilitar o acesso ao Castelo, bem como espaços de apoio aos visitantes, que inclui também espaços de exposição do espólio deste monumento, inclusive da cidade de Alcobça.

PALAVRAS - CHAVE

Alcobça; Atmosferas; Paisagem; Património

Folha em Branco

ABSTRACT

The study is developed around the concepts of identity. It approaches the architectural theme of Territory Identity, Portuguese Military Heritage, Memory and Landscape in Architecture, in a reflection of how they merge. The architectural proposals studied, have as purpose the creation of an imaginary that is integrated in the traditions and experiences of the city where it belongs, also defining a strategy to approach the population to these spaces of Military character, in the case of our project action, the Castle of Alcobaça. The Integrated Master project proposes an intervention in the Alcobaça citadel, which seeks to find and address new possibilities for use and intervention in the Military Architectural Heritage, allowing its regeneration and enhancement, both for the population and local agents, as for visitors, acquiring a sustainability that allows it to endure in time. Alcobaça Castle, once vital for the defense of the local population and the community of Cistercian monks, as well as a strategic point in the conquest process, is now in ruins. The reason for the choice of this space, arises from the need for an intervention at the level of its rehabilitation, recognizing the possibility of providing in the Castle of Alcobaça, a program linked to culture for the population to take refuge in this that is, one of the landmarks of the city, as well as explore its history. This fortification has a dominant northwest position over the town, on the left bank of the Baça River, from its ruins there is a beautiful view over the town, including the Alcobaça Monastery, and surrounding countryside. The proposed project presents a multipurpose program, as it encompasses not only the creation of new routes, to facilitate access to the Castle, but also visitor support spaces, which also include exhibition spaces of the estate of this monument, including the city of Alcobaça.

KEYWORDS

Alcobaça; Atmospheres; Landscapes; Patrimony

Folha em Branco

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
1.1. Justificação temática.....	1
1.2. Objetivos.....	1
1.3. Metodologia	2
1.4. Estrutura	2
2. Capítulo I - A Cidade de Alcobaça, Identidade do Território	5
2.1. Localização Geográfica no Território	9
2.2. Presença de obras de Arquitetura Militar na Região de Leiria	11
2.3. Alcobaça, uma História do passado	15
2.4. Arquitetura da cidade de Alcobaça.....	27
2.5. Processo de Planeamento de Alcobaça, 1889-1957	30
2.6. Projeto de Requalificação da Zona Envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça	51
2.7. Enquadramento Biofísico do Concelho de Alcobaça	54
3. Capítulo II – Património.....	56
3.1. O Património Arquitetónico Militar Português.....	58
4. Capítulo III – O Castelo de Alcobaça.....	68
4.1. Contexto Histórico	69
4.2. Breve Descrição do Castelo de Alcobaça.....	72
Cartografia, Desenhos e Plantas Antigas.....	74
4.3. Levantamento do Castelo de Alcobaça	80
5. Capítulo V - Memória, Paisagem e Arquitetura.....	85
5.1. Memória como Criação do Espaço	85
5.2. Paisagem - Procura de um Lugar Perdido	88
5.3. Paisagem e Atmosferas	91
6. Capítulo VI – Estudos de Casos	93
6.1. Projetos de Referência de Intervenções no Património Militar	94

6.2.	Família de Suporte Para a Minha Arquitetura	101
7.	Capítulo VI – Proposta Final de Mestrado	105
7.1.	O Sítio e o Lugar	105
7.2.	A Ruína.....	108
7.3.	Proposta	117
7.4.	Pormenores Construtivos	132
8.	Considerações Finais.....	139
9.	Bibliografia.....	142

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: REGISTO FOTOGRÁFICO DA FORÇA VETORIAL QUE RELACIONA O CASTELO E O MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. (OLIVEIRA).....	5
FIGURA 2: REGISTO FOTOGRÁFICO DA FORÇA VETORIAL QUE RELACIONA MOSTEIRO E CASTELO DE ALCOBAÇA. (OLIVEIRA)	7
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALCOBAÇA EM CONTEXTO NACIONAL.	9
FIGURA 4: PLANTA SÍNTESE DAS LIGAÇÕES FÍSICAS AO CONCELHO DE ALCOBAÇA.	10
FIGURA 5: PLANTA SÍNTESE DE OBRAS DE ARQUITETURA MILITAR NA ENVOLVENTE PRÓXIMA DO DISTRITO DE LEIRIA.	11
FIGURA 6: PLANTA SÍNTESE DA PROXIMIDADE DO SISTEMA HIDROGRÁFICO COSTEIRO, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:23. (GOOGLE EARTH, 2020)	12
FIGURA 7: VISTA AÉREA DA CIDADE DE ALCOBAÇA, CONSULTADA EM GOOGLE EARTH, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:28. (GOOGLE EARTH, 2020)	13
FIGURA 8: PLANTA SÍNTESE DA PROXIMIDADE DO RIO ALCOA E BAÇA, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:34. (GOOGLE EARTH, 2020)	14
FIGURA 9: ANTIGO POSTAL DA VISTA PARCIAL DE ALCOBAÇA. (ALCOBAÇA-VISTA GERAL)	15
FIGURA 10: CASTELO DE ALCOBAÇA GRAVURA FRANCESA. (J.TAYLOR, 1973)	16
FIGURA 11: GRAVURA DA PAISAGEM ENVOLVENTE DO MOSTEIRO. (J.TAYLOR, 1973)	17
FIGURA 12: DESENHO A, PENA DA ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA EXISTENTE NO MAPA TOPOGRÁFICO DE 1791 (CARLOS AMARANTE, 1791, P. 557)	19
FIGURA 13: GRAVURA DA PAISAGEM ENVOLVENTE DO MOSTEIRO (NOEL, XVIII, P. 557) .	20
FIGURA 14: LIMITES DO COUTO, TRÊS FASES PRINCIPAIS , ARQ. JOÃO FALCÃO DE CAMPOS E ARQ. GONÇALO BYRNE. (GONÇALVES, 1989).....	21
FIGURA 15: DISTRIBUIÇÃO DAS GRANJAS CISTERCIENSES, NOS COUTOS DE ALCOBAÇA, NO PERÍODO MEDIEVAL. (MOTA, 2010).....	23
FIGURA 16: CARTA DE DOAÇÃO DO REI D. AFONSO HENRIQUES A D. BERNARDO DE CLARAVAL. (MOTA, 2010).....	24
FIGURA 17: MOSAICO DOS CAMPOS AGRÍCOLAS ALCOBACENSES, ACEDIDO A 20/10/2022 ÀS 11:15. (GOOGLE EARTH, 2020).....	26
FIGURA 18: VISTA AÉREA DA CIDADE DE ALCOBAÇA. (GONÇALVES, 1989)	27
FIGURA 19: PLANTA SÍNTESE DOS ACESSOS RODOVIÁRIOS DA CIDADE DE ALCOBAÇA. ...	28
FIGURA 20: PLANTA SÍNTESE DOS ARRUAMENTOS E QUARTEIRÕES DA CIDADE DE ALCOBAÇA.....	29

FIGURA 21: PLANTA DA VILLA DE ALCOBAÇA, LEVANTADA PELO TENENTE DO EXÉRCITO ANTONIO CAZEMIRO FERREIR EM 1826. (FORTALEZAS.ORG, 1826).....	31
FIGURA 22: MAPA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALCOBAÇA, 1890-1914. (BARBOSA S. , 2016, P. 185).....	34
FIGURA 23: MAPA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALCOBAÇA, 1948-1956. (BARBOSA S. , 2016, P. 119)	35
FIGURA 24: VILA DE ALCOBAÇA, ARRANJO E EXTENSÃO-1951, PROPOSTA DE FARIA DA COSTA, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	36
FIGURA 25: PLANTA DO EXISTENTE - ESTADO DE CONSERVAÇÃO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	38
FIGURA 26: UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.....	39
FIGURA 27: PLANTA DO EXISTENTE - N° DE PISOS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	40
FIGURA 28: PLANTA DE TRABALHO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	41
FIGURA 29: EXTRATO DA PLANTA DE TRABALHO REDEFINIÇÃO DO TRAÇADO DAS RUAS EXISTENTES, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.....	42
FIGURA 30: PLANTA DE APRESENTAÇÃO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.....	44
FIGURA 31: PERFIS TIPO TRANSVERSAIS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.....	46
FIGURA 32: PLANTA DE ZONAS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	47
FIGURA 33: PLANTA DE APRESENTAÇÃO (COM ANOTAÇÕES) ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.	48
FIGURA 34: VISTA AÉREA DO ROSSIO ANTES DA INTERVENÇÃO. (REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA, 2006).....	51
FIGURA 35: VISTA AÉREA DO ROSSIO DEPOIS DA INTERVENÇÃO. (RIBAS, 2017)	52
FIGURA 36: EVOLUÇÃO DO ROSSIO DE ALCOBAÇA NO SÉCULO XX. (COELHO, 2015, P. 91) 53	
FIGURA 37: NEBELINA QUE SE INSTALA POR CIMA DA CIDADE. (LUÍS, 2022)	55
FIGURA 38: FASES DE FORMAÇÃO DE PORTUGAL. (BERNARDES, 2022)	59
FIGURA 39: CERCO DE LISBOA 1147, AS FORÇAS DE D. AFONSO HENRIQUES CONQUISTAM LISBOA AOS MOUROS. (GAMEIRO, 1917).....	64
FIGURA 40: VISTA AÉREA DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA, S.D.)	68
FIGURA 41: VISTA GERAL DE POENTE. (MATIAS, CASTELO DE ALCOBAÇA, 2003)	71

FIGURA 42: VISTA AÉREA DO CASTELO DE 1950. (ALCOA, 1991)	73
FIGURA 43: VISTA AÉREA DO CASTELO DE 2022, CONSULTADA EM GOOGLE EARTH.	73
FIGURA 44: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO SÉCULO XVIII. (COUTO, 1957)	74
FIGURA 45: "PLANTA DA VILLA DE ALCOBAÇA" - COPIADA POR ANTÓNIO CAZEMIRO TERREIRA, TENENTE DO EXÉRCITO EM ANO DE 1826. (FIGUEIREDO, 2001, P. 154)	75
FIGURA 46: CASTELO DE ALCOBAÇA-GRAVURA FRANCESA (DESENHO DE J.TAYLOR, 1826). (FIGUEIREDO, 2001, P. 154)	75
FIGURA 47: PLANTA DA VILA DE ALCOBAÇA, ANTES DO DESATERRO E RECONSTRUÇÃO. (ALCOA, 1991).....	76
FIGURA 48: PLANTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (MARTINS, 1956)	77
FIGURA 49: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (CASTELO DE ALCOBAÇA, 1966).....	78
FIGURA 50: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (CASTELO DE ALCOBAÇA, 1966).....	78
FIGURA 51: PLANTA DA VILA DE ALCOBAÇA, CASTELO. (ALCOA, 1991)	79
FIGURA 52: PLANTA SÍNTESE DA CONDIÇÃO ESTRUTURAL GERAL DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	80
FIGURA 53: PLANTA SÍNTESE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	81
FIGURA 54: PLANTA SÍNTESE DA RELAÇÃO DO CASTELO COM A ENVOLVENTE NÃO CONSTRUÍDA E COM A ENVOLVENTE URBANA.....	82
FIGURA 55: LEVANTAMENTO DOS ESPAÇOS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.	83
FIGURA 56: LEVANTAMENTO DAS ÁREAS E PERÍMETROS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.	84
FIGURA 57: RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	86
FIGURA 58: INTEGRAÇÃO DA ARQUITETURA NA PAISAGEM. CASA DA CASCATA, FRANK LLOYD WRIGHT. (FRACALOSSI, S.D.)	89
FIGURA 59: VISÃO SERIAL DE GORDON CULLEN. (CULLEN, 2009, P. 19).....	92
FIGURA 60: INTERVENÇÃO NA COLINA DO CASTELO DE POMBAL. (DELAQUA, S.D.).....	94
FIGURA 61: INTERVENÇÃO ARQUITETÓNICA NO CASTELO DE POMBAL, ALÇADO NOROESTE, ALÇADO NORDESTE E PLANTA GERAL. (PEREIRA, 2019)	95
FIGURA 62: INTERVENÇÃO NA ENVOLVENTE DO CASTELO DE CASTELO NOVO, ALÇADO NORDESTE E CORTE TRANSVERSAL. (GUERRA, 2008)	96
FIGURA 63: INTERVENÇÃO NO CASTELO DE CALA EM ESPANHA, CROQUI. (GRANADA, 2013)	97
FIGURA 64: CORTE DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA PRAÇA NOVA DO CASTELO DE S.JORGE. (HELM, 2012)	98

FIGURA 65: PLANTA GERAL DA INTERVENÇÃO NO CASTELO DE TRANCOSO. (MALAGAMBA, S.D.).....	99
FIGURA 66: PLANTA GERAL DO RESTAURO DA TORRE EM HUERCAL-OVERA. (ALDA, 2013)	100
FIGURA 67: GRAVURA DE UM IMAGINÁRIO PRÓXIMO DO CASTELO DE ALCOBAÇA, 2023	105
FIGURA 68: DESENHO DO SÍTIO DESCRITO EM FACTOS: RUÍNA, VEGETAÇÃO, ENVOLVENTE URBANA E ENCOSTA.	106
FIGURA 69: SILHUETA DA RELAÇÃO SÍTIO COM LUGAR.....	107
FIGURA 70: ESQUIÇO DOS LIMITES DO SÍTIO.....	107
FIGURA 71: COLLAGE QUE RETRATA A ATUAL UTILIZAÇÃO DO CASTELO DE ALCOBAÇA.	108
FIGURA 72: REGISTO FOTOGRÁFICO DAS CARATERÍSTICAS DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	109
FIGURA 73: REGISTO FOTOGRÁFICO DAS CARATERÍSTICAS DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	110
FIGURA 74: REGISTO FOTOGRÁFICO QUE RETRATA O ANTES E DEPOIS, DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO.....	115
FIGURA 75: REGISTO FOTOGRÁFICO QUE RETRATA O ANTES E DEPOIS DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO.....	116
FIGURA 76: ROTA QUE UNE OS PRINCIPAIS PONTOS DA HISTÓRIA DE ALCOBAÇA.	117
FIGURA 77: AMBIENTES PRETENDIDOS DA PROPOSTA.....	125
FIGURA 78: AMBIENTE DESEJADO DURANTE O PERCURSO ATÉ AO CASTELO DE ALCOBAÇA.	126
FIGURA 79: ATMOSFERA E AMBIENTE DESEJADOS DURANTE O PERCURSO NA ENCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	127
FIGURA 80: ATMOSFERA DESEJADA DURANTE O PERCURSO NA ENCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA/VEGETAÇÃO E MATERIALIDADE.	128
FIGURA 81: AMBIENTE E ATMOSFERA DESEJADA PARA O ESPAÇO DE PAUSA, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA, MATERIALIDADE E VEGETAÇÃO.	129
FIGURA 82: AMBIENTE E ATMOSFERA DESEJADA PARA O PERCURSO NA ESCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA.....	129
FIGURA 83: ATMOSFERAS E AMBIENTE DESEJADOS NO ESPAÇO MULTIUSOS, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA, MATERIALIDADE E PAISAGEM.	131

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICAÇÃO TEMÁTICA

A identidade portuguesa manifesta-se consistentemente num leque extensivo de obras arquitetónicas de carácter militar, presentes por todo o território nacional que destacam e caracterizam as nossas paisagens urbanas e rurais, alimentando o nosso imaginário com a sua forte carga simbólica, associada não só a momentos importantes da história nacional como também a várias lendas – *património arquitetónico militar português*. Considera-se este um património, alimentado de vivências e memórias das diferentes comunidades locais, o que provoca um colossal interesse por parte de toda a população em interagir com estas obras.

Nas últimas décadas, o Castelo de Alcobaça e os seus arredores foram condenados à reclusão no centro da cidade, para o cidadão comum, o Castelo era somente um pano de fundo para o cotidiano, uma mera referência de identidade que ressoa como a história da cidade mais que como uma experiência real da mesma. A “Rua do Castelo”, que define os limites norte e noroeste, atualmente não lhe é dado o seu devido valor, acabando por ser desvalorizada, mantendo um carácter comum.

A presente dissertação propõe fomentar a ideia de uso desta área histórica, tanto por residentes como por turistas.

1.2. OBJETIVOS

A dissertação propõe a definição de uma estratégia de recuperação e valorização do Património Arquitetónico Militar Português, no Castelo de Alcobaça, morfologicamente inserido na cidade de Alcobaça. Elaborando uma proposta de um projeto para um lugar que apresenta potencialidades no bem-estar. Propõe-se uma Reorganização da Encosta do Castelo de Alcobaça que estabeleça uma relação entre a identidade territorial e novos modelos de arquitetura, de modo a proporcionar experiências singulares e coletivas.

A arquitetura que resulta desta reflexão ambiciona retratar um espaço de contemplação para o território, visto que se encontra num ponto de cota dominante na paisagem, bem como figurar um espaço de tranquilidade. Assim, a temática fundamental a ser desenvolvida nesta investigação assenta na questão: De que modo a definição de um percurso, conduz à arquitetura destes espaços de identidade e de bem-estar?

1.3. METODOLOGIA

Na dissertação, será adotada uma metodologia de estudo de casos, o que envolve a recolha de informação de vários elementos para a elaboração da componente teórica, fontes gráficas de projeto e levantamentos arquitetónicos.

A pesquisa bibliográfica assente em temas como, a identidade do território, a Fortificação e o Castelo de Alcobaça e por fim, o sistema urbano e de paisagem inscritos na praxis da arquitetura. É também fundamental a visita a espaços desta natureza, categoria ou similares, e assim proceder ao levantamento vivencial para o desenvolvimento da investigação, entre eles, a distribuição de espaços, ambientes interiores e exteriores, com o intuito de revitalizar o território em estudo.

Assim, esta recolha não só possibilitou delinear um quadro teórico conceptual relativo ao processo de trabalho, como também, a definição das várias palavras-chave. Numa fase posterior, foi possível observar ideias relativamente à interligação da investigação do local com as palavras-chave, o que suscitou ideologias que vieram a compor a proposta deste trabalho. No decorrer destas convicções, sentiu-se a necessidade de as apoiar em Estudos de Caso, nomeadamente projetos, que confirmassem e corroborassem as decisões e ideias que foram surgindo ao longo de todo o processo.

Por fim será desenvolvida uma análise relacionada com o primeiro contato com o local, de onde nasce uma variedade de análises: territorial, viária, populacional, mapas de uso, preocupações e problemáticas da população e tantas outras que proporcionam a recolha de informação em relação ao território a estudar.

1.4. ESTRUTURA

A dissertação está organizada em duas partes, uma primeira de cariz teórico, que suporta a segunda, onde é apresentado a proposta de intervenção, parte prática. As duas componentes foram desenvolvidas em paralelo de modo a aplicar estes conhecimentos na proposta de Reorganização da Encosta do Castelo, de modo a compreender o processo de desenvolvimento desta componente prática.

A primeira parte é dedicada à reflexão teórica relativa à Identidade Territorial da Cidade de Alcobaça, e como esta se desenvolve relativamente à sua expansão urbana. O segundo capítulo desenvolve o tema do Património Arquitetónico Militar Português, pelo que é fulcral perceber e refletir sobre a linha cronológica deste tema em Portugal. Posteriormente é desenvolvido um capítulo capaz de caracterizar o principal elemento de estudo, o Castelo de Alcobaça, sendo realizada uma análise

detalhada deste património. A segunda parte é dedicada à componente empírica deste estudo, com a proposta de um projeto de arquitetura com uma resposta de definição de um itinerário. Esta começa com o desenvolvimento do estudo do espaço de intervenção, fazendo um enquadramento histórico sobre o mesmo, percebendo assim os seus pontos fortes, bem como os fracos, para resultar numa harmonia no projeto final.

Por fim, foi importante perceber como são trabalhados todos os elementos que contribuem para o bom funcionamento deste tipo de sistemas urbanos/paisagem, sendo por isso, necessário abordarem-se os vários tipos de programas funcionais para estes espaços.

Folha em Branco

2. CAPÍTULO I - A CIDADE DE ALCOBAÇA, IDENTIDADE DO TERRITÓRIO



FIGURA 1: REGISTO FOTOGRÁFICO DA FORÇA VETORIAL QUE RELACIONA O CASTELO E O MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. (OLIVEIRA)

“Permanece em mim uma profunda angústia, desta que foi, é, e continuará a ser a minha terra, a minha gente, a minha história.

Desde o primeiro ciclo que as inúmeras visitas de estudo, ao nosso grandioso Mosteiro de Alcobaça existiram, fazendo delas o único elemento crucial da nossa identidade, enquanto Alcobacenses. Todos os anos, entrávamos pela grandiosíssima porta de arcos de ogivas, e por lá passávamos a nossa manhã, dentro daquelas gigantes paredes, frias e desconfortáveis. Entretanto, depois de escutar sempre as mesmas explicações, permaneceu sempre em mim, a incerteza, a interrogação, a infelicidade. Após a saída, o primeiro contacto visual que temos, é sempre as ruínas do nosso Castelo de Alcobaça, no topo da cidade, esquecido e abandonado. Por que razão não existe visitas ao Castelo? Porquê é que não existe interesse por aquele monumento? Porque deixaram este monumento ao abandono? Vamos esquecer as origens da nossa terra? Como é possível voltar a dar dignidade a este monumento? Como homenageá-lo? Como mostrar os seus louvores de modo emocional e dinâmica?”

Hoje cresci, e permaneceu sempre em mim a tristeza do que é ter noção da importância de manter a dignidade deste território, do que é elevar uma voz que diga: Vamos tentar! Vamos cultivar nas nossas gerações o interesse por este património esquecido!

Deverá existir um olhar atento perante este abandono patrimonial, por isso, hoje, e depois desta investigação, espero que possamos ver o nosso Castelo de Alcobaça com outros olhos. Olhos atentos e capazes de amar esta que é a nossa terra de paixão, repleta de história e mistério”

Fabiana Alexandra da Fonseca Oliveira



FIGURA 2: REGISTO FOTOGRÁFICO DA FORÇA VETORIAL QUE RELACIONA MOSTEIRO E CASTELO DE ALCOBAÇA. (OLIVEIRA)

“Em termos de identidade, nada é simples. Vamos abandonar o nosso território? Vamos esquecer a terra? É nela que nos apoiamos, dela que nos alimentamos, ela que condiciona as nossas comunicações físicas. Nela moraram os nossos antepassados. Marcados pelo território, transmitiram-nos as estruturas sociais com que nos organizamos, as técnicas agrícolas que em parte a dominam, e tudo o mais que foi moldando o nosso território até hoje. Território é o elemento permanente da identidade. (...) Por outro lado, há uma história nacional que só se compreende devidamente quando se tem presente a diversidade de comportamentos próprios das regiões, e a influência que estes tiveram nas alterações do rumo do país”.

José Mattoso, Suzanne Deveau, Duarte Belo, 2010

A arquitetura tem sempre profundas ligações com a formação das identidades, assim, num elo com a memória, a identidade cultural dá sentido ao território, a vivência e a experiência produzem um sentido do lugar. Nesta compreensão, é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e, sim, pela multiplicidade de perceções. Considerando o lugar como portador de sentidos e significados que lhe são atribuídos de acordo com determinadas vivências e experiências ou, ainda, a partir de discursos instituídos, pode-se considerá-lo ora como lugar, ora como território.

Perante todas as premissas, por vezes, a ideia de lugar é efêmera, representando, para muitos, o contraponto da globalização, mas, nessa mesma dinâmica, paradoxalmente, a ideia de lugar afirma-se com mais ênfase, configurando na memória coletiva uma identidade territorial que não se quer perder. Neste fluxo de sentidos, pode afirmar-se que, a geografia do lugar é, portanto, uma geografia em movimento.

2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO TERRITÓRIO

Alcobaça é um território extenso, diversificado e multifacetado, situado entre a serra e o oceano, constituída por campos de cultivo, montados de macieiras, pereiras e vinhas. A famosa herança culinária da Ordem de Cister, os doces conventuais, representam os traços gerais da cidade alcobacense. A Cidade, onde os rios Alcoa e Baça se unem, é sem dúvida, um dos mais belos recantos de Portugal, onde a história, a paisagem, o lazer, o património e o amor compõe a sua identidade.



FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALCOBAÇA EM CONTEXTO NACIONAL.

O concelho de Alcobça é circunscrito por dois núcleos naturais: pela linha da Serra dos Candeeiros, a Este, e estende-se até à costa do Oceano Atlântico, ocupando uma área de 406,9 Km².

Relativamente às ligações físicas, Alcobça representa um local de grande interesse seja pela sua paisagem natural como pela proximidade de acessos:

- Dista 121 Km da capital portuguesa – Lisboa;
- Dista 15,8 Km da vila das ondas gigantes – Nazaré;
- Dista 19,9 Km da vila da Concha – São Martinho do Porto;
- Dista 31,9 Km da sede do distrito – Leiria;
- Dista 43,2 Km do local de peregrinação católica – Fátima;

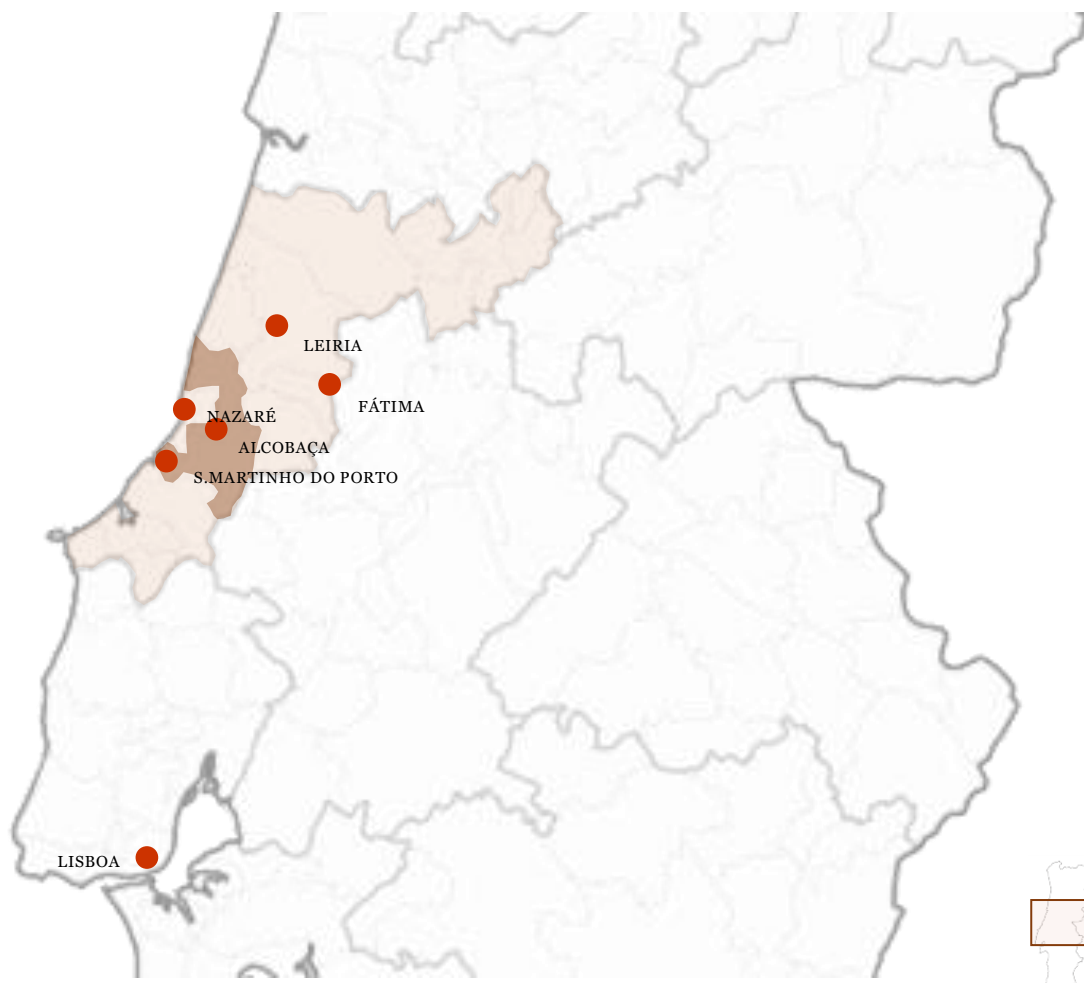


FIGURA 4: PLANTA SÍNTESE DAS LIGAÇÕES FÍSICAS AO CONCELHO DE ALCOBAÇA.

2.2. PRESENÇA DE OBRAS DE ARQUITETURA MILITAR NA REGIÃO DE LEIRIA

1. Castelo de Alcobaça;
2. Castelo de Porto de Mós;
3. Castelo de Leiria;
4. Castelo de Pombal;
5. Forte de São Miguel Nazaré;
6. Castelo de Alfeizerão;
7. Castelo e Fortaleza de Óbidos;
8. Forte de Paimogo Lourinhã;
9. Castelo de Atouguia da Baleia;
10. Forte da Praia da Consolação;
11. Fortaleza de Peniche;
12. Forte de São João Baptista.

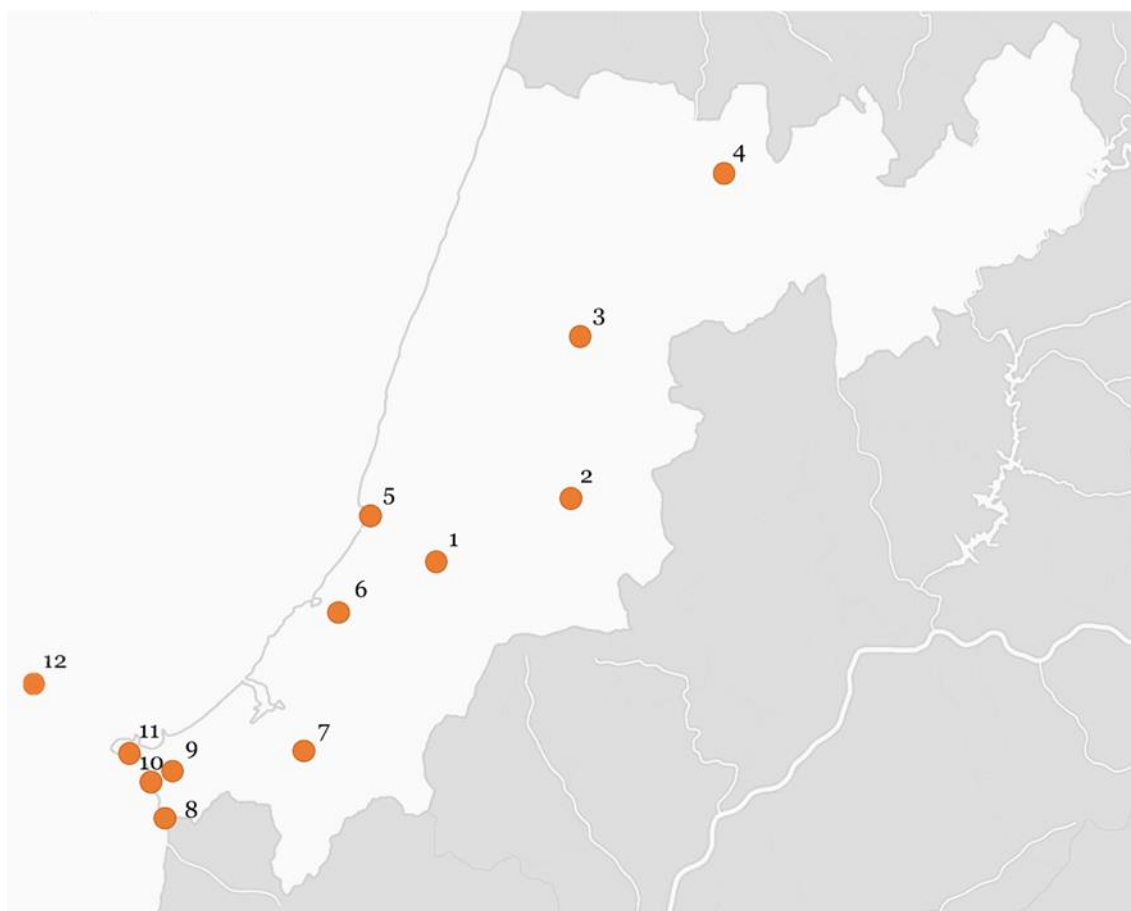


FIGURA 5: PLANTA SÍNTESE DE OBRAS DE ARQUITETURA MILITAR NA ENVOLVENTE PRÓXIMA DO DISTRITO DE LEIRIA.



FIGURA 6: PLANTA SÍNTESE DA PROXIMIDADE DO SISTEMA HIDROGRÁFICO COSTEIRO, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:23. (GOOGLE EARTH, 2020)



FIGURA 7: VISTA AÉREA DA CIDADE DE ALCOBAÇA, CONSULTADA EM GOOGLE EARTH, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:28. (GOOGLE EARTH, 2020)



FIGURA 8: PLANTA SÍNTESE DA PROXIMIDADE DO RIO ALCOA E BAÇA, ACEDIDO A 10/10/2022 ÀS 10:34. (GOOGLE EARTH, 2020)

2.3. ALCOBAÇA, UMA HISTÓRIA DO PASSADO



FIGURA 9: ANTIGO POSTAL DA VISTA PARCIAL DE ALCOBAÇA. (ALCOBAÇA-VISTA GERAL)

Além do papel importantíssimo que o Castelo de Alcobça prestou na defesa desta região contra as investidas dos sarracenos, este antiquíssimo castelo foi uma grande fortaleza que se destinou não só ao abrigo seguro de moradores dos lugares circunvizinhos, como também de proteção aos frades do Mosteiro de Alcobça.

A grande fortaleza, em colaboração com os castelos de Leiria, Pombal e Óbidos formaram uma linha avançada da defesa de Lisboa, à época da Reconquista cristã da Península Ibérica. A Alcáçova de Alcobça, no que diz respeito às suas origens históricas, representa para vários autores, uma enorme incógnita, visto que não existe uma data precisa do ano da sua fundação. Segundo estes, é afirmado que a sua construção remonta aos tempos do domínio árabe, que o terão edificado em posição dominante sobre a vila “(...) dando-lhe o nome de *Alcácer-bem-el-Abbaci*, que era o de uma porta da cidade de Marrocos.” (Larcher, 1933)

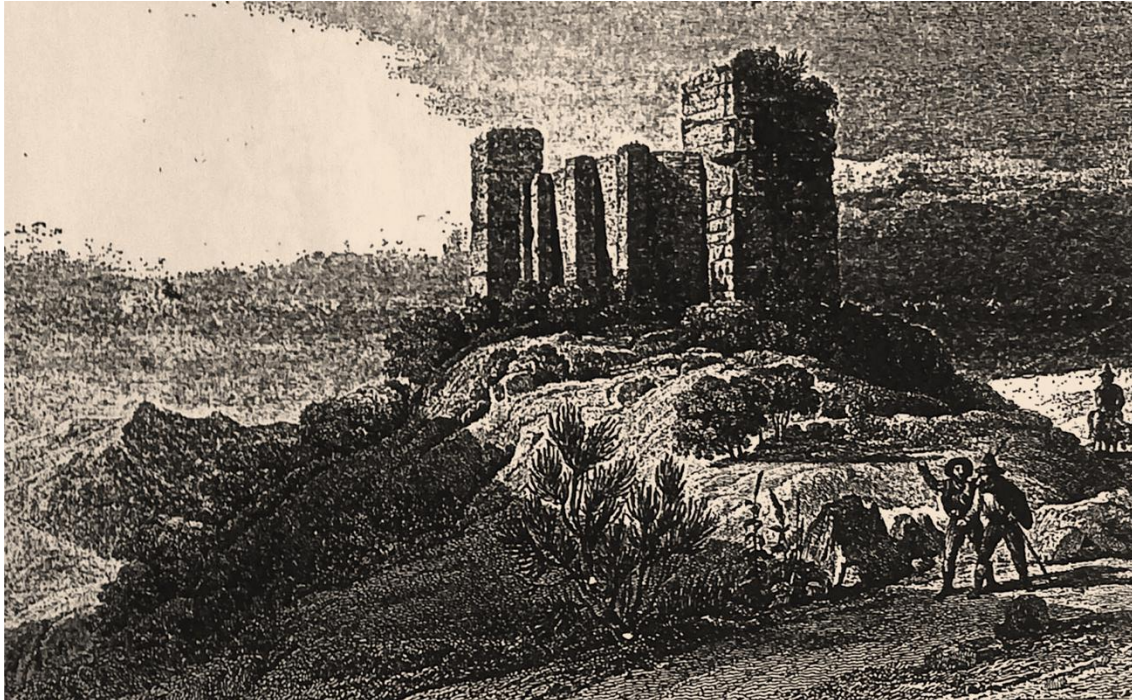


FIGURA 10: CASTELO DE ALCOBAÇA GRAVURA FRANCESA. (J.TAYLOR, 1973)

Porém, segundo outras opiniões, as ruínas do castelo, terão sido edificadas potencialmente antes da apropriação árabe, sendo que o ocuparam, atestando uma constituição de uma povoação de demorada soberania muçulmana naquela área. Segundo (Natividade V. M., 1960, p. 25): “*Em Alcobaça, embora faltem documentos etno e iconográficos da permanência árabe, abundam notas toponímicas de etimologia evidente: Alcobaça, Alfeizerão, Alvorninha, Aljubarrota, Alpedriz, etc*”.

Estes lugares indicam-nos, à semelhança das ruínas do castelo, que, antes dos monges se fixarem por aqueles territórios, o local de Alcobaça já estaria habitado, muito embora persistam dúvidas sobre a sua relevância, dada a carência de documentos que o possam comprovar. Estes elementos levam-nos a acreditar, que o povoamento da área teria sido efetuado pré-reconquista. Já no século XIII, segundo consta, estes aglomerados terão sido abandonados com as investidas cristãs, o primitivo nome de um lugar com alguma importância poderá ter ficado na memória dos homens para a posteridade. (Larcher, 1933)

(Natividade V. M., 1960) afirma que o território já se encontraria ocupado, visto que: “*Averiguado pois que o Castello d’Alcobaça é obra dos mouros (...)*”. Se quisermos considerar outra teoria e assim, recuar mais no tempo, segundo as palavras de (Guedes, 1889, p. 50) “*Grande numero de antiguidades romanas, taes como lapides e medalhas, descobertas naqueles sítios, atestam a permanencia ali até dos povos romanos*”. Além disso “*Algumas geografias antigas mencionam uma cidade romana entre Collipo (Leiria) e Eburobrici (Alfeizerão) e dão-lhe o nome de Helcobatiae*”. (Natividade V. M., 1960, p. 8)

O passado de Alcobaça funde-se com a história da conquista e consolidação do Reino de Portugal. Após a conquista do território de Santarém aos mouros e no cumprimento de uma promessa, D. Afonso Henriques doa a 8 de abril de 1153 as terras de Alcobaça a S. Bernardo, abade fundador do mosteiro cisterciense de Claraval, através de uma Carta de Couto, o vasto território, a figura máxima de uma ordem religiosa que emergia na Europa, a Ordem de Cister. Os cistercienses instalaram-se no território que hoje se associa à cidade de Alcobaça, com base nos princípios do respeito pelas leis da natureza, onde habitaram durante sete séculos, sendo que, o crescimento urbano só ocorreu depois da extinção das ordens monásticas a 1834. Antes desta data, os terrenos envolventes faziam parte da cerca do mosteiro, onde era marcante a presença de pequenos bosques e campos de cultivo, principalmente de verduras e plantas medicinais. (Natividade V. M., 1960, p. 9)



FIGURA 11: GRAVURA DA PAISAGEM ENVOLVENTE DO MOSTEIRO. (J.TAYLOR, 1973)

A doação do monarca ajuda a fixação definitiva desta ordem poderosa, neste novo reino sendo a implantação do Mosteiro um ponto estratégico, de imediato, porque é abundante em água, sendo esta tão crucial para a sobrevivência de uma comunidade monástica, mas também fundamental para irrigar os campos e hortas que se irão desenvolver em torno do Mosteiro, aqui, onde se juntam os dois cursos de água Alcoa e Baça, dessa junção resulta o topónimo Alcobaça. Mas este, é também um local estratégico para D.Afonso Henriques pelo facto do Mosteiro se encontrar numa área de fronteira, o efeito é a reconquista que está a vencer muito rápido. Apenas cinco anos antes, D.Afonso Henriques havia tomado Lisboa, é um vasto território este que se estende agora, deste Coimbra até ao Tejo, um território muito despovoado que importa ocupar e defender. Neste contexto as ordens religiosas podem ter um papel bastante ativo e daí o desafio para a ordem de Cister aqui se instalar. Certo é, que muito pouco tempo depois sabe-se que os monges estão já em Alcobaça com efeito em 1157, com documentos emanados por D.Afonso Henriques libertando, os monges e os produtos que produziam e circulavam no país de uma série de impostos e portagens. Em 1157 a produção agrícola do mosteiro de alcobaça chegava já aos mercados de Lisboa. (Tomé, 2016)

A Ordem de Cister terá sido escolhida, pela vontade de D.Afonso Henriques de doar este vasto território a uma ordem que era totalmente nova em Portugal, ainda por cima uma ordem que não era religiosa militar, isto é, ao contrário do que acontecia com os hospitalários ou com os templários, D.Afonso Henriques não poderia contar com monges cavaleiros que participassem nos exércitos no processo da reconquista.

Existe várias explicações para esta preferência pela Ordem de Cister, desde logo não nos podemos esquecer que S.Bernardo, a quem D.Afonso Henriques atribui a carta de couto, a doação deste território, tinha laços familiares com o rei, era primo de Henrique, pai de D.Afonso Henriques. Por outro lado a Ordem de Cister era uma ordem que tinha alguma influência, e de muito agrado, da Cúria Romana e D.Afonso Henriques sabe que em última análise o reconhecimento da dependência deste novo reino dependeria sempre do Papa, e por isso chamar para o novo reino de Portugal a Ordem de Cister, é também uma forma de agradar ao Papa, a Roma, que ainda por cima estava deveras empenhada numa certa centralização dos rituais. A ordem de Cister terá um papel importante em Portugal no combate a alguns ritos regionais, contudo existe outro motivo importante para D.Afonso Henriques, que tem a ver com a necessidade de povoar este vasto território, e a Ordem de Cister com uma forte ligação entre a oração e o trabalho de responder a essa necessidade. (Tomé, 2016)

A Ordem Cister era conhecida pelo seu grande apego à prática agrícola, chamados os lavradores, pessoas que utilizavam novas técnicas na prática agrícola, o que se irá refletir nos 44 mil hectares existentes. Os monges de Cister irão desbravar florestas para criar grandes quintas, que fazia parte desta estratégia de D.Afonso Henriques de povoar claramente este território. Como já referido anteriormente, a fixação dos monges de Cister em Alcobaça que se realiza de imediato após a carta de couto atribuída a São Bernardo, é até provável que já antes tivessem passado por Alcobaça para conhecer a região, e escolher o local para implantar o mosteiro. Sabe-se também que inicialmente desenvolveram uma estrutura conventual provisória, uma vez que a atual abadia, tem a sua construção marcada apenas 25 anos depois, por volta de 1178, um projeto para a época que seria verdadeiramente impressionante, ambicioso e monumental. (Tomé, 2016)

Mesmo depois da saída dos cistercienses, o Mosteiro continuou a influenciar a transformação da paisagem envolvente, na medida em que a sua imagem manteve relações próximas com a comunidade, mas não impediu a modificação dos espaços mais próximos ao Mosteiro: as atuais praças 25 de abril (o Rossio), D. Afonso Henriques e a da República, mas também na relação com o núcleo urbano. Inicialmente, o núcleo urbano nasce da relação da abadia com a envolvente, e vice-versa, constituído por edifícios baixos, em que o elo estruturador começa na rua medieval. O cardeal D. Afonso, durante os séculos XVI E XVII, decide alterar os limites da cerca, passando esta a ter como fronteira a fachada principal o Mosteiro, expandindo-se para nascente e retraíndo-se para poente. Esta mudança permite o crescimento urbano, definindo duas áreas distintas: a vila e a área do Mosteiro. (Tomé, 2016)



FIGURA 12: DESENHO A, PENA DA ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA EXISTENTE NO MAPA TOPOGRÁFICO DE 1791 (CARLOS AMARANTE, 1791, P. 557)

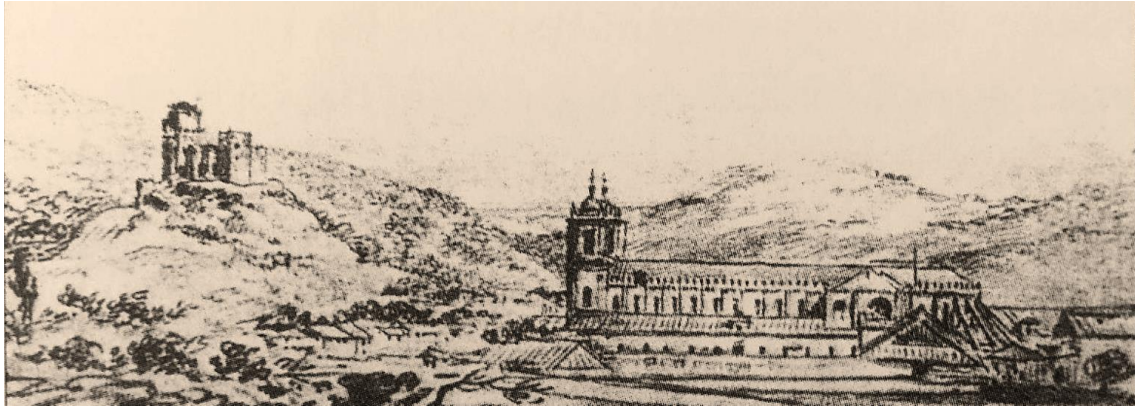


FIGURA 13: GRAVURA DA PAISAGEM ENVOLVENTE DO MOSTEIRO (NOEL, XVIII, P. 557)

Na Figura 13, é incrível observar a escala monumental que este instala no Mosteiro, em relação à paisagem envolvente e ao urbano de pequena dimensão. A identidade rural também aqui ilustrada, demonstra o isolamento do lugar onde se insere a vila e o Mosteiro, completamente integrados nas linhas do vale ao longo dos rios Alcoa e Baça, sendo estas, linhas estruturantes para a fixação do aglomerado urbano que se desenvolve ao longo do tempo. O castelo mouro situado numa posição mais elevada, é destacado, através da sua posição imponente em relação ao Mosteiro, constitui um elemento importante de demarcação territorial. (Noel, XVIII, p. 558)

Após o recuo da cerca, o espaço exterior mais próximo do Mosteiro, o Terreiro, torna-se um espaço livre entre o edifício monástico e a vila. Na Figura 12, é possível identificar o espaço aberto, mas também no muro da cerca que se sobreleva em relação à lateral do edifício numa tentativa de separação dos espaços, sendo que ao lado deste muro, irá futuramente nascer a Praça D. Afonso Henriques. (Noel, XVIII, p. 9)

O Couto de Alcobaça

Couto diz respeito a um território demarcado, propriedade de particulares, nobres ou eclesiásticas, que beneficiava de regalias judiciais concedidas por uma autorização régia a qualquer donatário ou senhorio. Estas terras, eram muitas vezes beneficiárias de uma jurisdição particular, uma vez que a ordem judicial real era vedada, ou não era inteiramente executada. (Natividade V. M., 1960, p. 61)

Os monges cistercienses tinham sempre em vista uma política expansionista do Couto, de modo que, desde a primeira doação, foram acrescentadas terras, ou por compra ou por doações régias. Os limites territoriais do Couto de Alcobaça passam por três fases, expandindo-se principalmente para Norte e Sul do território e particularmente para o litoral.

D. Afonso Henriques realiza a primeira doação em 1153, contudo, por desconhecimento topográfico, os traçados não são descritos com precisão, indicando apenas os limites, não por linhas territoriais concretas, mas por topónimos. Dada a débil densidade populacional, resultado dos anteriores conflitos, supõe-se que a toponímia fosse escassa e dispersa; um aspeto que dificulta a referência exata dos limites da primeira doação. Os limites prováveis apontam para a Lagoa da Pederneira e o rio Areia, a Norte até à Lagoa de S. Martinho do Porto, a Sul, e por fim seguia pelo rio da Tornada, tendo como limite Nascente a Serra dos Candeeiros. (Natividade V. M., 1960, p. 62)



FIGURA 14: LIMITES DO COUTO, TRÊS FASES PRINCIPAIS, ARQ. JOÃO FALCÃO DE CAMPOS E ARQ. GONÇALO BYRNE. (GONÇALVES, 1989)

A segunda fixação dos limites é realizada em 1358, com o rei D. Pedro I, que acaba com disputa entre o Mosteiro e D. Afonso IV, que havia retirado terras para a posse da coroa. Além das terras retirada anteriormente, novas terras foram concedidas, acrescentando novas regalias e assim, o couto de Alcobaça expande-se para Sudeste, mantendo o limite a Este da Serra dos Candeeiros, e a Norte expande-se 10 kms para além da Pederneira e até à Póvoa de Cós.

A Pederneira, estaria inicialmente fora dos limites da doação, contudo foi sempre uma ambição da Ordem adquirir esta vila, visto que apesar do alfoz não ser produtivo, predominando a atividade silvícola, o porto da Pederneira era uma ótima oportunidade estratégica do ponto de vista comercial, devido à sua localização geográfica. (Gonçalves, 1989, p. 106) afirma que: *“A pederneira era o local onde as povoações detinham um carácter menos estritamente rural dos Coutos, desenvolvendo-se a primeira actividade comercial e artesanal.”*... *“um bom centro de vida marítima com interesses ligados à pesca e à construção naval”*. Com isto salienta que apesar da constante contenda entre os habitantes e os Monges, a Pederneira passa, com o reinado de D. Pedro I, a pertencer aos Coutos. A Pederneira, passa a ser a maior estação portuária, em conjunto com o porto de S. Martinho do Porto, após a extinção da Lagoa e, mais tarde, a inutilização do porto das Paredes. Os Coutos de Alcobaça atingem a expansão máxima em 1368 e 1374, com a confirmação dada pelo rei D. Fernando I. No reinado seguinte, de D. João I, são novamente questionadas as doações dos dois reis antecessores, que passam novamente para domínio régio. Os monges de Alcobaça, apenas conseguem voltar a adquirir estas terras, com a doação de D. João IV, após restaurada a nacionalidade. (Gonçalves, 1989, p. 88)

A última doação encerra o ciclo de expansão do território do Couto de Alcobaça, alcançando um domínio de catorze vilas: Alcobaça, Aljubarrota, Alvorninha, S. Martinho, Évora, Pederneira, Cela Nova, Maiorga, Turquel, Salir do Matos, Santa Catarina, Alfeizerão, Cós e Paredes. A alteração dos limites, é quase nula, expandindo-se apenas para Norte com a agregação do porto das Paredes. Em suma, a extensão máxima ocupa uma área de aproximadamente 440km², atualmente pertencente ao concelho de Alcobaça e ao concelho da Nazaré, englobando algumas terras dos atuais extremos dos concelhos das Caldas da Rainha, Marinha Grande e Porto de Mós. (Gonçalves, 1989, p. 351)

Os Coutos de Alcobaça, são caracterizados como o único caso português cisterciense com o território fronteiriço ao mar, um território heterogéneo, potencialmente produtivo e com uma localização estrategicamente privilegiada.

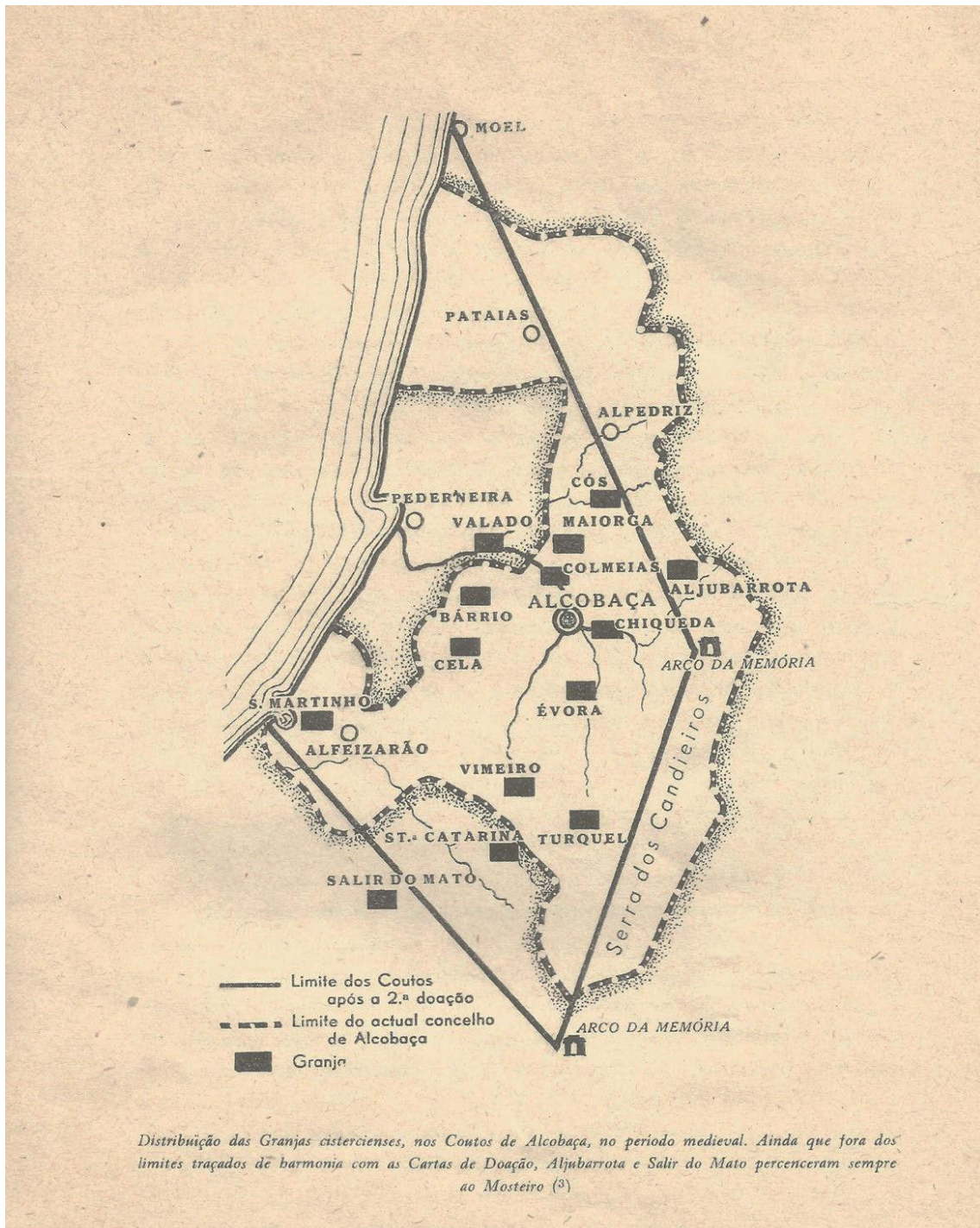
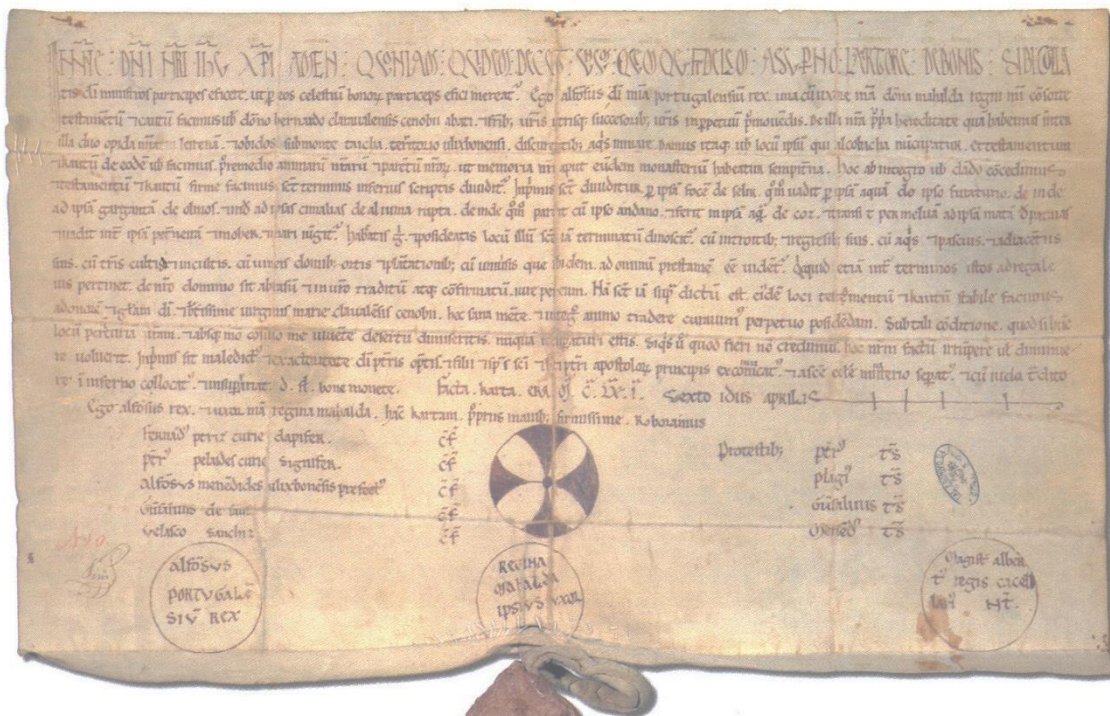


FIGURA 15: DISTRIBUIÇÃO DAS GRANJAS CISTERCIENSES, NOS COUTOS DE ALCOBAÇA, NO PERÍODO MEDIEVAL. (MOTA, 2010)



Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Amen. Por ser coisa decente cada um dos fiéis fazer participantes os servos de Deus dos bens que lhe são dados pelo soberano Criador e para que por este meio o faça Deus participante dos bens celestiais. Portanto eu D. Afonso pela divina misericórdia Rei dos Portugueses, juntamente com a Rainha D. Mafalda minha mulher e companheira no Reino, fazemos doação e couto a vós D. Bernardo Abade do mosteiro de Claraval e a vossos irmãos e todos os vossos sucessores que forem pelo tempo adiante, de uma nossa própria herdade que temos entre aqueles dois lugares, chamados Leiria e Óbidos, abaixo do monte Talja, comarca de Lisboa, águas vertentes ao mar. Damo-vos também o lugar que chamam Alcobaça e vos fazemos dele doação e couto, por remédio de nossas almas e de nossos antepassados, para que fique no mosteiro que ali se fundar perpétua lembrança nossa. Dando-vos toda esta herdade, vos fazemos doação e firme couto dela, pelos limites abaixo declarados: primeiramente como se divide pela foz de Salir e vai direito pela água do Furadouro e daí à garganta de Olmos, pelas cimalthas de Aljubarrota, como parte com Andamo e fere direito na água de Cós e passa direito por Melvoa até à mata de Pataias de onde corta direito por entre Pederneira e Muel até chegar ao mar. Este lugar, como fica demarcado, queremos que tenhais e possuís com suas entradas e saídas, águas e pastos, todas as mais pertenças e com todas as terras cultivadas e por cultivar, vinhas, casas, hortas e pomares, com todas

as mais coisas que neste limite se encerrarem para provimento dos moradores. Tudo o que dele adentro pertence ao direito Real seja desmembrado do nosso senhorio, trespassado ao vosso e confirmado nele com direito perpétuo. Porque (assim como acima é dito) vos fazemos doação e couto estável e firme à honra e glória de Deus e da bem-aventurada Virgem Maria de Claraval, com juízo perfeito e ânimo constante trabalhamos por vos meter na posse da tal herdade para a terdes para sempre, com tal condição que se por negligência vossa e vivendo eu deixardes, sem meu conselho, desamparado o lugar sobredito, o não possais nunca mais recuperar e se alguma pessoa (o que não queremos que possa acontecer) quiser anular ou diminuir esta doação, primeiramente seja amaldiçoado e excomungado pela autoridade de Deus Padre omnipotente, do Filho, do Espírito Santo e do bem-aventurado S. Pedro Príncipe dos Apóstolos, apartado dos sufrágios da Santa Madre Igreja e posto no inferno com Judas o traidor e além disto pague quinhentos soldos de boa moeda. Fez-se a presente carta na era de César 1191 [que é no ano de Cristo 1153], aos oito de Abril. Eu el-rei D. Afonso e minha mulher D. Mafalda confirmamos com grande firmeza e assinamos de nossas mãos a presente carta: Fernão Peres copeiro mor confirma: Pero Peres Alferes mor confirma: Afonso Mendes, Regedor de Lisboa, confirma. Pedro, testemunha: Pellaio, testemunha: Gonçalo e Mendo, testemunhas. Afonso, Rei de Portugal, Mafalda, Rainha e mulher do próprio Rei: Mestre Alberto Cancelário do próprio senhor Rei a notou.

FIGURA 16: CARTA DE DOAÇÃO DO REI D. AFONSO HENRIQUES A D. BERNARDO DE CLARAVAL. (MOTA, 2010)

A Granja

A presença cisterciense em Alcobaça estabelece uma paisagem em constante metamorfose através da política agrária, sendo que, o estímulo do processo de apropriação e transformação do território provém de estruturas edificadas por todo o Couto de Alcobaça: a Granja. (Natividade J. V., As granjas do Mosteiro de Alcobaça, 1944)

A *Granja* diz respeito a uma propriedade rústica, que resulta de uma estratégia global de reestruturação do território do Couto, que estabelecia a organização do domínio em unidades de produção. Os monges procuravam, sempre que possível, determinar para cada Granja uma atividade de produção específica, garantindo assim, uma exploração direta, sendo o mais abrangente e eficaz possível.

Segundo Joaquim Vieira Natividade, o início deste processo: *“já na última metade do Século XIII haviam desbravado e agricultado a maior parte das terras que ficavam até uma légua de distância do Mosteiro, propõem agora arrotear e entregar à cultura os restantes terrenos (...). Estabelecem assim diferentes pontos da região, escolhidos com superior discernimento, colónias rurais, governadas por um Mestre, ou Granjeiro, e onde irmãos conversos, leigos e noviços, se devotam, na solidão, aos rudes trabalhos agrícolas.”* (Natividade J. V., 1944)

Em 1227, as granjas existentes nos Coutos alcobacenses eram: Chaqueda, Ferreira, Carvalhal Benfeito, Vimieiro, Valbom, Salir, Mora, Alfeizerão, Bacelo, Torre de Framundo, Pescaria, Cella (Nova), Bárrio, Valado, Colmeias, Cós, Ferraria de Dona Daiz, Granja Nova, Souto e talvez, Torre de S. Martinho. As Granjas eram importantes, na medida em que representavam a eficácia do controle administrativo e, mais do que isso, representaram a autonomização de uma célula produtiva pelos próprios produtores diretos. O uso destas estruturas como efeito de “colonizar” e controlar o território não é completamente excepcional da Ordem de Cister, relativamente a outras entidades monásticas, contudo, esta torna-se uma política extensível a todo o território, controlando diretamente toda a produção. (Fonseca, p. 134)

A importância que estas estruturas tiveram no desenvolvimento agrícola do território é inegável, e já na altura se podia considerar que desempenhavam o papel de verdadeiras “escolas agrícolas”. O local de instalação destas estruturas era criteriosamente escolhido segundo as condições territoriais, privilegiando espaços próximos de linhas de água, boas condições topográficas e com bons acessos a vias

de escoamento da produção, próximas de vias de circulação Inter-regionais de modo a aceder aos mercados mais próximos. (Barbosa P. G., 1998, p. 1460)

As Granjas mantinham uma proximidade colossal com as linhas de água, não só pela necessidade do seu consumo e também no trabalho agrícola, mas igualmente, em alguns casos, pela fonte inesgotável de força motriz. Pelo território de Alcobaça, junto a rios e ribeiras, os monges instalaram granjas equipadas com vários engenhos hidráulicos explorando a força das águas em moinhos, pisões e lagares, entre outros. Contudo, por razões geográficas excetuando alguns casos, estas estruturas concentram-se nas proximidades do Mosteiro, explorando o leito do rio Alcoa. (Gonçalves, 1989, p. 116)

As ações destas estruturas no território do Couto refletiram-se não só na conversão do solo para uso agrícola mas, também, no surgimento e crescimento de novos povoados, *“Assim as cercas e portões das antigas granjas, aparecem relacionados com uma estrutura urbana, muitas vezes em patte d’oie, que parece ter origem nos antigos “rossios”, associados às várias práticas inerentes à funcionalidade da granja”*. O ponto de confluência das dinâmicas rurais, sendo a partir deste núcleo que convergiam estruturas viárias, *“como o resultado de trajectos percorridos regular e sistematicamente”*. Estas estruturas viriam a estabelecer as matrizes de desenvolvimento dos aglomerados urbanos. (Barbosa P. G., 1998, pp. 1453, 1463, 1464)

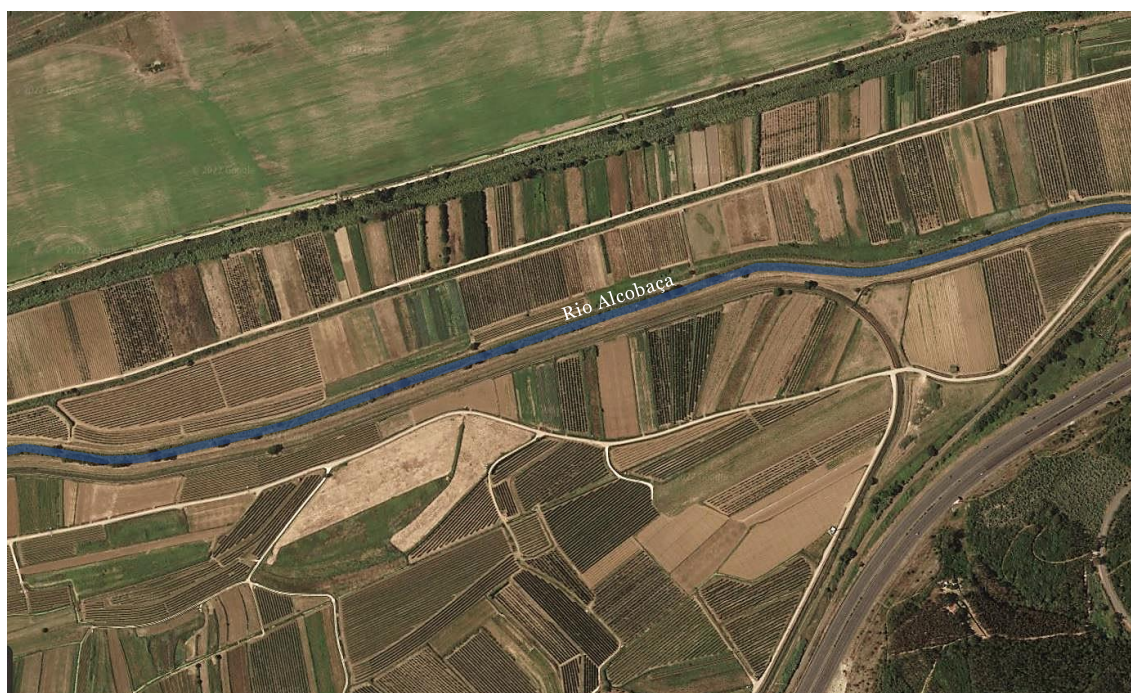


FIGURA 17: MOSAICO DOS CAMPOS AGRÍCOLAS ALCOBACENSES, ACEDIDO A 20/10/2022 ÀS 11:15. (GOOGLE EARTH, 2020)

2.4. ARQUITETURA DA CIDADE DE ALCOBAÇA

Inicialmente, a identidade rural era caracterizada pelo isolamento do lugar, onde se instalava a vila e o Mosteiro, completamente integrados nas linhas do vale ao longo dos rios Alcoa e Baça que, são linhas estruturantes para a fixação do aglomerado urbano que se desenvolve ao longo do tempo. A paisagem, era composta pela presença de pequenos bosques e campos de cultivo, principalmente de verduras e plantas medicinais. A posição imponente do Castelo em relação ao Mosteiro, situado numa posição mais elevada, constitui um elemento importante de demarcação territorial. (Mendes & Bonifácio, 2010)

Atualmente o desenho urbano da periferia é mais desordenado em relação às expansões de anos anteriores, em virtude de uma reticula de quarteirões com ligações próximas com as ruas, que nos anos mais próximos não tem acontecido este fenómeno, perdendo-se as relações das novas vias de acesso rodoviário com a edificação. Não existe uma ideia clara de estrutura e ordenamento urbano, devido em parte às imobiliárias privadas. As novas linhas da cidade são quase tão fragmentadas como as primeiras, as mais antigas e há uma tendência para a criação de vazios urbanos. Existe a presença de pequenos novos espaços verdes que servem de ligação destes eixos, que são pouco utilizados pela população. (Noel, XVIII)



FIGURA 18: VISTA AÉREA DA CIDADE DE ALCOBAÇA. (GONÇALVES, 1989)



FIGURA 19: PLANTA SÍNTESE DOS ACESSOS RODOVIÁRIOS DA CIDADE DE ALCOBAÇA.



FIGURA 20: PLANTA SÍNTESE DOS ARRUAMENTOS E QUARTEIRÕES DA CIDADE DE ALCOBAÇA.

2.5. PROCESSO DE PLANEAMENTO DE ALCOBAÇA, 1889-1957

A industrialização, à semelhança do cenário europeu embora mais tarde, impulsionou também grandes mudanças na forma de vida da população de Alcobaca, gerando por isso necessidades a todos os níveis. Durante vários séculos esta população viveu presa ao domínio da comunidade Cisterciense, à procura de inspiração num passado, olhando a Abadia como a única forma de expressão de um povo. A expansão da vila sempre se caracterizou pelas cercas do Mosteiro, pela acentuada morfologia do vale e pelas grandes quintas situadas na periferia. Após a extinção das ordens religiosas e a conseqüente saída dos monges da povoação, a vila consegue dar um salto e assim fomentar a sua regeneração. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 130)

A vila reunia grandes condições para a implantação de indústrias, visto que, por um lado se encontrava próxima das matérias-primas que os rios e solos agrícolas possibilitavam e que a comunidade monástica tão bem havia explorado, por outro, estava ainda dotada de uma rede viária favorável ao escoamento de toda a produção, (Figura 21). Provavelmente, o fator que constituiu o verdadeiro sentido da época é o fugaz crescimento do centro urbano da vila. Quando a população rural migra para a então vila à procura de novas oportunidades e melhores estilos de vida, geram-se dificuldades na sua absorção, visto que o ritmo de crescimento é muito superior à sua capacidade de mutação e adaptação. Os fluxos migratórios julgam as populações a viver desenraizadas do seu próprio mundo, desintegrados do seu habitat natural. Desta forma, cresce a consciência de planejar e estruturar o futuro da sociedade, voltando a repensar os valores a ela inerentes. O crescimento urbano, caracterizava-se como desregrado e aleatório, sem qualquer estratégia de expansão favorável ao desenvolvimento económico, sendo também claro a débil utilização dos solos. Assim, tornava-se urgente um esforço ao nível da intervenção urbanística perante as transformações e evolução social que se acentuavam, definindo uma qualidade de resposta no sentido de criar soluções ao desenvolvimento e expansão territorial.

Nesse sentido, e à semelhança do que se praticava em outras cidades europeias e igualmente no contexto nacional, também aqui se percebe a importância de estabelecer um plano de ordenamento estratégico de crescimento e de progresso, que permitisse a requalificação da malha existente e conservasse a continuidade de uma povoação ordenada, que respondesse funcionalmente ao quotidiano de uma sociedade que se adequava às novas premissas tecnológicas e respeitasse as suas memórias e raízes centenárias. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 130)

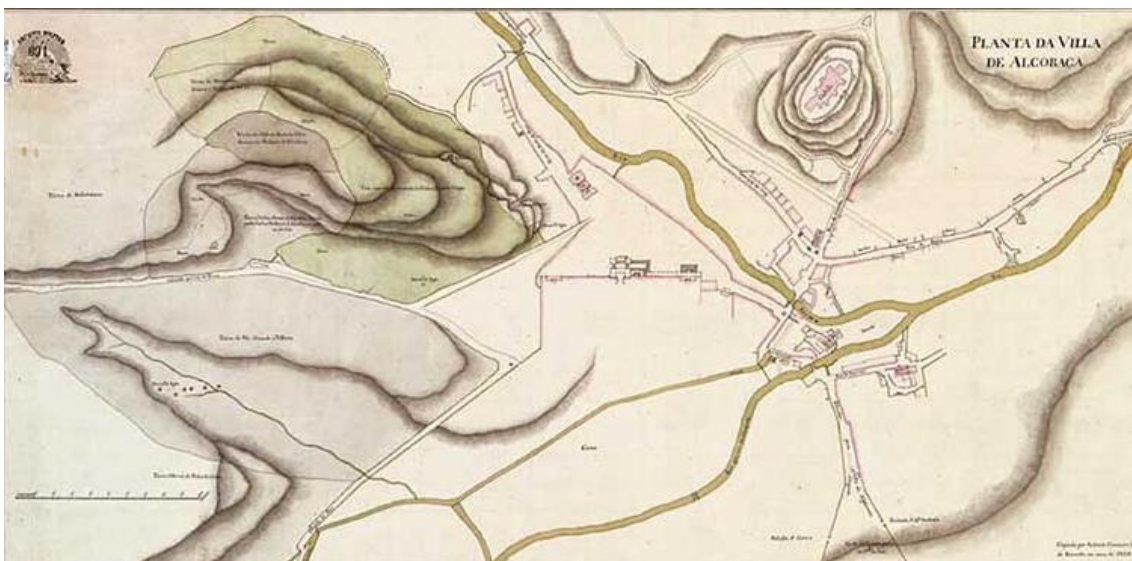


FIGURA 21: PLANTA DA VILLA DE ALCOBAÇA, LEVANTADA PELO TENENTE DO EXÉRCITO ANTONIO CAZEMIRO FERREIR EM 1826. (FORTALEZAS.ORG, 1826)

Primeiros Episódios de Expansão Urbana nos finais do século XIX

A expansão urbana da vila, com a obra de novas construções, intervenções no edificado existente e obras de requalificação urbana, representaram nas últimas duas décadas do século XIX, um dos momentos charneira que a caracterizam. Revelam-se assim dois episódios de planeamento importantes na zona nordeste da abadia e no limite sudoeste da povoação. A 1889 teve lugar a nordeste da abadia, a intervenção urbanística mais importante onde *“é posto em praça para edificações o terreno municipal denominado a Roda”*, em que a abertura de novos arruamentos constituiu o primeiro verdadeiro episódio de expansão da povoação (Figura 22). (Barbosa S. , 2016, p. 115)

A construção do Hospital da Misericórdia que, termina a agosto de 1890, num local deslocado vários metros do coração da povoação, estipula o sentido de desenvolvimento, impulsionando a urbanização da envolvente do hospital e a criação das necessárias conexões com o núcleo antigo da vila. A malha de crescimento na zona nordeste da abadia é composta por estes novos arruamentos, que tornam possível o processo de demolição de parte da antiga cerca da abadia e o estabelecimento da ligação entre o Rossio e o Largo do Chafariz (hoje Praça D. Afonso Henriques), que abriu o canal de desenvolvimento na faixa entre as quintas particulares da Gafa e da Cova da Onça. (Barbosa S. , 2016, p. 115)

Os arruamentos desenhados formaram um plano de sistema de quarteirões, onde posteriormente se instalaram vários equipamentos tais como: a Praça de Touros (1889), em 1907 a escola primária segundo o plano de Adães das Bermudes (1864-1947) e seguidamente o Cineteatro (1944). Em 1903 é construído o Cemitério no limite leste do canal de desenvolvimento. Na zona antiga da vila, em 1888, é traçado o segundo importante sistema de arruamentos desta época que representa outro episódio fulcral de intervenção planeada depois do da Roda. O traçado dos dois arruamentos, abrem uma fenda na faixa edificada fronteira à abadia articulando a implantação deste setor no limite sul da povoação. (Barbosa S. , 2016, p. 117)

A Aquisição da Quinta da Gafa e o início do processo de planeamento - Anos 30 e 40

As intervenções urbanísticas que antecedem a aquisição da Quinta da Gafa, por Parte da Câmara Municipal, nos anos 30 do século XX, não são de caráter relevante. A aquisição da nova área de expansão da vila, a Quinta da Gafa em 1932, coincide com a ocupação da abadia, que dura cerca de um século até começarem as primeiras intervenções de restauro, e a conseqüente necessidade de libertar os espaços abaciais, que acontecem com a criação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1929. Posteriormente desencadeia um extenso processo de planeamento e de lenta urbanização da área, que inicialmente é transformada em parque público com instalação de um campo de futebol e um parque infantil.

Após os anos 30 do século XX, as intervenções operadas na estrutura urbana de Alcobaça, refletem a atuação de uma política de obras públicas surgida com a instauração do regime do Estado Novo, em 1932. Assim, é efetuada uma grande intervenção de saneamento urbano com a cobertura de um troço do rio Baça, que atravessa a povoação a poente da abadia, sendo também em paralelo executada outra obra importante, o redesenho do Rossio segundo o projeto do arquiteto Tertuliano Lacerda Marques (1883-1942), sendo a construção do edifício dos Correios e Telefones no espaço onde existia a Igreja Nova (demolida em 1915) no Rossio. (Barbosa S. , 2016, p. 118)

Posteriormente, do outro lado da vila, a Quinta da Gafa, é tornada Parque Municipal, sendo uma vasta área não urbanizada onde a Câmara Municipal de Alcobaça, ao longo de largos anos, em conjunto com vários arquitetos, tem vindo estudar soluções para obras de várias escalas. Os acessos são os primeiros arruamentos desenhados na área da Quinta da Gafa, sendo também pertinente a construção de edifícios de forte presença urbana. O primeiro edifício a ser construído é a poente, que implicará a construção de uma ponte em correspondência da fábrica da Sociedade de Vinhos e Espumantes Naturais de Alcobaça (1942). A outra construção é o eixo com o antigo portão da quinta (Figura 23), que será realizado mais tarde e que faz parte da regularização dos arruamentos na envolvente do Cineteatro, construído paralelamente ao eixo do portão em 1944. Entretanto, em 1944 é entregue ao urbanística João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) a grande obra de urbanização da quinta. (Barbosa S. , 2016, p. 118)



ARQUITECTURA

- 1 Equipamentos instalados na Abadia**
- 1.1 Repartição Política, Município, Secretaria das Finanças
 - 1.2 Teatro Alcobacense
 - 1.3 Tribunal e Casa dos Magistral, Cadeia
 - 1.4 Escola primária
 - 1.5 Sede Real Fábrica Alcobacense, Sede Círculo Clube Alcobacense,
 - 1.6 Mosteiro Alcobacense
 - 1.7 Estabelecimento comercial e serviços
 - 1.8 Espaço verde/alameda a particular
 - 1.9 Aldeia de Velhinhos Maria e Oliveira
- 2 Equipamentos construídos no último quartel séc. XIX**
- 2.1 Hospital da Misericórdia (1898)
 - 2.2 Praça de Teatro (1895)
 - 2.3 Câmara (1903)
- 3 Edifícios religiosos demolidos**
- a Igreja Nova (1815)
 - b Capela de Santo António (1911)
 - c Capela da Nossa Senhora da Paz (1605-1911)
- 4 Casas burguesas construídas no último quartel séc. XIX**
- 4.0 Quartel Regimento de Cavalaria nº9 em "A"
 - 4.1 Pórtico

TRANSFORMAÇÕES URBANAS

- I Arruamento século XVIII (Rua Alta, Cadeado dos Reis)
- II Arruamento século XIX (Távola da Cadeia)
- III Arruamento 1888 (Av. João de Deus e Av. Frei Estevão Martins)
- IV Urbanização Bairro da Roda 1890 (abertura da Av. de Lameira em 1888)

MAPA II 1890-1914
escala 1:4000

FIGURA 22: MAPA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALCOBAÇA, 1890-1914. (BARBOSA S., 2016, P. 185)



FIGURA 23: MAPA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ALCOBAÇA, 1948-1956. (BARBOSA S., 2016, P. 119)

Vila de Alcobaça, Arranjo e Extensão – 1951

Faria da Costa, arquiteto-urbanista, é contratado em 1945 pelo município com o objetivo de elaborar um plano de urbanização da vila. No entanto, devido a alguns desentendimentos não conhecidos, a sua entrega não foi efetivada, sendo a planta da Figura 24, o único registo do seu estudo. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 131)



FIGURA 24: VILA DE ALCOBAÇA, ARRANJO E EXTENSÃO-1951, PROPOSTA DE FARIA DA COSTA, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

Em Alcobaça, o elemento fulcral do plano reside na projeção de uma grande Alameda central, que por sua vez desencadeia arruamentos secundários. Esta, encontra-se ladeada por edifícios dispostos de modo longitudinal, sendo rematada nos topos por duas praças ajardinadas onde se implantam edifícios provavelmente ligados a serviços. Nesta área parecem estar centralizados todos os edifícios de equipamentos, serviços e comércio, onde se concentram as maiores movimentações que lateralmente se diluem, para dar lugar a arruamentos de menor dimensão desenhados de modo sinuosa, sugerindo adaptar-se à morfologia do terreno e emoldurar os núcleos habitacionais com os espaços ajardinados envolventes.

O desenho da grande Alameda enquanto elemento central e organizador de toda a articulação, parece uma evocação clara da *City Beautiful*, onde ao tecido da cidade existente se propõe um conjunto de arruamentos hierarquizados, que compõe uma estrutura formal de perspectivas que transformam o caráter do espaço público e privado da cidade, estabelecendo pontos focais de convergência que beneficiam a perspectiva dos edifícios, o desenho de conjunto permite uma grande variedade de traçados, articulando espaço público e construção segundo uma visão de integração e complementaridade.

Tal como em outras intervenções do arquiteto Faria da Costa, também aqui se estabelece limites ao aglomerado, considerando a proposta como uma obra acabada, sendo que todo o seu crescimento posterior deverá localizar-se em aglomerados satélite. Em Alcobaça é evidente a precessão do limite estabelecido, a Nascente e a Poente, zona considerada de expansão. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 131)

Parece sugestivo salientar a forma como o urbanista procura referências ao traçado orgânico da cidade antiga para lhe dar continuidade, dentro da mesma filosofia. Este sugere uma malha reticulada, desenhada de modo orgânica e adaptada à topografia irregular do terreno, desencadeando uma sequência de praças, jardins, equipamentos e serviços, que se articulam de modo a consolidar a malha e harmonizar o conjunto urbano, privilegiando sempre de modo clara os espaços verdes e ajardinados da vila. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 132)

Anteplano de Urbanização – João Filipe Vaz Martins

Em 1956 é contratado o arquiteto urbanista, João Filipe Vaz Martins, para a elaboração de um novo plano designado de anteplano de urbanização. Em 1959 foi submetido a parecer do Concelho Superior de Obras Públicas, mas também este nunca viria a entrar em vigor. Parece coerente afirmar que esta proposta se viu extremamente influenciada pelos trabalhos efetuados por Faria da Costa, sendo que o anteplano acaba por ser um reafirmar e formalizar a investigação já realizada, estabelecendo um valor decisivo na definição da estratégia de evolução da malha urbana da vila, deixando uma importante marca na sua fisionomia.

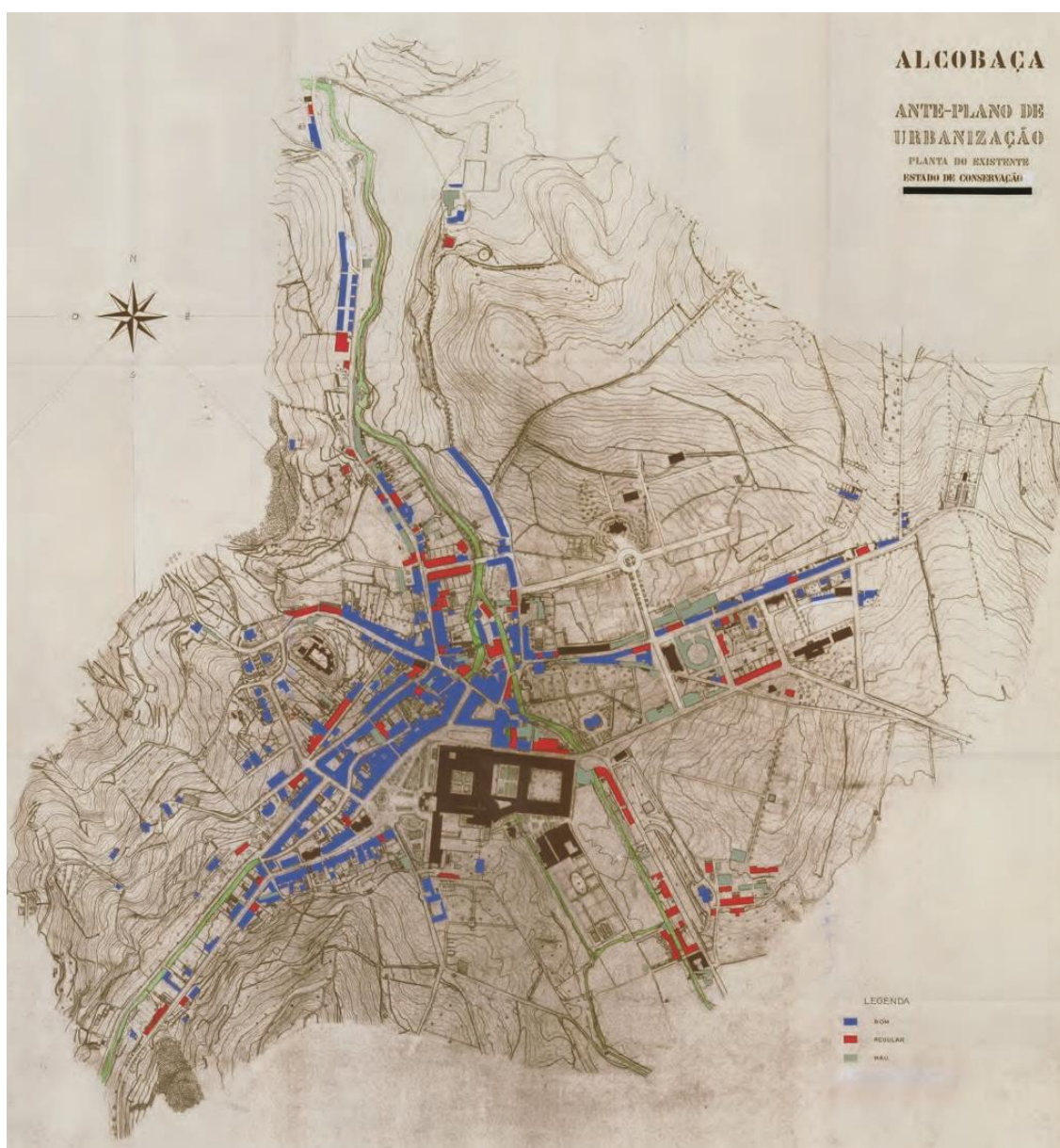


FIGURA 25: PLANTA DO EXISTENTE - ESTADO DE CONSERVAÇÃO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

A estratégia apodera-se principalmente das ruas, praças e jardins, sendo definida a obrigatoriedade de alinhamentos dos edifícios às características das vias, de modo a assegurar adequadas condições de circulação de veículos e pessoas. A valorização das vias conduz pontualmente ao pragmatismo dos traçados ortogonais, contudo, dependendo das características do solo, o desenho dos arruamentos secundários adapta-se ao sítio, possibilitando a sinuosidade e a quebra de monotonia. A filosofia inerente passa por conduzir a uma visão de conjunto, de modo a estabelecer níveis de qualidade que se refletem na produção urbana. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 132)



FIGURA 26: UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

O arquiteto ocupa-se da povoação de Alcobaça, dando-lhe a oportunidade de um entendimento integrado do património e revelar o seu posicionamento face a uma cidade histórica. A interpretação da génese do tecido medieval permite-lhe cuidar das patologias detetadas no domínio da insalubridade, sem recorrer a intervenções radicais. A intenção não será destruir, pois isso arrasaria consigo a perda do carácter do local, será apenas preconizar uma intervenção ágil e adaptada, de acordo com as características já existentes, minimizando alguns problemas daquela zona. Neste sentido, para a elaboração deste plano foi elaborado um levantamento das várias características da área em estudo, tais como o estado de conservação (Figura 25), o tipo de utilização dos edifício (Figura 26), e o número de pisos (Figura 27).

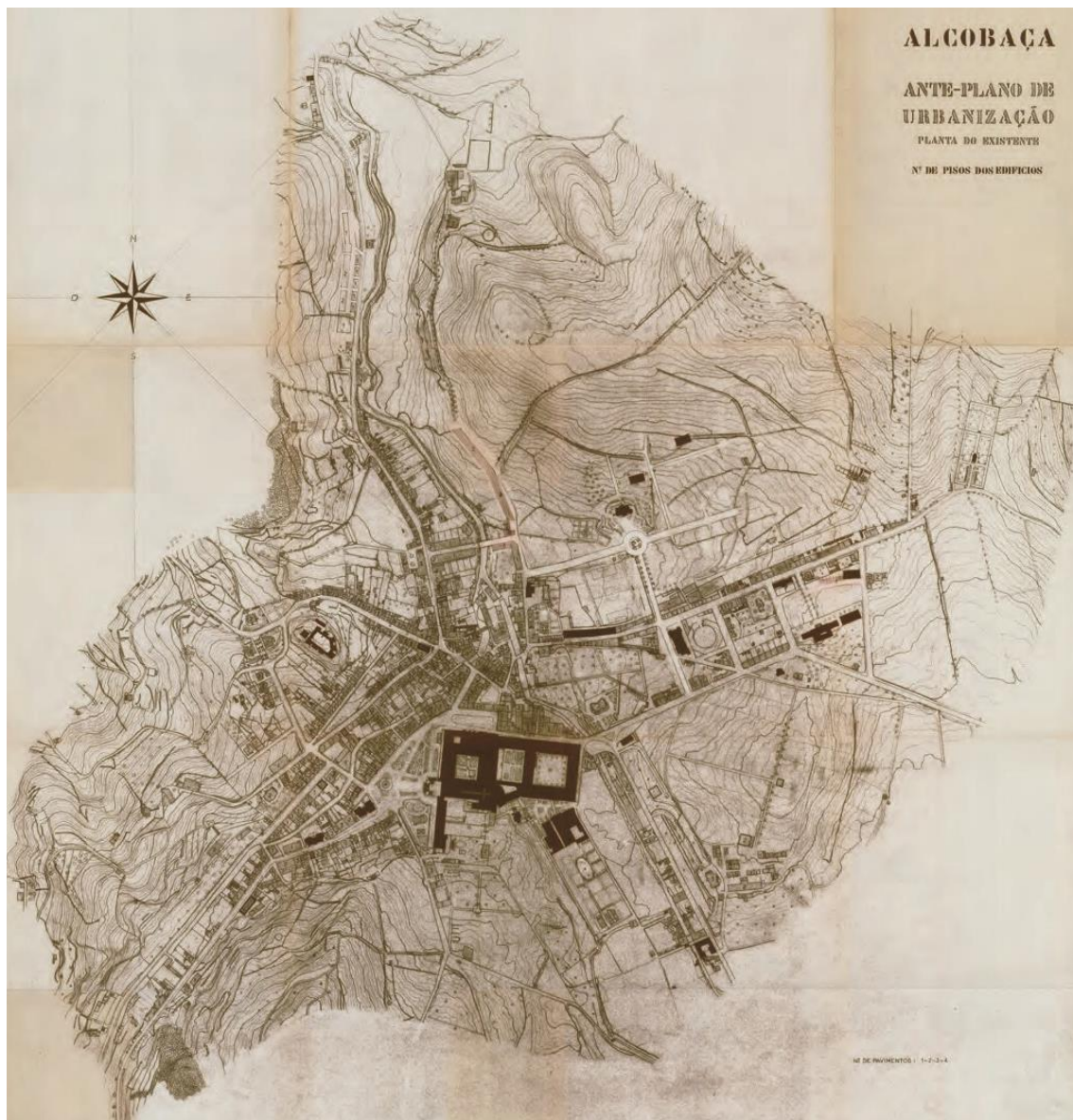


FIGURA 27: PLANTA DO EXISTENTE - Nº DE PISOS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

Segundo a carta referente ao levantamento do estado de conservação dos edifícios é possível concluir que maioritariamente estes encontravam-se em bom estado de conservação, principalmente os edifícios implantados na zona nobre da cidade, junto ao Mosteiro. Maioritariamente, a população que residia no núcleo urbano caracterizava-se pela sua condição abastada, de origem burguesa, sendo que as classes mais desfavorecidas se distribuíam pelas zonas rurais. A carta relativa ao número de pisos, indica que a cidade alternava entre habitações de um, dois e três pisos, revelando assim que se tratavam de edifícios de pequenas dimensões e com pouca capacidade em relação à mancha de indústrias que possuía.



FIGURA 28: PLANTA DE TRABALHO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

A morfologia da vila não é de todo a mais favorável a nível geográfico, visto que se trata de um vale rodeado por montes, conferindo-lhe uma topografia bastante acentuada e de difícil expansão. A povoação estende-se para Nascente, vendo assim obstáculos topográficos, num traçado que vai ajustando a sua geratriz à movimentação do território. A planta de trabalho proposta pelo arquiteto (Figura 28), remete para a criação de uma subtil mas distinta transição entre a malha urbana existente e a proposta, numa continuidade espacial, deixando claramente subentender que embora em momentos distintos não evidenciam uma rutura mas sim uma continuidade entre o distinto centro histórico e a cidade moderna. O antepiano cumpre uma função estruturante que evidencia a coerência paisagística e compositiva que hoje percorremos e desfrutamos (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 133)



FIGURA 29: EXTRATO DA PLANTA DE TRABALHO REDEFINIÇÃO DO TRAÇADO DAS RUAS EXISTENTES, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

No que diz respeito ao planejar uma cidade para o homem, a proposta revela-se bastante completa, visto que, aprofunda questões tão pertinentes como o conceito de habitar, de trabalhar e de lazer.

Um dos temas que leva a suspeitar que Vaz Martins vai de encontro ao estudo de Faria da Costa é a forma como este conduz o traçado do plano. O facto de recorrer a inovações do urbanismo alemão, no que diz respeito à aplicação do zonamento na expansão urbana (Figura 29), bem como o recurso à experiência inglesa da cidade-jardim, revelam-se estudos de importante desempenho na consolidação da estrutura urbana, resumindo os novos saberes relativos à cidade. Numa segunda fase, o arquiteto procede à *zonificação* da cidade, que consiste na definição da localização das diferentes funções dos edifícios, planificando a ocupação segundo a compatibilidade do solo e interação do conjunto. Na planta, é clara a tendência de expansão do seu centro de gravidade comercial, que se estende em direção às encostas circundantes. Nesta proposta, a vila é dividida em momentos onde se sugere somente a permissão de determinadas atividades e onde seriam impostas restrições consoante a sua utilização. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 133)

Este modelo proposta, revela um forte carácter urbano, visto que o aglomerado existente é glorificado através da redefinição de alguns eixos viários existentes, enquanto que a zona de expansão se prende à configuração existente para revelar a sua continuidade, abarcando equipamentos sociais, comerciais e habitacionais, que vêm impulsionar a dinamização não de duas partes erguidas em tempos distintos, de um conjunto que se contempla. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 134)

A relação entre a malha antiga e a encosta Nascente, revela-nos uma notável inserção urbana, onde se desenham os quarteirões que desencadeiam o crescimento e prefiguram a continuidade do desenho urbano, resposta ao imaginário da burguesia e necessidades das classes trabalhadoras. Estas ruas nascem do centro histórico, clarificando o traçado da malha já existente e definem toda a sua envolvente expansiva. O arquiteto planeia um desenho de ocupação, capaz de favorecer as linhas de expansão para Nascente e a sua conexão através de uma rede viária apoiada sobre um primeiro eixo libertado do centro histórico e um segundo, que lhe é perpendicular corrigindo assim, a direção Norte.

Relativamente à adaptação das preexistências, bem como a conjugação das diferentes malhas, estas dão origem a quarteirões de diferentes configurações, dotadas de traçados sinuosos e aparentemente mais livres. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 134)

O antepiano da vila de Alcobaça, prevê dois núcleos habitacionais, distribuídos em lotes onde as moradias surgem alinhadas, com a existência de um espaço ajardinado na frente de rua e um espaço destinado a horta na parte tardoz das casas. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 134)

A Norte é desenhado um traçado ligeiramente exíguo, onde se considera a construção de moradias isoladas em lotes ajardinados, prevendo várias tipologias e orientações solares. Noutra perspetiva, a Poente, é proposto um desenho orgânico, que se modela segundo a morfologia acidentada do terreno, voltado para o Mosteiro de Alcobaça, sugerindo-se outro momento de zona habitacional, com as mesmas tipologias de moradias em lote, contemplando ainda uma praça (Figura 30).



FIGURA 30: PLANTA DE APRESENTAÇÃO ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

João Filipe Vaz Martins, com o formalismo dos novos espaços centrais que contrasta com a flexibilidade das áreas residenciais periféricas, acaba assim por conceber uma tipologia múltipla e abrangente das zonas habitacionais, produzindo uma hierarquia de ruas arborizadas, com dimensões adequadas à ventilação e penetração da luz. O arquiteto estabelece uma tipologia variada de padrões habitacionais, segundo a maximização do uso de luz, ventilação e áreas verdes que se articulam, por sua vez, com os arruamentos, também estes hierarquizados segundo o seu dimensionamento. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 134)

A Figura 29, que nos indica o núcleo antigo da vila, prevê alguns alinhamentos para as ruas, sem que estas percam a sinuosidade que lhes é característica. O arquiteto anula alguns momentos de impasse, entre eles, o prolongamento da rua Engenheiro Duarte Pacheco até à rua Engenheiro Bernardo, a interceção da Rua Alexandre Herculano com a Rua Dr. Brilhante, e ainda um atravessamento complementar da rua Frei António Brandão, a desembocar na praça Dr. Oliveira Salazar, e assim proporcionar maior fluidez nos percursos e ao mesmo tempo permitir que todos os lotes, estejam dotados de iluminação natural e arejamento.

O plano define uma base morfológica para o crescimento equilibrado e regrado da vila, visto que, o que antes se desenhava como um amontoado de casas dispostas aleatoriamente pelo território, agora contempla de uma malha estruturada, que sectoriza as diferentes atividades que constituem a cidade, bem como a sua interdisciplinaridade e o seu uso no quotidiano da sociedade, através do controle de uma pensada estrutura expansiva.

A grelha urbana definida confere significado aos espaços, cria eixos orientadores, proporciona vivência das praças, dos espaços públicos, de lazer e dos jardins, proporciona ainda continuidade à fusão entre os espaços habitacionais e o comércio, tal como se presencia no centro histórico. Cumpre-se uma função estruturante, condutora de ambiente arquitetónico, onde se evidencia a coerência paisagística e compositiva dos edifícios. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 135)

Os arruamentos deixam de ser meros corredores entre os edifícios, e passam a ser considerados como um prolongamento exterior da habitação, passando a introduzir a separação entre a rede viária e o espaço destinado aos peões, constituindo os passeios a correta transição entre os edifícios e o exterior (Figura 31). Deste modo, o espaço torna-se mais limpo e organizado, permitindo que as pessoas desfrutem calmamente do ambiente social.

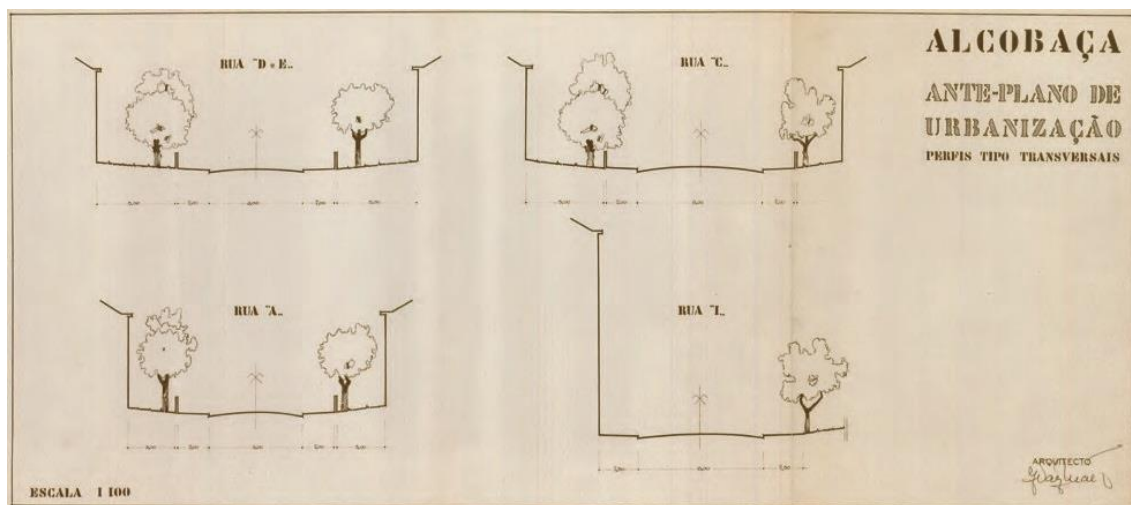


FIGURA 31: PERFIS TIPO TRANSVERSAIS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

Posteriormente, de modo a articular os aglomerados vizinhos e denotando a necessidade de aliviar o trânsito da zona nobre da cidade, é ainda realizada uma proposta no sentido de desviar a Estrada Nacional que rasga a cidade no seu coração, para se delinear o traçado sobre as encostas que envolvem a cidade de Norte a Sul, criando assim a ligação a Nazaré, Leiria e Lisboa. O desenho alternativo à Estrada Nacional é acompanhado ao longo de toda a sua extensão por uma zona rural de proteção (Figura 32). (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 135)

Relativamente aos espaços verdes, a cidade parece apoiar-se na vegetação para garantir o descongestionamento conferido pelas massas construídas, no sentido de proporcionar uma articulação entre as diversas áreas de modo harmonioso. Por exemplo, se a Sul se propõe uma área destinada à implantação de quarteirões de blocos habitacionais, a ladeá-los encontram-se vastas zonas verdes de ajardinamento, seguidas na encosta Norte da zona residencial de moradias.



FIGURA 32: PLANTA DE ZONAS ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

Na Figura 33, o arquiteto procede a uma reflexão e consciencialização das carências e características da cidade, pelo que aparecem anotações que nos revelam algumas condicionantes no sentido de aprofundar o estudo de certas zonas e retificar outras que não estariam corretamente localizadas, tal como é o caso da localização do edifício da Câmara Municipal, o Palácio da Justiça, a casa dos Magistrados e o Grémio Lavoura, que existia a necessidade de relocalizar. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 135)



FIGURA 33: PLANTA DE APRESENTAÇÃO (COM ANOTAÇÕES) ARQUITETO JOÃO VAZ MARTINS, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA.

O antepiano de João Filipe Vaz Martins, poderá resumir-se a um conjunto de relações entre elementos, que revêm o conceito de cidade vivida, onde as vias se coordenam como eixos distribuidores e comunicantes, potenciando a convivência de todas as partes.

A interação dos diferentes setores de atividades, em articulação com o espaço exterior, potencia a sua valorização e fomenta a vitalização da comunicação humana. A diversidade do traçado, revela uma facilidade de orientação e sobretudo a capacidade de descrever e decifrar as suas diferentes partes, contudo, nunca chegou a uma fase de aprovação. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 136)

Considera-se que a demora deste processo impediu a finalização do estudo, bem como a sua aprovação, porém, muitas das sugestões foram salvaguardadas e realizadas no local. Apesar de algumas alterações, julga-se devidamente proteger a identidade do conjunto urbano, sobretudo a permeabilidade que se conferiu entre o núcleo antigo e o moderno, que se revela como um dos fatores mais importantes neste contexto, a sua intenção permitirá que a cidade interaja como um todo, integrada no seu enraizamento.

Embora nunca tenha entrado em vigor, o antepiano de urbanização do arquiteto João Filipe Vaz Martins, este revelou-se estruturante para a expansão de todo o conjunto e respetivo desenvolvimento urbanístico. É sem dúvida uma fulcral tentativa de aproximar Alcobaça aos critérios modernos da época, mas que não foi conseguido, constituindo-se no entanto, como um fator influenciador no desenvolvimento urbano e arquitetónico posterior do aglomerado. Assim, as opções metodológicas consideradas não se encerram em si mesmo, mas pretendem salientar a forma como a vila se transforma para acompanhar a modernidade. (Mendes & Bonifácio, 2010, p. 137)

Folha em Branco

2.6. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE À ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA



FIGURA 34: VISTA AÉREA DO ROSSIO ANTES DA INTERVENÇÃO. (REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA, 2006)

Compreender a atual configuração da cidade de Alcobaca e o seu Rossio significa perceber não só a génese da Abadia Cisterciense, como também a relação da sua formação com o território, o seu desenvolvimento, interação e modificação ao longo dos últimos séculos. O projeto de requalificação da autoria dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, passou por uma tentativa de consolidação e conservação dos valores arquitetónicos e culturais sedimentados no tempo, definindo um certo revivalismo conceptual e cenográfico de um passado que efetivamente poderá nunca ter existido como espaço público. A principal premissa da intervenção seria a intenção de valorizar o monumento, retirando-lhe o carácter de “ínsula” desligada da forma urbana circundante, ligando-o à cidade que o envolve. Desenha-se então uma nova harmonia em que o contemporâneo para se afirmar não tenha forçosamente de se sobrepôr ao passado ou disfarçá-lo, mas sim valorizá-lo com todo o seu peso e riqueza. (Coelho, 2015, p. 90)

Para os arquitetos a história do local não limita a intervenção, pelo contrário, representa um motor decisivo para tomar decisões sobre o existente, procurando em outras épocas anteriores o rumo das suas decisões, ou seja, aqui o passado não é visto como uma continuação lógica que se espera ser tomado como verdadeiro e adequado a todo o custo, mas sim algo selecionável e revisitável para que a escolha a fazer seja a mais criteriosa possível na procura de um forte caráter identitário.

Este novo espaço é proposto agora de modo livre de obstáculos para a devolução da dignidade da fachada do Mosteiro. A nova imagem do espaço com grandes e espessas lajes de pedra que marcam os caiais de água que atravessam o Rossio, bem como o mobiliário urbano e todas as pavimentações das ruas e largos de acesso a ele conferem uma nova identidade a todo o espaço e são agora os novos elementos catalisadores e de conexão do centro da cidade, são os pontos de partida de uma intervenção profunda, para a reafirmação da cidade que pretende ser mais atrativa.

A ideia de vazios do grande Rossio, ganha aqui força e ação, transformando-o no protagonista de um novo lugar sem tempo, onde todos os elementos contribuem para a celebração desse grandioso espaço público. (Coelho, 2015, p. 90)



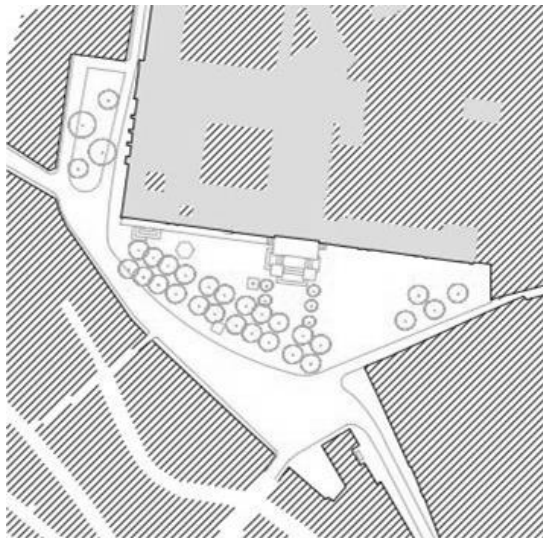
FIGURA 35: VISTA AÉREA DO ROSSIO DEPOIS DA INTERVENÇÃO. (RIBAS, 2017)



1: Alameda dos Plátanos em 1910



2: Intervenção de Tertuliano Lacerda Marques, 1938



3: Intervenção de João Vaz Martins, 1957



4: Intervenção de Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, 2003



5: Imagem parcial do Jardim Tertuliano, 1940



6: Atual configuração da praça 25 de abril, 2009

FIGURA 36: EVOLUÇÃO DO ROSSIO DE ALCOBAÇA NO SÉCULO XX. (COELHO, 2015, P. 91)

2.7. ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO DO CONCELHO DE ALCobaça

Geologia e Geomorfologia

“Por um movimento geocinético de extraordinária possança, esse lago, lentamente expulso do seu leito e projetado pelo mar, deixaria a descoberto a mais estranha, a mais fantástica das paisagens. E foi nas margens desse lago, [...], nas grutas naturalmente abertas nas falhas do Jurássico que o homem pré-histórico encontrou o seu primeiro abrigo, foi aí [...] surgiu pela primeira vez na região de Alcobaça.” (Natividade J. V., Obras várias. Alcobaça: edição da Comissão Promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, 1942, p. 21)

(Natividade J. V., 1942), com esta afirmação, alude às dinâmicas geológicas que ocorreram na região, atividades essas que transformaram a paisagem e geraram aquela que contemplamos hoje. Segundo consta, no Neolítico, o mar chegava à serra de Candeeiros, sendo que, graças às dinâmicas geomorfológicas, a área que antes se encontrava submersa está hoje descoberta com um relevo ondulado. Em suma, a região de Alcobaça, é constituída por calcários, grés, areias pliocénicas e outros derivados deste tipo de rocha.

A geologia e a geomorfologia presentes neste território, em simultâneo, criam o efeito de metamorfose na paisagem, aspeto que influencia as escolhas dos monges cistercienses no ordenamento deste.

Hidrologia

“O ciclo da água está bem marcado em Alcobaça. Foi a riqueza da água que tentou a localização dos cistercienses no século XII e foi a sensibilidade local à água que os levou a desenvolver sistemas hidráulicos de proteção e de segurança, de utilização industrial e agrícola, de drenagem e saneamento e de lazer e de utilização urbana, em cenário de risco, mas aliciante desafio.” (Natividade J. V., Obras várias. Alcobaça: edição da Comissão Promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, 1942, p. 17)

O concelho de Alcobaça, em termos hidrológicos, é atravessado por diversas linhas de água, rios e ribeiros, que posteriormente vão desaguar ao mar. O rio Alcoa e o rio Baça, são os dois principais rios da região, o que torna esta zona propícia a cheias, mas, apesar deste risco, os monges instalaram-se nesta região, optando por uma zona parcialmente estável, o que proporcionou a implementação fácil de levadas e canais necessários para a sua organização.

Ao longo dos tempos, o concelho tem vindo a ser preenchido pela mão humana, visto que se recuarmos ao tempo do Império Romano, a região era muito diferente: o mar que hoje encontra terra na Nazaré e em S.Martinho do Porto estendia-se à época, muito mais para o interior, numa enorme bacia até Alfeizerão, onde existia um porto, e prolongava-se ao longo de toda a serra de Cela, Bárrio, Vestiaria, até Fervença.

Clima e Solo

O concelho de Alcobaça patenteia de uma situação climática muito específica. A região tem um clima de transição entre o clima mediterrânico e o clima atlântico, visto que, se verifica a ocorrência de um fenómeno visível no verão, resultado da condensação noturna das massas de ar marítimas provenientes do oceano. No inverno, as noites são frias e os dias amenos podendo as temperaturas variar entre os -2°C e os 14°C . No verão, as temperaturas são geralmente quentes (entre os 12°C e os 35°C), sendo que durante a noite a temperatura desce, devido à presença de neblina, um fenómeno recorrente na região (Figura 35).



FIGURA 37: NEBELINA QUE SE INSTALA POR CIMA DA CIDADE. (LUÍS, 2022)

3. CAPÍTULO II – PATRIMÓNIO

“Intervir em património trata-se, antes de mais, de reorganizar criticamente a matéria preexistente, através de uma arquitectura que se deixa contaminar pelo existente e que, ao introduzir o novo, afirma a sua consolidação. Embora motivada por uma procura de continuidade, a ideia de património deve conter obrigatoriamente o presente, no sentido de o ajustar constantemente às novas necessidades. Cabe ao arquitecto ter a sensibilidade para, através do conhecimento da preexistência, fazer uma síntese entre o passado e o presente, acrescentando novos significados e utilidades ao existente, sem o destruir ou anular.”

João Mendes Ribeiro

A presente dissertação centra-se na discussão do que se entende por património tendo em conta, tudo o que lhe é intrínseco, tal como as intervenções de cariz arquitetónico que têm o intuito de preservá-lo. Ao pensar numa proposta é necessário, inicialmente, ter em conta a sua envolvente, estudar essa mesma ligação às pré-existências e compreender o que significam. Seguindo a perspetiva de intervenção num lugar já edificado, mas esquecido, é necessário compreender de que modo é possível reavivar o espaço, sem chocar o passado. Esta análise segue o caminho para uma devolução do património à sociedade, interligando da melhor forma a memória do passado e a vivência do presente.

Atualmente, Património remete-nos imediatamente para a palavra *pátria*, compreendendo-se pelo conjunto de valores deixados pelo passado. Ao falar de património, falamos de memória, de vivências e da passagem do tempo, no fundo é o que permanece. Considera-se que tudo o que desperta interesse na comunidade, através da sua história e identidade, é um legado formado por características de valor histórico, artístico, cultural e que pertence a todos, que faz parte de uma sociedade e que por isso tem de ser preservado e protegido. É património tudo o que cria uma ligação com o passado, através da sua oferta sensorial, que faz com que qualquer geração se sinta envolvida. (Herculano, 1982)

As ruínas, românicas e modernas, medievais e árabes, reais e imaginadas até pitorescas, estão presentes no nosso quotidiano, e se pudéssemos classificar o termo *ruína*, de modo objetivo, concluíamos que seria sempre uma resultante física, associada ao abandono pelo homem que é denunciado pela ação do tempo. Mesmo que os registos da existência das ruínas apareça desde os primórdios, a sua valorização histórica, só vem a ser estimulada pelas áreas da literatura e pintura, no decorrer do século XVIII, caracterizando-se inicialmente como desprezada, passando progressivamente a valorizar-se como incentivo de conhecimento e de emoções, elevando-se à condição de símbolo, levando ao confronto épico entre o homem e a natureza, onde *Piranesi* defendia que a ruína era encarada como uma obra de ação da natureza e não como uma obra de arte, ou seja, não como uma obra do homem.

Contudo, a ruína vem a ser considerada como uma representação do próprio lugar, que descreve o tempo presente, impondo-se o legado do passado como objetivo contemporâneo a recuperar. Podemos afirmar que o Património é um testemunho do passado, uma memória que pode ser uma obra de arquitetura, lugares urbanos, rurais, objetos, nos quais estejam visíveis testemunhos de uma civilização ou de uma fase significativa num acontecimento histórico, mesmo sem aprofundar os conceitos escritos e discutidos. (Herculano, 1982)

O interesse do Património, surge na arquitetura articulado ao fenómeno da reabilitação, nos meados do século XV, em pleno Renascimento, onde a noção de legado histórico e a preservação dos objetos arquitetónicos arruinados, começaram a fazer sentido, inicialmente por estar ligadas a questões simbólicas, representativas, e relacionadas com o poder, para passarem a estar ligadas à identidade, à memória e de certo modo à consolidação de um elusivo imaginário coletivo.

No contexto português, o património deve ser definido como algo que proporciona qualidade de vida ao homem a nível cultural e físico, cumprindo um papel de afirmação da comunidade, nacional e internacional. Tendo em conta que a ideia de património provém da ideia elementar de preservar o passado, é no presente que temos de fazer as escolhas sobre o que importa existir no futuro. (Herculano, 1982)

3.1. O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO MILITAR PORTUGUÊS

Neste momento, é importante perceber e analisar o que é uma fortaleza, qual a estratégia de implantação no território, quais os interesses que esta estrutura teve e continua a ter no nosso território e qual o futuro destas obras para a sociedade e para as gerações próximas. A identidade nacional assenta num vasto núcleo de obras de arquitetura, militares, espalhadas por todo o território português. Atualmente esse núcleo, é aclamado de património arquitetónico militar e artístico português. De facto, todas essas obras marcam e caracterizam a grande parte das nossas paisagens urbanas e rurais, contribuindo também, para o nosso imaginário, acumulando uma forte carga simbólica, contendo em si articulados, não só fatos importantes da história nacional, como também inúmeras lendas. Considera-se um património arquitetónico significativo, consciente ou inconscientemente, associado às vivências e memórias locais que, ainda hoje nos suscita grande interesse, na população local, nos especialistas e nas autoridades. (Noé, 2015)

As obras de arquitetura militar aqui referidas, designam-se por fortificações, *“o conjunto de edifícios, estruturas, trabalhos e obras de defesa militar numa vasta área, numa determinada região ou num local, englobando não só as atalaias, castelos, fortes e fortalezas, como ainda as obras de valorização do terreno para fins defensivos...”* (Nunes, 1959, p. 119)

Em locais geograficamente favoráveis, como a orientação e a natureza do terreno, cursos de água e os eixos de aproximação de forças inimigas via terrestre, eram propícias à sua entrada, assim as fortificações medievais e modernas eram dispostas ao longo da costa atlântica e mediterrânea, bem como nas zonas de fronteira portuguesas. Os eixos de penetração em território nacional, mais usados nas invasões terrestres, eram fundamentalmente cinco, pelo Minho, pela veiga de Chaves, pelo vale do Mondego, pelo vale do Tejo e pelo Alentejo, na linha de Badajoz-Elvas-Estremoz. Posteriormente é ao longo ou nas imediações desses eixos de penetração, que se investiu na modernização, construindo e reconstruindo os sistemas defensivos, ao longo de vários séculos. (Noé, 2015, p. 5)

Cronologicamente, as primeiras fortificações são referentes à época medieval, século XI, onde foram reaproveitados elementos ou estruturas existentes, de épocas anteriores. Assim, as fortificações são o resultado de um conjunto de adaptações às alterações de estratégia, à evolução do armamento e à arte de sitiar, devido aos

longos períodos de conflito militar, tanto para a conquista como para a defesa do território português. (Noé, 2015, p. 5)

No início do século XIX, principalmente após as Invasões Francesas, algumas fortificações são alvo de obras, sendo realizadas já no século XX pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, evitando o desaparecimento de muitas destas obras arquitetónicas militares. A realização destas obras conduziu à realização de alterações mais ou menos significativas, tendo por vezes, “reinterpretado” os vestígios subsistentes, conferindo-lhes um perfil arquitetónico “antigo” ou considerado original condizente com as representações iconográficas. Devido a esta razão, em cada fortificação é possível coexistirem elementos de várias épocas, traduzindo materialmente a própria evolução da fortificação em território nacional. (Noé, 2015, p. 6)



FIGURA 38: FASES DE FORMAÇÃO DE PORTUGAL. (BERNARDES, 2022)

As Fortificações no Território

A fortificação medieval portuguesa está diretamente relacionada com a Reconquista Cristã, o crescimento de Norte a Sul e a consequente organização do território português, que procurava fortalecer as linhas fluviais e fortalecer lugares considerados mais adequados à defesa desse território. A sua riqueza expressava a posse do território envolvente, visto que o castelo português, assumiu essencialmente um caráter militar, político e estratégico, pertencendo ao Rei e não aos senhores feudais como se estabelecia no resto da Europa. (Noé, 2015, p. 7)

As primeiras construções de castelos surgem a Sul do Douro e na região de Entre-Douro-e-Minho em meados do século IX, multiplicando-se mais tarde no século X e, principalmente no século XI, abrangendo cada vez mais regiões. Os castelos começam a ser construídos com pequenas guarnições de militares portugueses, dando assim, início à organização do Reino e à organização de aldeamentos como resposta à insegurança das populações. Os castelos e recintos defensivos eram usados de modo a que as populações se defendessem dos constantes assédios a que estavam sujeitas, bem como para salvaguardarem os seus bens.

Assim, a defesa do território passa a apoiar-se numa rede essencial de castelos relacionados entre si, construídos em lugares estratégicos, tais como zonas de fronteira, fluvial, marítima ou terrestre e próximos das principais vias de comunicação, muitas vezes aproveitando as condições geográficas naturais de defesa, e assim garantir a posse desse território bem como da sua área envolvente, e a segurança da população que o habitava. (Caleiro, 2020, p. 55)

Na fase inicial deste processo de *encastelamento* que acompanhou o processo de Reconquista, os castelos eram construídos por iniciativa comunitária – castelos roqueiros - eram pequenos castelos de planta irregular, normalmente devido à sua adaptação morfológica do terreno rochoso, construído de pedra mal aparelhada e sem argamassa, localizado em locais altos de onde era possível manter a dominação visual das áreas envolventes do território. (Noé, 2015, p. 7)

Atualmente são poucos os castelos desta natureza, não só pela sua fragilidade de construção, como também pelas reparações posteriores que sofreram. Apesar destas alterações, a título de exemplo é possível destacar o castelo de Algosó, Arnóia, Penas Róias, de que permanece apenas a torre de menagem, Pena de Aguiar e Penela. Este processo de *encastelamento* deu também origem aos castelos de iniciativa condal, com plantas regulares e arquitetonicamente mais elaborados, assentes nas *civitates*

das quais a de Braga, Guimarães, Seia, Coimbra, Portucale (Porto), Anégia, Santa Maria, Viseu, Lamego e Flávias (Chaves), que se estruturaram tendo em conta a centralidade de localidades que anteriormente haviam assumido a sua importância no período romano e suevo-visigodo, sendo algumas antigas sedes episcopais.

A partir do século X e inícios do século XI, em paralelo com a progressão da Reconquista para Sul, é arrastada consigo um período de imensa instabilidade e transformações políticas e sociais, que se reflete na ascensão de determinados elementos da nobreza local. Assim, a organização territorial baseada nas *civitates* dá lugar a unidades territoriais e administrativas mais simples e controladas pelo poder régio – *as terras*. Cada *terra* tinha o seu castelo, gerido por um nobre local (tenente), sendo que esta organização de controlo do território irá predominar até meados do século XIII. (Noé, 2015, p. 8)

Em 1143, D. Afonso Henriques reconhecido como rei de Portugal, prosseguiu a Reconquista em direção aos núcleos urbanos mais desenvolvidos a Sul do rio Tejo. Devido à instabilidade deste território e às constantes mudanças das linhas de fronteira, levou à realização de melhoramentos dos castelos existentes bem como a realização de novas construções de castelos ou atalaias. Assim, após a segunda metade do século XII, existe um processo de reorganização territorial que deu origem a uma nova forma de habitat, sendo que as unidades territoriais controladas pelo poder régio designadas de – *as terras* – passam a ser designadas de – *a vila*, sendo uma nova forma de habitar um determinado núcleo concentrado numa fortificação. Esta nova organização social adaptava-se melhor à organização política e económica onde o desenvolvimento do comércio ganha peso e as atividades artesanais ganham agora importância, enquanto o poder régio se afirmam homens livres da órbita dos poderes senhoriais, sendo reconhecidos e garantidos os direitos e a organização concelhia destas comunidades pelo monarca. (Noé, 2015, p. 9)

Existem várias Ordens Militares que elevaram este processo de alargamento e povoamento do território nacional, construindo fortificações ao longo dos eixos de circulação e nas terras que já controlavam, melhorando os sistemas defensivos existentes com elementos inovadores que tomaram conhecimento nas cruzadas influenciados pela Ordem dos Templários (1119-1312). São exemplos deste processo, a Ordem do Templo (1128), a Ordem do Hospital (1128), a Ordem de Santiago (1172) e a Ordem de Avis (Milícia de Évora – 1175). (Caleiro, 2020, p. 56)

O Castelo Românico

O início da nacionalidade portuguesa, é dominado pelo estilo românico, os castelos eram essencialmente de “defesa passiva”, construídos em locais elevados, de difícil acesso por estar implantado em afloramentos rochosos, e portanto dominantes visualmente na paisagem, para controlar as áreas envolventes e ser detetado, assim tirava partido das condições naturais de defesa e da morfologia do terreno. (Noé, 2015, p. 9)

Caraterizados como castelos de pequenas dimensões, com plantas irregulares, devido à sua implantação, que são geralmente alongadas ou circulares. Compostos por muralhas altas e espessas e com um adarve estreito pelo interior, acedido por escadas rasgadas na espessura das muralhas e protegido por parapeitos simples ou ameados. A ameia e a abertura têm aproximadamente a mesma largura. São compostos ainda por torres de planta quadrangular adossadas À muralha, rasgadas por seteiras estreitas. (Noé, 2015, p. 9)

As cercas urbanas românicas são de pequenas dimensões e possuem cubelos de planta quadrada, sendo que em alguns casos são construídas cercas autónomas e externas às muralhas da cerca da vila, principalmente no século XI, para o abrigo da população, animais ou outros bens em caso de perigo. A título de exemplo pode-se destacar como as mais antigas cercas, as de Penela e Montemor-o-Velho, ambas do século XI. As portas dos castelos românicos e cercas urbanas, são estruturalmente simples em arco de volta perfeita ou, ocasionalmente, ultrapassado, assente nos pés direitos ou impostas, sendo construídas num número reduzido, já as portas falsas são de menores dimensões e estão rasgadas na muralha de modo dissimulado no lado oposto à principal. A cisterna, o poço ou a fonte, é outro elemento importantíssimo nas fortificações, já que a capacidade de resistência a longos cercos só era exequível se existisse uma fonte de abastecimento de água potável, localizando-se predominantemente no pátio dos castelos. (Noé, 2015, p. 11)

Dentro das caraterísticas gerais, o contato com outras fortificações e as fortificações muçulmanas, a assimilação cultural dessas estruturas, técnicas e linguagem, a conseqüente continuidade da ocupação destas fortificações, leva-nos a identificar dois tipos de conceções: o castelo cristão típico do Norte (com uma pequena estrutura muralhada com um pequeno pátio) e o castelo típico do sul (com alcáçovas e Almedina). (Noé, 2015, p. 9)

A Ordem dos Templários, terá sido a entidade que melhor dominou as regras da arquitetura militar e que melhor as soube aplicar no terreno, sendo responsável por algumas estruturas inovadoras. A sua primeira grande fortificação foi sem dúvida o Castelo de Tomar que, durante uma década, terá absorvido todo o esforço construtivo da Ordem. A torre de menagem, os paramentos com talude ou ressalto e o cadafalso ou hurdício são os três aspetos inovadores que a Ordem introduziu nas fortificações românicas. (Noé, 2015, p. 10)

A principal novidade deste período é a torre de menagem, construída de forma isolada no interior do pátio da fortificação, no local mais elevado possível, com a objetivo de controlar todas as partes do castelo, o que permite fazer tiro sobre os seus diferentes recintos, que se desenvolvem em cotas inferiores. O piso térreo da torre, geralmente não tem aberturas, sendo aproveitado como prisão, armazém ou como cisterna, os outros pisos, a divisão entre compartimentos ou pisos era realizada em madeira, mas também podia ser abobadado, a porta que dava acesso à torre de menagem era rasgada num nível sobrelevado e o acesso, primitivamente era acedido por uma escada móvel, que em caso de perigo poderia ser removida e assim isolar a torre do próprio recinto. (Noé, 2015, p. 10)

Os paramentos com talude ou ressalto, eram usados como reforço na parte inferior das muralhas e das torres da fortificação com grande inclinação, de modo a aumentar a estabilidade construtiva, manter longe os engenhos de guerra bem os assaltantes, dificultando assim os trabalhos de sapa e de menagem. (Noé, 2015, p. 102)

A Ordem dos Templários instala outro aspeto inovador nas fortificações, designado como cadafalso ou hurdício, que consiste numa galeria provisória em madeira que coroava as muralhas e as torres, na face externa dos muros, montado em períodos de guerra e desmontado em tempos de paz (hoje é apenas identificável pelos orifícios, quadrangulares e dispostos em ritmo regular, onde se fixavam os suportes da sua sustentação). Esta inovação dividia-se em dois tamanhos, um mais curto e outro mais longo, as faces exteriores tinha aberturas para o lançamento de setas ou virotões e no pavimento para o lançamento de projéteis na verticalidade sobre a base da fortificação. Uma vez que o cadafalso era frágil e se incendiava com facilidade, as vigas de suporte começaram a ser substituídas por mísulas de cantaria, acabando por evoluir até ao balcão. (Noé, 2015, p. 70)

Ano de 1147

Entre o período românico e o gótico, ocorre o Cerco de Lisboa, com início a 1 de julho de 1147 a 25 de outubro, que integrou a Reconquista Cristã da Península Ibérica, culminando na conquista desta cidade aos mouros pelas forças de D. Afonso Henriques com o auxílio dos Cruzados que se dirigiam para o Médio Oriente, mais propriamente para a Terra Santa. (Pinto, 2016)



FIGURA 39: CERCO DE LISBOA 1147, AS FORÇAS DE D. AFONSO HENRIQUES CONQUISTAM LISBOA AOS MOUROS. (GAMEIRO, 1917)

O Castelo Gótico

Fim da Reconquista, com posse definitiva do Algarve, em 1249, e definida a fronteira luso-castelhana, através da assinatura do Tratado de Alcanizes, em 1297, a estratégia político-militar e a organização do território sofre bastantes transformações. O Tratado de Alcanizes faz com que Portugal, na região do Alentejo, desista de vários castelos, recebendo outros em troca. A delimitação quase definitiva desta região chama a atenção dos monarcas, fazendo com que muitos dos castelos do interior do território, ligados ao processo de Reconquista e à organização do território, perdessem o seu valor estratégico e comecem a entrar em decadência. Por outro lado, os castelos dispostos na fronteira terrestre e costeira e ao longo das vias de acesso às principais cidades, nomeadamente à capital, que entretanto é transferida para Lisboa, mantêm-se ativos, e é neles que se produzirão as primeiras reformas arquitetónicas. Estas reformas foram iniciadas com D. Afonso III (12010-1279), prolongando-se nos reinados seguintes. (Noé, 2015, p. 12)

D. Dinis, em 1318 institui a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, sucedendo à Ordem do Templo, extinta em 1311, mantendo-a no âmbito da coroa numa política de centralização do poder. Assim procede à reorganização administrativa do território, criando mecanismos de fiscalização e controlo mais apertados, e procura reformar e modernizar as fortificações. As fortificações junto fronteira terrestre com Castela – Alto Alentejo e Ribacôa, são alvo de intervenções, durante o reinado de D. Dinis, com a intenção de estimular e consolidar o povoamento das zonas raianas através da atribuição de cartas de foral. A consolidação das linhas de fronteira que, fazem parte da estratégia de D. Dinis, continuam na segunda metade do século XIV e têm continuidade nos reinados posteriores. (Noé, 2015, p. 12)

Foi no reinado do Lavrador (D. Dinis), que os castelos começam a apresentar características diferentes e elementos góticos. Alguns autores defendem, que é neste período que os castelos passam de uma “defesa passiva” para uma “defesa ativa”. Isto significa que, estas fortificações se tornaram capazes não só de resistir, passivamente, aos ataques inimigos, mas também de contra-atacar os sitiados, mediante processos e soluções inovadoras. (Noé, 2015, p. 13)

Lugares mais planos são uma das premissas para este novo tipo de castelos, agora livres dos condicionalismos topográficos, apresentam plantas mais regulares. As muralhas tornam-se mais largas e conseqüentemente os adarves ou caminhos de ronda tornam-se mais exequíveis, acedidos por escadas adossadas aos muros. As

ameias tornam-se mais baixas e largas e são rasgadas por seteiras e troneiras as aberturas entre ameias tornam-se menores. (Noé, 2015, p. 13)

A Torre de Menagem passa a integrar-se na cerca, surgindo no meio de panos de muralha ou num dos ângulos, contribuindo para a solidez da fortificação e defendendo as zonas mais sensíveis como as portas, sendo que, em alguns casos é na própria torre que se abre a porta principal. Além disso, a planta quadrangular ou retangular passa a ter outras planimetrias, mais adequadas à defesa e tiro.

A torre vai-se tornando gradualmente, mais alta e larga, pelo facto de conciliar a função militar com a função habitacional onde o alcaide exercia as suas funções e onde residia. A capacidade de defesa, veio a ser aperfeiçoada devido à multiplicação das torres e cubelos e a consequente diminuição do espaço entre elas, predominantemente de planta quadrangular, mais altas que as muralhas, mas mais baixas que a torre de menagem e dispostas nos ângulos das muralhas. (Noé, 2015, p. 13)

As barbacãs, são muralhas construídas próximas do lado exterior da fortificação e mais baixas que as muralhas, com a intenção de reforçar as portas de entrada da cerca, sendo que as primeiras começam a elevar-se ainda no reinado de D. Pedro I, no século XIV. Ao longo do século XIV e já no reinado de D. Fernando começa o processo de amuralhamento das vilas ou a reforma das cercas arruinadas que já existiam ou às que já não correspondiam às novas necessidades, revelando a nova importância estratégica desses aglomerados urbanos, pois neste período, ocupar o território agora não passa apenas pela conquista de um castelo, mas o seu desenvolvimento. (Noé, 2015, p. 14)

Ao longo da segunda metade do século XIV e do século XV, alguns castelos góticos das Ordens Militares adquirem características residenciais devido às novas funções e aos melhoramentos das fortificações. Assim as torres de menagem começam a ser desenvolvidas e ampliadas, os pisos superiores dispõem de amplos e decorados vãos, que comunicam entre si por escadas de cantarias. (Noé, 2015, p. 14)

Os compartimentos começam a ser dotados de lareias, chaminés, melhores acabamentos de cantaria ou forros de madeira. A porta fortificada, com arco de volta perfeita ou apontado e a porta principal que dava acesso ao recinto interior da cerca, passa a ser ladeada ou franqueada por duas torres. (Noé, 2015, p. 15)

Folha em Branco

4. CAPÍTULO III – O CASTELO DE ALCOBAÇA



FIGURA 40: VISTA AÉREA DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA, S.D.)

4.1. CONTEXTO HISTÓRICO

O Castelo de Alcobaça é uma construção medieval reedificada pelo Rei D. Afonso Henriques no século XII, após a conquista do mesmo aos mouros. Ao longo dos séculos, o Castelo sofreu abalos e remodelações até ter sido derrubado por indicação da Rainha D. Maria II, no século XIX. Na segunda metade do século XIX, foi realizada uma reconstrução a uma das partes do Castelo, tentando devolver alguma da importância a este património. (Larcher, 1933)

Por força da sua vida atribulada, o Castelo de Alcobaça já não apresenta o esplendor de outros tempos, embora, apesar de tudo, continue a ser um exemplar dos primórdios de Portugal, sendo um símbolo do processo de formação do nosso país e da conquista do território nacional, iniciado pelo Rei D. Afonso Henriques.

Consideram alguns escritores, que fosse de origem árabe o Castelo de Alcobaça, afirmando que o edificaram na zona mais alta da vila, dando-lhe o nome de Alcácer-bem-el Abbaci, como referido anteriormente, representando o nome de uma porta da cidade de Marrocos. Outros escritores mostram que toda a região ocupada pelos concelhos da parte meridional, do atual distrito de Leiria, era despovoada ao tempo da fundação do grandioso Mosteiro, atribuindo Frei Fortunato de S. Boaventura e Frei Manuel dos Santos a sua fundação aos anos de 1195 e 1200, enquanto Herculano o supõe datar de 1184. (Larcher, 1933)

Perante a leitura dos vários historiadores que se referem a este Castelo, parece pertinente, adotar a melhor visão, sendo possível talvez chegar a uma conclusão coerente, capaz de harmonizar até certo ponto as opiniões divergentes sobre a origem deste Castelo. A fertilidade do terreno e as proximidades do rio e a situação estratégica daquele ponto, tudo nos leva a supor a existência dos árabes naquela região, e, se eles ali permaneceram, é natural que escolhessem um ponto elevado para a construção do seu Castelo. Segundo a teoria de Frei António Brandão, o Castelo de Alcobaça “*consta ser lugar mui forte quando o Mosteiro se fundava, pois El-Rei D. Sancho I, filho d’El-Rei D. Afonso Henriques, tinha ali depositado parte dos seus tesouros como êle diz em seu testamento*”. Mas entre outras opiniões é de destacar também, a do escritor e investigador histórico (Natividade V. M.), que nos dá como existindo o Castelo mouriscado à data em que foi escolhido o local para a fundação do convento. Não é de hesitar a existência deste Castelo, numa data anterior à fundação do convento, o qual deveria ter sido tomado por D. Afonso Henriques aos mouros em 1147, e é natural que depois a luta fosse abandonado em virtude do estado de ruína em que ficou, e assim, quando em

fevereiro de 1148 se lançou a primeira pedra para a fundação do convento, aquela região estava, de facto, despovoada. Mais tarde, no reinado de D. Sancho, em data que não se pode precisar, foi reconstruído o Castelo, “*para nelle se recolherem os Monges, e paisanos em outra invazam semelhante; e a tenência do mesmo Castello a deu aos Abbades pera que o fizessem prezidiar, e o tivessem da sua mano*”. (Larcher, 1933)

Como consequência do terramoto de 1422, o Castelo sofreu bastantes estragos que mais tarde, D. João I ordena a sua reparação. Este velho Castelo, do tempo dos mouros e que durante muitos anos serviu de forte prisão, devia ter sofrido várias reparações a partir do reinado de D. Sancho. Já no século XVII, no contexto da Dinastia Filipina (1580-1640) tiveram lugar novas obras de reparo no Castelo (1627), nesta fase, a torre albarrã, a leste passa a ser usada como cadeia, segundo Frei Manuel de Figueiredo. Mais tarde, o terramoto de 1755 provoca danos irreparáveis ao Castelo, que perdeu, desde esta data, a função de alcaidaria, e a torre albarrã, que ruiu, deixando a Vila de Alcobaça sem prisão, conforme Frei Manuel de Figueiredo.

Na primeira metade do século XIX, sob o reinado de Maria II de Portugal (1826-1828; 1834-1853), já sem função estratégica ou defensiva, o Castelo passou para posse da Câmara Municipal de Alcobaça que determinou destruí-lo (1838), utilizando-o como pedreira para novas construções da Vila. Até 1855, foram doadas e vendidas milhares de carradas de pedra diversa e cantaria. E já em 1854, o Castelo é considerado extinto nas Atas da Câmara Municipal. Mais tarde, em 1956, a autarquia procedeu a obras de reconstrução parcial da muralha voltada para o Mosteiro, mais especificamente, obras de limpeza do monumento e da sua área envolvente, incluindo-lhe os acessos, no âmbito da visita a Alcobaça da rainha Isabel II do Reino Unido (1952), que se efetuou em 1965. (Castelo de Alcobaça, s.d.)

Atualmente as “Ruínas do Castelo de Alcobaça” encontram-se classificadas como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº95/78, publicado no Diário da República, I Série, nº 210, de 12 de setembro. (Matias, 2003)

Características Gerais

Início da construção – Século XII;

Época de construção – Século XIII a Século XIV;

Mestres de obras – D. Frei João de Ornelas (barbacã); D. Frei Gonçalo Ferreira (reconstrução da torre de Menagem)

Materiais – Cantaria de pedra calcária, em aparelho isódomo, na primeira cerca;

Utilização Inicial – Militar: Castelo

Utilização Atual – Cultural e recreativa: marco histórico-cultural;

Acessos – Rua do Castelo e Avenida Maria Oliveira;

Coordenadas – Lat.: 39.550391, Long.: -8.982643;

Propriedade Pública – Municipal;

Proteção – Categoria: IIP- Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 95/78, DR, 1.ª série, n.º 210 de 12 setembro 1978.



FIGURA 41: VISTA GERAL DE POENTE. (MATIAS, CASTELO DE ALCOBAÇA, 2003)

4.2. BREVE DESCRIÇÃO DO CASTELO DE ALCOBAÇA

Considerado um exemplar de arquitetura militar, o Castelo de Alcobça, de estilo românico e gótico, de implantação urbana, construído à cota de 69 metros acima do nível do mar, junto à margem do rio Baça, do lado noroeste da povoação dominando-a.

O Castelo é orientado a Noroeste/Sudeste, com uma área interna de cerca de 700 m² e apresenta uma planta retangular, afinando, ligeiramente, para Sudeste. Os seus muros terão sido reforçados por sete cubelos de planta quadrangular, quatro no alçado Nordeste e três no alçado a Sudeste, e mais um torreão destacado pelo lado Oeste (torre de menagem), voltando para o Mosteiro de Alcobça. No século XVIII, eram ainda visíveis quatro colunas no interior do Castelo, o que nos sugere a existência de um pátio interno coberto, porventura, por uma estrutura de captação de água da chuva para a cisterna. (Larcher, 1933)

A cisterna, atualmente desativada, conserva, ainda, à superfície, a entrada e dois respiradouros. Ocupa uma área considerável, com planta retangular e teto em dupla abóbada, separado por uma coluna central. A cisterna terá, certamente, na sua origem mais remota, outra de menores dimensões, coetânea da primeira fortificação edificada no local. Sobranceira ao Mosteiro, localiza-se a torre de menagem, de planta retangular e com uma área de cerca de 30 m², era também designada como “nome do Cardeal de homenagem”, sendo que Frei Manuel de Figueiredo referir-se-á, ao Cardeal D. Henrique. Possuía janelas nos alçados Leste e Sul, sendo que no alçado Leste, ostentava uma imagem de Nossa Senhora da Pena, encimando um brasão com quatro vieiras postas em aspa, que possivelmente terá pertencido ao Abade Frei Nicolau Vieira ou ao seu sobrinho, o alcaide Lançarote Gonçalves, nomeado em 1474. (Larcher, 1933)

A Noroeste, entre a barbacã e o Castelo, localiza-se a torre albarrã, também designada como “Torre dos Sete Sobrados”, de planta quadrada, com uma área interna com cerca de 40 m² e ligava ao castelo por uma poterna, da qual hoje nada existe. No século XVII, Frei Manuel de Figueiredo referiu que os vestígios que encontrou no local mostram que a torre ligava ao Castelo também por um caminho subterrâneo. À semelhança do Castelo, a torre albarrã, e a torre de menagem foram edificadas com silhares de grés de grandes dimensões.

A barbacã apresentava planta ovalada, com entrada localizada a Sudeste, sendo reforçada, no lado Oeste, por quatro cubelos, um dos quais de planta quadrangular, virado a Sudeste, dois semicirculares, a Norte, e outro, de maiores dimensões, de

planta quadrada e que ainda conserva um seteira, virado a Noroeste. Os cubelos da barbacã estão estrategicamente localizados, no lado de mais fácil acesso.

O conjunto teria duas entradas, uma junto à torre albarrã, que foi posteriormente fechada, em data indeterminada, e outra, projetada para a entrada da barbacã, entre a torre de menagem e o cubelo virado a Noroeste, com um porta arqueada, encimada por uma janela. A defesa era complementada ainda por um fosse, desaparecido. (Larcher, 1933)



FIGURA 42: VISTA AÉREA DO CASTELO DE 1950. (ALCOA, 1991)



FIGURA 43: VISTA AÉREA DO CASTELO DE 2022, CONSULTADA EM GOOGLE EARTH.

Cartografia, Desenhos e Plantas Antigas

Os próximos desenhos são fulcrais para a compreensão geral das ruínas do Castelo de Alcobça, sendo a base de trabalho para o levantamento arquitetónico do objeto de estudo.

Século XVIII



FIGURA 44: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO SÉCULO XVIII. (COUTO, 1957)

Ano de 1826



FIGURA 45: "PLANTA DA VILLA DE ALCOBAÇA" - COPIADA POR ANTÓNIO CAZEMIRO TERREIRA, TENENTE DO EXÉRCITO EM ANO DE 1826. (FIGUEIREDO, 2001, P. 154)

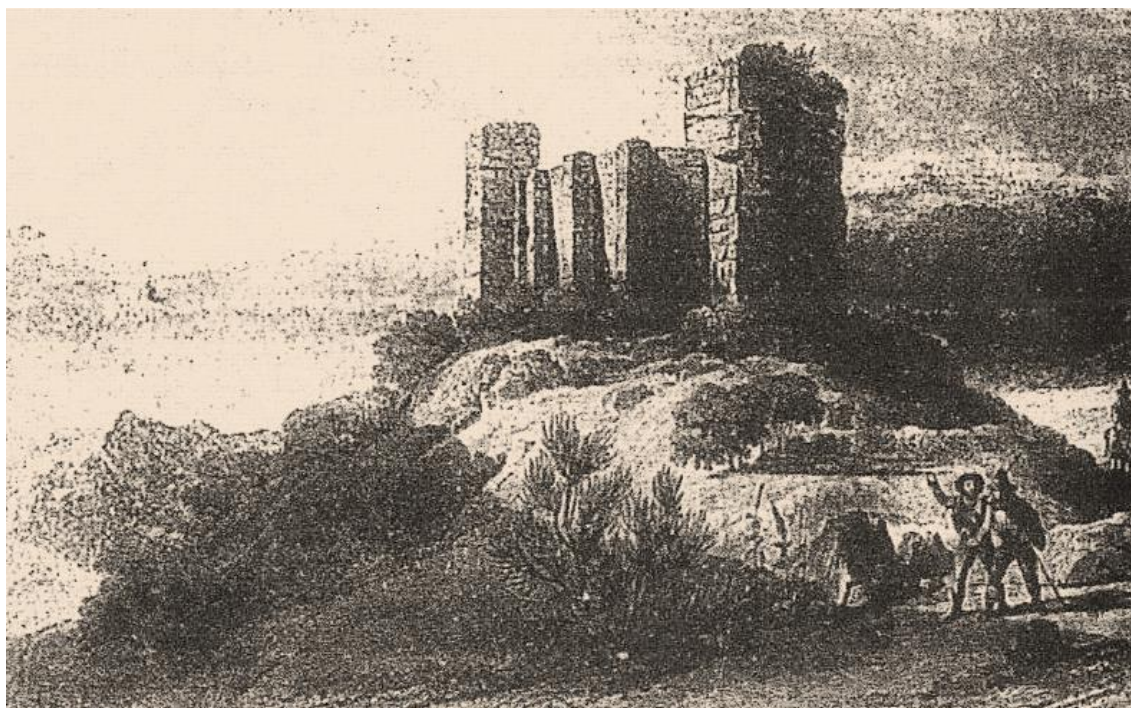


FIGURA 46: CASTELO DE ALCOBAÇA-GRAVURA FRANCESA (DESENHO DE J.TAYLOR, 1826). (FIGUEIREDO, 2001, P. 154)

Ano de 1947



FIGURA 47: PLANTA DA VILA DE ALCOBAÇA, ANTES DO DESATERRO E RECONSTRUÇÃO.
(ALCOA, 1991)

Ano de 1956



FIGURA 48: PLANTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (MARTINS, 1956)

Ano de 1966



FIGURA 49: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (CASTELO DE ALCOBAÇA, 1966)



FIGURA 50: REPRODUÇÃO DE DESENHO DO CASTELO DE ALCOBAÇA. (CASTELO DE ALCOBAÇA, 1966)

Ano de 1991



FIGURA 51: PLANTA DA VILA DE ALCOBAÇA, CASTELO. (ALCOA, 1991)

4.3. LEVANTAMENTO DO CASTELO DE ALCOBAÇA

Castelo Atualmente

Legenda:

- Construção Permanente
- Construção Enterrada
- Construção Demolida

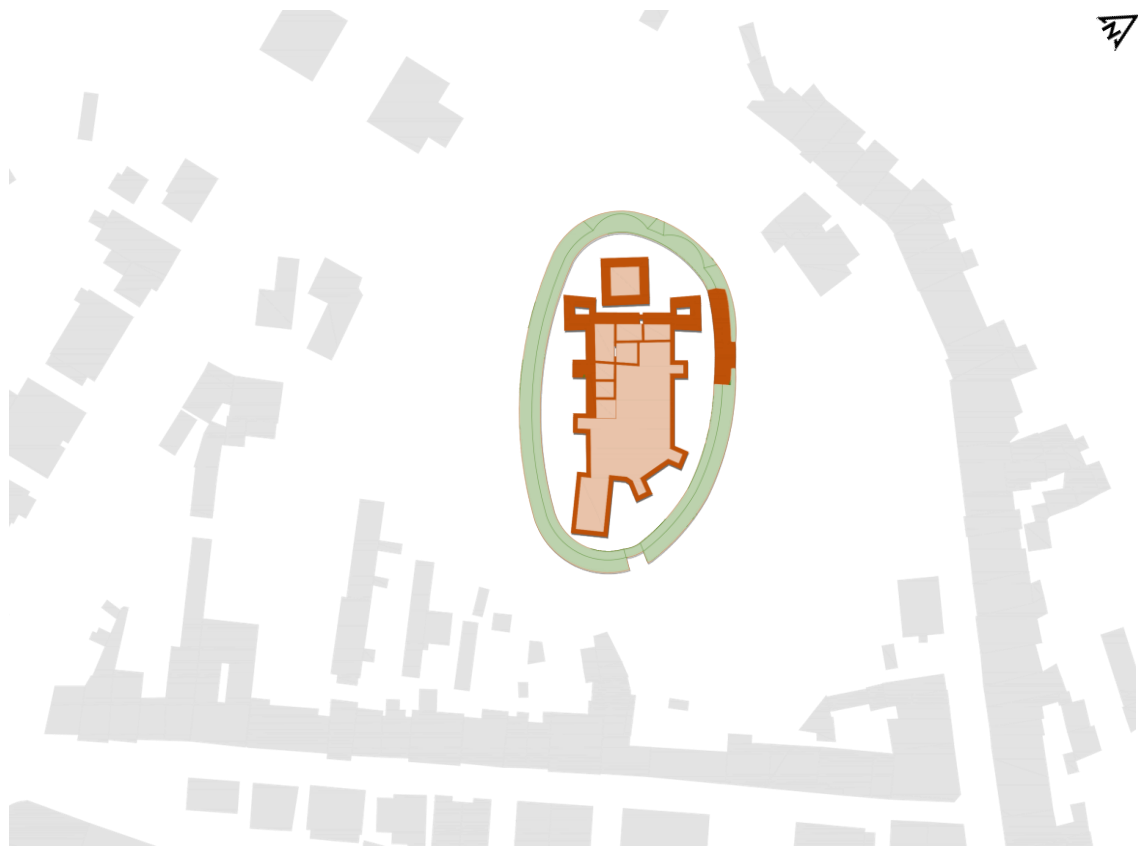


FIGURA 52: PLANTA SÍNTESE DA CONDIÇÃO ESTRUTURAL GERAL DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

Legenda:

- Regular Estado de Conservação
- Mau Estado de Conservação
- Destruído Estado de Conservação



FIGURA 53: PLANTA SÍNTESE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.












Legenda:

- Envolvente Urbana/Construída
- Envolvente não Construída



FIGURA 54: PLANTA SÍNTESE DA RELAÇÃO DO CASTELO COM A ENVOLVENTE NÃO CONSTRUÍDA E COM A ENVOLVENTE URBANA.

Legenda:

-  Torre Albarrã
-  Compartimento I
-  Compartimento II
-  Compartimento III
-  Compartimento IV
-  Pátio Geral
-  Sondagem
-  Sondagem no interior do Compartimento I
-  Sondagem no interior da Torre de Menagem
-  Barbacã
-  Porta de entrada no Castelo

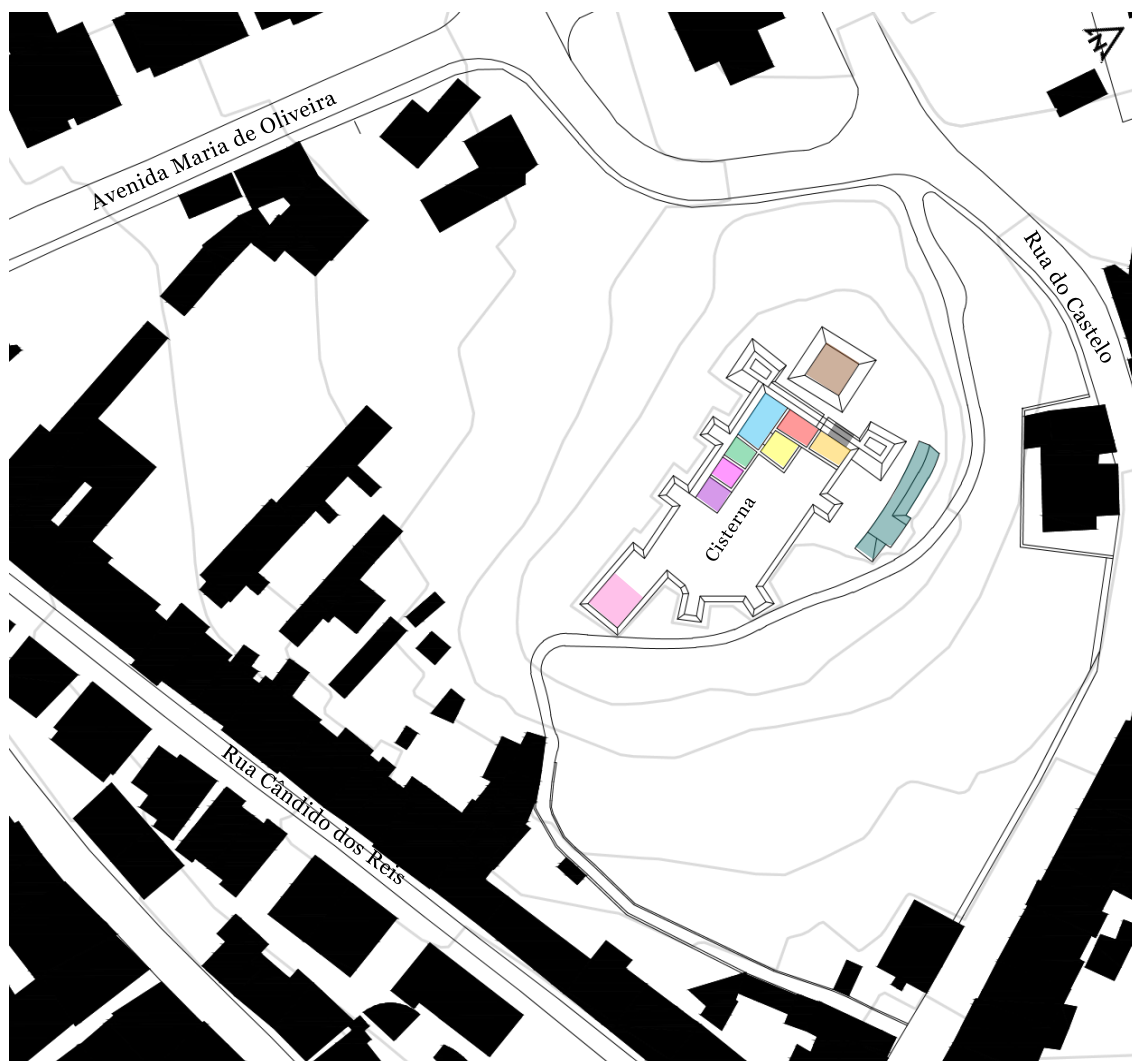


FIGURA 55: LEVANTAMENTO DOS ESPAÇOS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

Legenda:

- Área do Castelo de Alcobaça – 1134,20 m²
- Área da Torre Albarrã – 127,38 m²
- Perímetro do Castelo de Alcobaça – 223,70 m
- Perímetro da Torre Albarrã – 45,17 m



FIGURA 56: LEVANTAMENTO DAS ÁREAS E PERÍMETROS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

5. CAPÍTULO V - MEMÓRIA, PAISAGEM E ARQUITETURA

“Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações conquistadas na dor e no prazer do corpo”

Pierre Alain Croset

5.1. MEMÓRIA COMO CRIAÇÃO DO ESPAÇO

A presente dissertação, como é visível, pretende resgatar a ideia de memória histórica, através de registos, fotografias, revistas, jornais que ajudam uma melhor compreensão sobre os assuntos em desenvolvimento. É através da memória que mantemos vivo o passado, de modo a que este não seja totalmente esquecido, sendo que, é necessário ter a consciência que o solo que pisamos hoje já muito foi trabalhado, e visto que a nossa existência se entende como uma mera passagem, é necessário, ter a consciencialização de que não estamos sós e respeitar os nossos antepassados. No caso do Castelo de Alcobaça, a sua História apesar de estar escrita, ainda que com desmemórias, contribuindo para isso, a passagem do tempo e a falta de divulgação, causa o esquecimento da sua História. O tempo foi levando as memórias do Castelo de Alcobaça, deixando apenas as suas ruínas. A identidade da própria cidade tem vindo a desaparecer, sendo necessário resgatá-la no tempo e reerguê-la, motivando a população para a sua regeneração.

Pierre Nora, fundamenta a teoria de Lugares de memória, em que defende a existência de lugares de memória, pois esta e a identidade pareciam estar a desaparecer, sendo que, os lugares de memória são lugares deixados pelo tempo e que se perpetuam na vida de uma sociedade. O sábio conhecimento e sabedoria de uma cidade são transmitidos através de testemunhos de outros tempos.

Geralmente, estes lugares de memória acabam por ser notáveis tanto a nível histórico como a nível da memória, e é esta dualidade que os torna únicos, pois nem todas as ruínas e edifícios abandonados têm o privilégio de ser considerados um lugar de memória. Para tal, é necessário que estes lugares tenham uma identidade que lhes confere como uma memória, sendo lugares que testemunharam variadíssimos feitos e que permanecem na cidade, pois são bens de memória dessa cidade e da sua história. (Calado, 2019, p. 60)

O facto destes lugares terem deixado ainda vestígios, se forem preservados, contribuem para suscitar nas pessoas, memórias de uma época. Caso contrário, os vestígios vão sendo cada vez menores até desaparecerem perdendo-se a união entre o espaço e o tempo. Em Alcobaça o que mais se destaca no seu terreno natural são os vários lugares de memória, que vão surgindo ao longo do caminhar. Os jardins, paisagens, monumentos, os rios, e até a própria história, são peças que guardam memórias da época, sendo que, uma das premissas desta dissertação passa por restaurar essa mesma memória. A memória dos antepassados desta época, querendo ensinar e dar a conhecer às gerações atuais e futuras a individualidade de Alcobaça, por conter uma história tão rica e cheia de paixão. (Calado, 2019, p. 61)



FIGURA 57: RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

A memória permite-nos conectar diferentes tempos e diferentes espaços, sendo que, a leitura não é apenas a única ferramenta que nos ajuda a recordar. Pelo que, se conseguirmos ver o espaço, o Homem tem muito mais facilidade em perceber, imaginar os acontecimentos que não ocorreram durante a sua existência. O Arquiteto é quem inicialmente cria um espaço, sendo ele que nos apresenta a sua forma de lidar com um determinado território. A memória que este vai albergando ao longo da sua vida, é um dos ingredientes bastante influenciadores do projeto em que atua. Para um espaço nos gerar sensações sejam elas auditivas, visuais, sensoriais ou emocionais, um arquiteto tem de sentir, perceber, conhecer o território, bem como a sua história, para que posteriormente consiga, juntamente com a sua memória criar as sensações desejadas aos utilizadores. O objetivo neste trabalho é precisamente esse, conseguir transmitir a sabedoria de um passado, através de uma intervenção arquitetónica, de modo aquando visitada as pessoas consigam criar memórias do espaço. Uma memória integrada na arquitetura poderá influenciar as memórias de gerações futuras de modo mais atraente. É através da memória que podemos projetar, é através do conhecimento, do viajar no tempo, do interesse que um arquiteto tem pela sua arte que é capaz de transmitir às pessoas o que sente, sendo desta forma, também, que as leva a sentir e usufruir do espaço tal como ele o imagina. Caso assim não fosse, o arquiteto não teria de pensar em formas que criassem atmosferas, deixando-se influenciar pelas suas memórias como indivíduo. Segundo alguns autores, a arquitetura, acaba por ter uma relação com o tempo, ela vai “sofrendo” marcas ao longo dos anos que acabam por registar a sua vida e circunstâncias pelas quais passou, sendo que, estas marcas devem ser analisadas de modo a conseguirem intervir sem desvalorizar o envelhecimento de um lugar. Os espaços que nos alteram emocionalmente, acabam por fazer parte da nossa memória, e por conseguinte, é importante conseguirmos perceber como é que estes espaços se distinguem para contemplarem o privilégio de ficarem guardados neste nosso grande arquivo. É deste modo que o arquiteto pode criar espaços aliciantes que façam também parte da memória de outrem. (Calado, 2019, p. 63)

“Fazer arquitectura é, num certo sentido, reinventar sem cessar, a casa da nossa infância, como refere Zumthor. É também das memórias de espaços vividos ou, porque suspeitados também já têm realidade no pensamento e na alma, que se constrói a matéria para projectar arquitectura.”

(Loução, 2013, p. 104)

5.2. PAISAGEM - PROCURA DE UM LUGAR PERDIDO

A paisagem resulta da ação do Homem e de outros seres vivos, conjuntamente com os fatores físicos do ambiente, sendo que, desde o período helenístico e romano tem servido os artistas como inspiração para a sua obra quer como cenário, quer como único objeto da sua arte. Muitos autores conseguem distinguir dois tipos de paisagens, uma natural e outra humanizada, ainda que nesta dissertação, abordar-se-á a paisagem sem este tipo de fragmentos. É importante abordar a paisagem, como se fosse “... *uma resultante da ação do Homem ao longo dos anos com a natureza, ou seja, como trocas de matérias entre processos naturais e humanos num determinado espaço.*” (Calado, 2019, p. 69)

Segundo Liz Abad Maximiano, pode-se falar de paisagem como se de uma espécie de um mosaico articulado se tratasse: uma relação simultânea entre o que é natural e o que é humanizado, sendo que, estas articulações podem resultar em várias fisionomias. É quase impossível descobrir dois quadros iguais e o mesmo se poderá aplicar nas paisagens, embora muitas delas possam ter os mesmos componentes nunca existirão duas iguais. A paisagem é única que se desenvolve naturalmente, e que se completa com a ação do Homem, acabando por ser uma lembrança deixada pelos nossos antepassados que pouco deve ser modificada. (Calado, 2019, p. 69)

Os vários layers correspondentes às diferentes épocas de uma paisagem, por vezes, conseguem-se distinguir, pelo que, cada pessoa dá a uma determinada paisagem um significado diferente. As sensações que determinadas paisagens provocam nas pessoas advêm, também, e muito dos acontecimentos históricos aí vividos. À medida que o Homem vai intervindo na natureza, vai deixando vestígios da sua presença, que com o passar dos anos, permitem a outras gerações associá-los ao apogeu da sua história/época. Conseguimos identificar/distinguir várias cidades, através da paisagem, tanto pela arquitetura – ação artificial do Homem – como através de variadíssimas espécies naturais.

Segundo Gordon Cullen, é com a simplicidade da arte da paisagem que se consegue uma coerência entre os edifícios e a natureza. A paisagem é, portanto, a ligação de espaços naturais com a presença e intervenção do Homem e é esta coerência que forma um cenário visual pertencente ao universo. Como resultante, é o Homem que tem a responsabilidade de intervir na natureza e de a modificar. Coerente será afirmar que esta intervenção deverá ser o menos agressiva possível, de modo a respeitar o existente e nunca esquecer que ambos formam o conceito de paisagem

sem esquecer que a natureza deve ter lugar primário no espaço. Portanto, o Homem não desenha o espaço na natureza, o Homem deve construir perante a natureza e as oportunidade que esta lhe oferece. (Calado, 2019, p. 71)

A paisagem é sem dúvida um dos elementos que caracterizam um lugar e o papel do arquiteto passa por assimilar e respeitar todos os componentes desse determinado lugar, de modo a conseguir a intervenção mais apropriada. A arquitetura é um dos aspetos fundamentais na construção de uma cidade, sendo que também é necessário a existência de uma arquitetura pensada para a cidade. Portanto, só se consegue construir para a cidade se a conhecermos, se conhecermos as suas histórias, os seus antepassados, os seus feitos. Só a partir do momento em que compreendemos o que a cidade necessita é que somos capazes de integrar uma intervenção arquitetónica, e só assim conseguimos obter uma paisagem, uma paisagem digna para essa cidade.

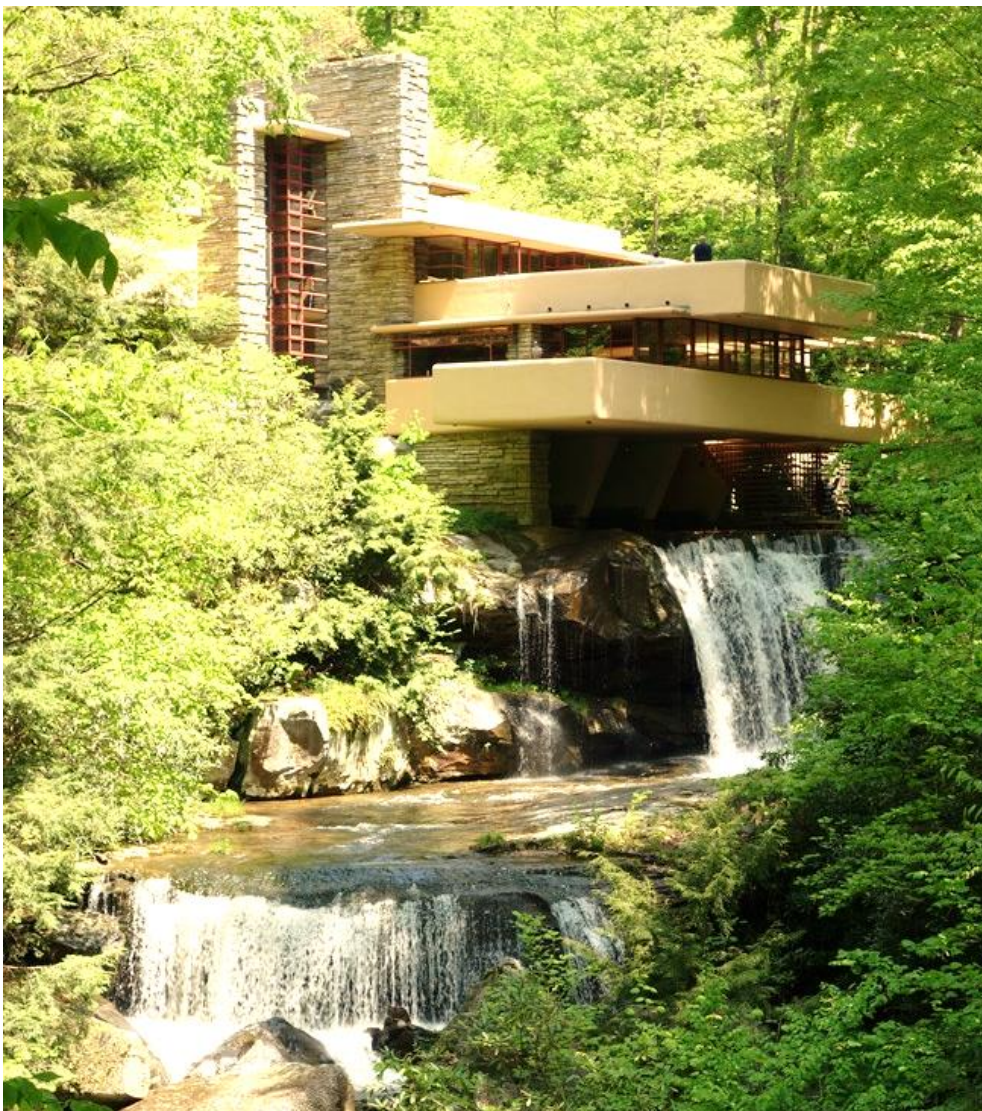


FIGURA 58: INTEGRAÇÃO DA ARQUITETURA NA PAISAGEM. CASA DA CASCATA, FRANK LLOYD WRIGHT. (FRACALOSI, S.D.)

Certas paisagens, consideradas como património, pelo facto de terem testemunhado esta interação entre o Homem e a natureza, algo que deverá ser herdado pelas gerações futuras. Portanto, é necessário protegermos esta herança e preservá-la ao máximo de modo que continue com os seu valores essenciais. Qualquer intervenção que se possa introduzir numa paisagem que é considerada testemunho dos antepassados deve possuir de uma compatibilidade e um respeito, em relação à construção e materialidade, de modo a integrar-se na paisagem sem a “ferir”. (Calado, 2019, p. 72)

Hoje a paisagem de uma cidade já não é considerada uma pintura estática, em que tudo é belo até ao último pormenor, atualmente é possível ver a “... *paisagem como instrumento de percepção e atuação sobre o território*”. (Neves, 2017, p. 55)

Porém, em muitos casos, não existe esta vontade de chegar mais longe, de perceber o espaço, de olhar para a paisagem como se fosse a única a pensar que não existe outra igual. A principal questão é que se constrói por cima do que existe, pensando quase sempre num futuro e não tendo consideração o passado, o presente e o futuro. A obra arquitetónica e a configuração da paisagem física e humana são dois componentes que não se devem dissociar, pois é inevitável existir uma ligação entre eles. Portanto, é importante existir uma partilha tanto da parte da arquitetura como da parte da natureza para obtermos uma resposta positiva ao que entendemos hoje por paisagem. (Calado, 2019, p. 73)

Como em tantas outras cidades, sendo que de formas diferentes, a paisagem que podemos encontrar em Alcobaça reúne todos os elementos que compõem uma paisagem. Não é apenas a terra juntamente com todas as pré-existências que a caracterizam, existe também outro elemento que a caracteriza, a água. Terra da paixão, nomeada como Alcobaça, pelo nome dos rios anteriormente citados, é sem dúvida uma cidade que possui todos os elementos possíveis de existirem numa paisagem. É o leque de pequenos valores que fazem com que Alcobaça seja hoje o que é: um lugar que se distingue de todos os outros e que transmite alegria, mistério e bem-estar quando a contemplamos.

Naturalmente, que em muito ela se modificou, com o passar do tempo, alguns vestígios foram desaparecendo e outros foram-se mantendo. O modo como se pode “mexer” nela terá de ser delicado, de modo a não fracionar o significado que aquele espaço tem perante os habitantes da cidade, não esquecendo a sua história de modo a conseguir perpetuá-la naqueles terrenos.

“Existe, sem dúvida alguma, uma arte de relacionamento, tal como existe uma arte arquitectónica. O seu objectivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção ou interesse. “

(Cullen, 2009, p. 10)

5.3. PAISAGEM E ATMOSFERAS

Assumindo as palavras de (Cullen, 2009, p. 11), o que se pretende com esta intervenção de projeto, é *“um impacto emocional”*, ou seja, tenciona-se criar emoção à medida que o visitante percorra o espaço. Gordon Cullen, no seu livro *Paisagem Urbana*, acredita que o meio ambiente de uma cidade pode criar emoções aos visitantes/habitantes.

Numa cidade, o primeiro sentido que uma pessoa tende a utilizar é a visão; a visão proporciona o primeiro impacto que a pessoa tem. Estando numa rua reta, a leitura visual que um visitante faz dessa mesma reta acaba por ser um pouco monótona, enquanto que, se essa rua tiver vários entraves a pessoa sente a necessidade de ir até ao fim, sente curiosidade de descobrir o que está por detrás dos elementos que não facilitam uma visão total.

Segundo Gordon Cullen estas *“surpresas ou revelações súbitas”* (Cullen, 2009, p. 11), entendem-se por *Visão Serial*, ou seja, num arruamento com várias imagens a serem assimiladas. o ser humano reúne um grau superior de emoções, contrariamente ao que sucederia numa rua linear. A cidade acaba por criar dinamismo e sentimento, e se não for este o caso a cidade passa por banal.

Para além desta *Visão Serial*, o autor diz que existem mais dois fatores que explicam esta teoria, o local, e o conteúdo. Portanto, sendo então a visão o primeiro elemento utilizado pela pessoa, esta depois de ver, acaba por se aproximar para conhecer e neste momento ela encontra-se perante a incógnita. O modo como a pessoa reage a uma construção muito alta, ou a uma construção subterrânea, é completamente diferente, mas independentemente deste aspeto, o Homem tem sempre noção de onde está e por onde poderá sair. O objetivo é uma sucessão de momentos que prolonguem essa saída, de uma maneira intencional e proveitosa em termos de emoção que poderá suscitar no visitante. Entre este “*aqui*” e “*além*” existe uma “*sequência verdadeiramente extraordinária*” (Cullen, 2009, p. 14) de elementos.

O conteúdo, sendo o último aspeto a considerar, este aborda a forma como vemos a cidade, e do nosso entendimento como um todo. Ao que parece, existe um modo convencional de fazer a paisagem, mas “*o convencionalismo é uma fonte de tédio enquanto que a aceitação da disparidade se revela uma fonte de animação*”. (Cullen, 2009, p. 14)

Não sendo necessariamente por esta ordem, são estes os elementos que ajudam a criar uma paisagem urbana, de facto, o importante é conhecê-los e aplicá-los depois de dominar o território e “brincar” com essas emoções. No Capítulo VI, provar-se-á que estes elementos serão bastante relevantes para o projeto onde se o irá entender mais pormenorizadamente, quando se abordar o tema da paisagem urbana.

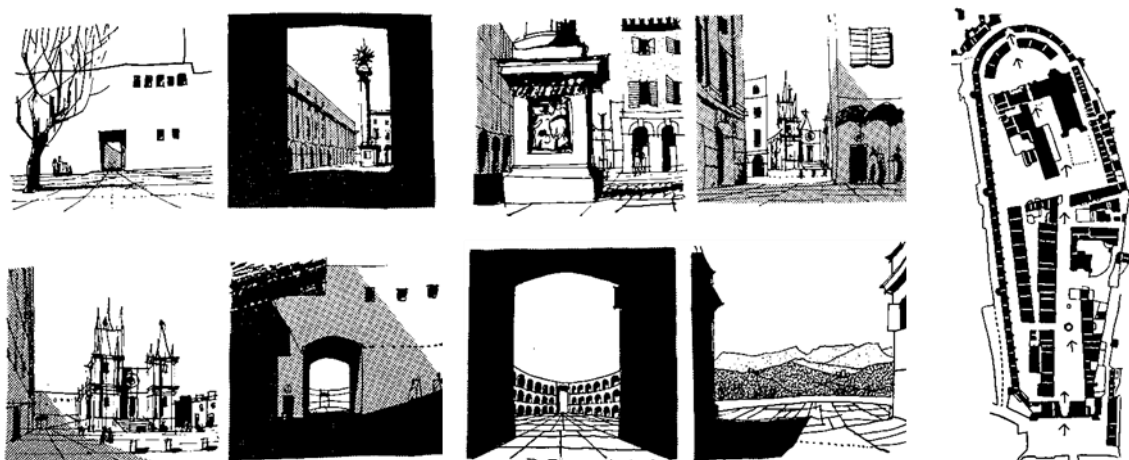


FIGURA 59: VISÃO SERIAL DE GORDON CULLEN. (CULLEN, 2009, P. 19)

6. CAPÍTULO VI – ESTUDOS DE CASOS

“[Muitos edifícios arruinados] permanecem de pé, mutilados, mas ainda vivos numa dignidade feita de silêncios, abandonados pelos homens, mas ainda não vencidos. Esperam a morte, por certo, desesperançados de que os homens encontrem razões de sobra para neles investir e recuperar o que ainda for possível. (...) As ruínas, com o acúmulo do tempo de abandono, deixam de ser recuperáveis e passam a ser «não-lugares sem memórias». Para muitos, tais não lugares passam a não ter sentido e a ser desnecessários, o que legitima o ato destruidor como condenação inevitável”

Vítor Serrão

O estudo, desenvolvido sobre os próximos estudos de casos, revelou-se crucial para o desenvolvimento da dissertação. Ainda que, com características bastantes singulares e díspares entre si, todos eles permitiram análises tanto programáticas como interventivas, úteis no exercício de projetar. Assim, serão apresentados e analisados vários exemplos de intervenções no Património Militar, tanto a nível de reconstrução como de reabilitação que resultam em novas propostas de utilização e vivências para estes monumentos. A intensão é compreender os conceitos abordados e identificar as intervenções que se consideram como referência e que se aproximam aos conceitos-chave que se pretende desenvolver na proposta do projeto final de Mestrado.

O projeto de intervenção na encosta do Castelo de Alcobaça e nele mesmo, pretende ser uma intervenção arquitetónica capaz de identificar e organizar os vestígios existentes da estrutura pré existente, através de um programa que propõe um novo uso, dotado e atualizando a ruína ao programa proposto, onde o antigo e o novo se distingue pela materialidade, sendo claro que a intensão é valorizar a pré existência, defendendo que o espaço deve ser variável e reversível, sem um fim determinado.

6.1. PROJETOS DE REFERÊNCIA DE INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO MILITAR

Reorganização do Castelo da Colina de Pombal, Pombal, Arq. COMOCO, Portugal, 2011

O projeto de reorganização da Colina do Castelo de Pombal, é uma intervenção arquitetónica de recentralização, limpeza, organização num novo uso, dotando e atualizando o espaço a um programa proposto, distinguindo-se claramente pela escolha dos materiais. Assim este projeto assume a intenção de valorizar a intervenção arquitetónica distinguindo-se da estrutura pré-existente, permitindo que se possa percorrer o espaço e vivenciar os novos espaços, onde o novo se distingue claramente do antigo, tendo em conta a identidade do lugar e gerando um delicado equilíbrio entre a natureza e os edifícios. A intervenção tem como objetivo atrair os residentes e turistas, para esta área histórica, sendo que a principal premissa apoia-se na melhoria das conexões entre as zonas urbanas e a parte inferior da colina, e entre esta e o recinto amuralhado. A articulação com o marco distintivo da cidade, o Castelo, deverá ser abordada com o objetivo de preservar a sua importância com a identidade da população. Com o princípio de aumentar a visita da zona, deveriam ser desenhadas novas instalações que promovessem uma tentativa de oferecer um enfoque nos quais estes novos elementos deveriam estar definidos num contexto natural e dos elementos construídos pré-existentes. (Delaqua, s.d.)

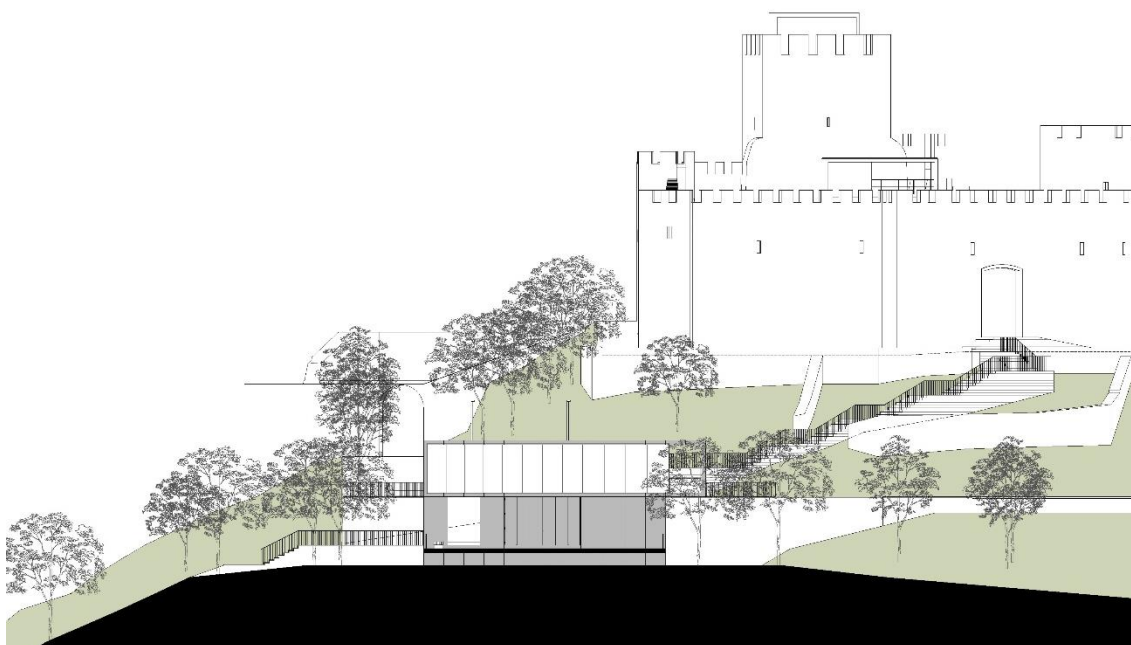


FIGURA 60: INTERVENÇÃO NA COLINA DO CASTELO DE POMBAL. (DELAQUA, S.D.)

Centro de Visitantes do Castelo de Pombal, Pombal, Arq. COMOCO, Portugal 2014

O projeto de intervenção no Castelo de Pombal, é uma intervenção arqueológica de limpeza, identificação e organização dos vestígios existentes de modo a comunicar entre a estrutura e as pré-existências, com os novos elementos que contêm programas e materiais deste tempo. Assim este projeto de intervenção assume claramente a intenção de materializar e valorizar a pré-existência com o seu objeto, onde o antigo e o novo se distinguem claramente. Depois do projeto da Reorganização da Encosta do Castelo de Pombal, terá sido proposto a elaboração do projeto de um Centro de Visitantes no interior do Castelo, incluindo arranjos exteriores do recinto e a revitalização das instalações da Torre de Menagem. O grande desafio deste projeto esteve na definição de uma estratégia que não fosse ostensiva nem submissa em relação às múltiplas camadas de história que convivem no interior do Castelo. Por isso, era necessário encontrar uma posição adequada entre os vários artefatos que existem neste espaço, na sua maioria ruínas, que fazem parte de uma memória coletiva que se pretende preservar e, mais ainda, realçar. Por fim, esta proposta pretende estabelecer uma deliberada condição de ambiguidade definindo um espaço limiar que recrie a experiência espacial do Castelo como um elemento de controlo sobre a paisagem e, ao mesmo tempo, como um local de abrigo. (Pereira, 2019)

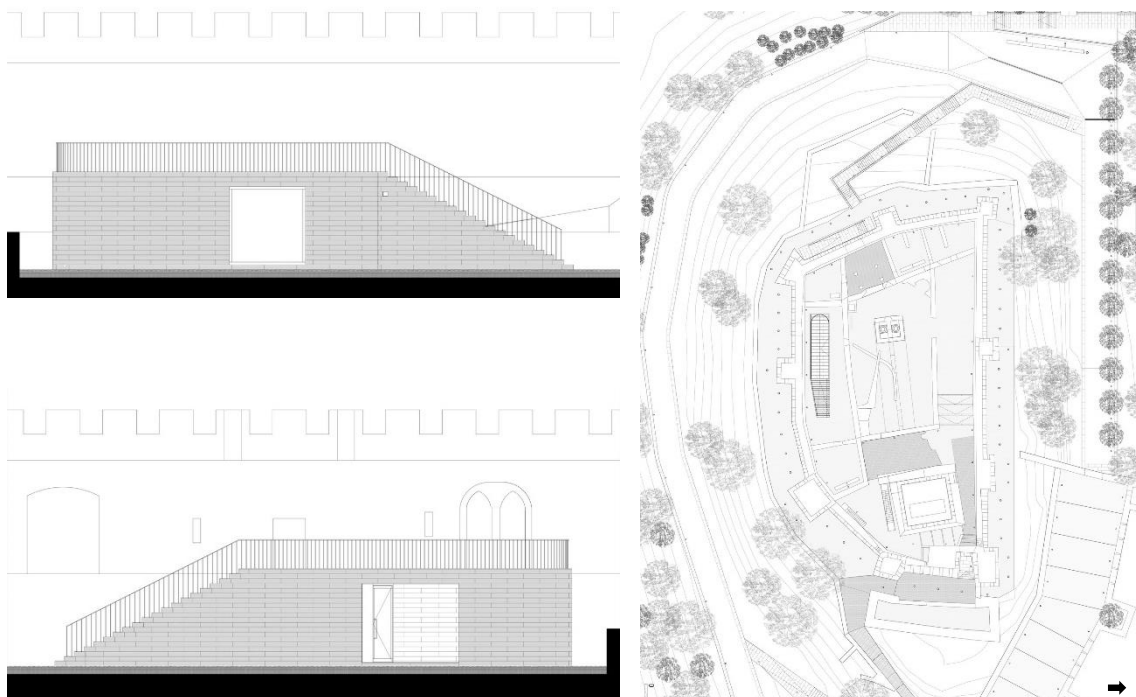


FIGURA 61: INTERVENÇÃO ARQUITETÓNICA NO CASTELO DE POMBAL, ALÇADO NOROESTE, ALÇADO NORDESTE E PLANTA GERAL. (PEREIRA, 2019)

Castelo de Castelo Novo, Fundão, Arq. COMOCO, Portugal, 2008

O projeto de restauração no Castelo de Castelo Novo é uma intervenção arquitetónica de conservação e valorização do Castelo e arredores. O projeto explora a criação de um espaço em que os visitantes possam usufruí-lo como local de permanência. Assim este projeto assume a intenção de valorizar a intervenção arquitetónica distinguindo-se da pré-existência, permitindo que se possa percorrer o conjunto e vivenciar os novos espaço, mas onde o antigo e o novo se distinguem.

A principal premissa deste projeto, surge na necessidade da criação de um espaço em que os visitantes o possam usufruir, como um local de permanência. A solução recai sobre a criação de um objeto abstrato contínuo, não identificável com um propósito único e específico. Este “corpo” tem a capacidade de se adaptar às características do local, ou seja, enquanto que por um lado funciona como volume delimitador, por outro, transforma-se numa camada de pavimento com rampas e escadas criando um percurso pedonal suspenso do solo por estrutura metálica. Esta solução permite aos visitantes contemplar as memórias arqueológicas sem as danificar. O fim do percurso é rematado com uma caixa que permite a criação de uma plataforma onde é possível desfrutar de uma vista panorâmica da paisagem. (Guerra, 2008)

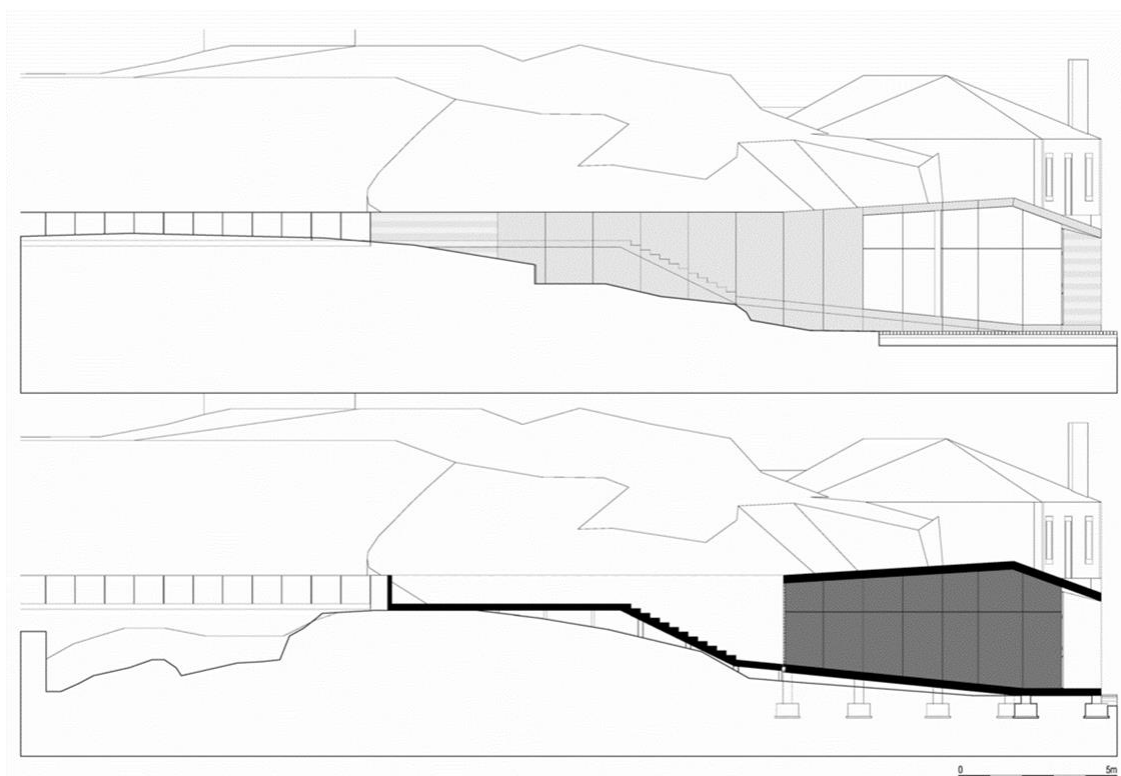


FIGURA 62: INTERVENÇÃO NA ENVOLVENTE DO CASTELO DE CASTELO NOVO, ALÇADO NORDESTE E CORTE TRANSVERSAL. (GUERRA, 2008)

Intervenção Castelo de Cala, Huelva, Arq. Republica DM, Espanha, 2011

O projeto de restauração do Castelo de Cala, é uma intervenção arquitetónica de reconstrução, dotando a fortificação com um novo programa, distinguindo-se claramente pela escolha dos materiais. A intervenção passa pela valorização do conjunto monumental, através da sua recuperação volumétrico-espacial e a reparação dos danos, entendendo-o como um elemento patrimonial inserido na "paisagem cultural". Assim este projeto assume a intenção de valorizar a intervenção arquitetónica distinguindo-se da estrutura pré-existente, permitindo que se possa vivenciar os novos espaços propostos, mas onde o antigo e o novo se distinguem.

A intervenção passa pela valorização do conjunto monumental, através da sua recuperação volumétrico-espacial e a reparação dos danos, entendendo-o como um elemento patrimonial inserido na "paisagem cultural" que, deverá ser tratado a partir de aspetos relativos à sua atuação nela. É relevante destacar que, mesmo pretendendo recuperar traços gerais do conjunto, este tratava-se de um elemento patrimonial inserido numa paisagem que, deve ser tratado a partir de critérios de intervenção nela. Foram realizadas intervenções tais como, tratamento para eliminar material estranho nas paredes e cobertura, consolidação de paredes muradas com perdas e degradações, recuperação dos níveis de uso, e escavação numa área aberta no interior do recinto, definindo o nível original fixado nas últimas intervenções arqueológicas. (Granada, 2013)

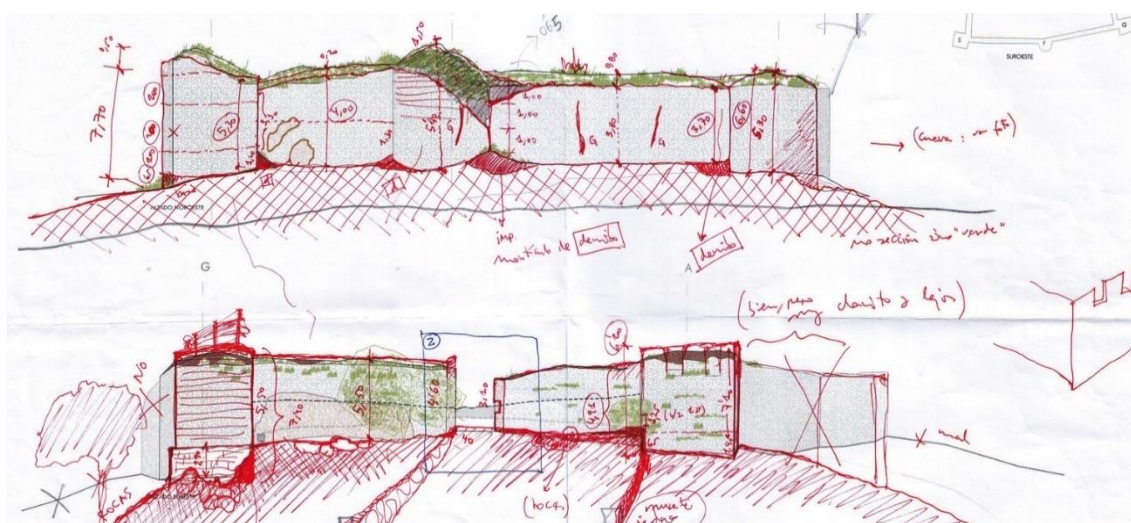


FIGURA 63: INTERVENÇÃO NO CASTELO DE CALA EM ESPANHA, CROQUI. (GRANADA, 2013)

Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, Arq. Carrilho da Graça Arquitetos, Portugal, 2010

O projeto de intervenção no Castelo de S. Jorge em Lisboa é uma intervenção arqueológica de limpeza, identificação, organização dos vestígios romanos existentes de modo a comunicar a estrutura das pré-existências com os novos elementos que contêm programas e materiais deste tempo, recriando outras épocas. Assim o projeto de intervenção assume claramente a intenção de valorizar as pré-existências, com base nos seus símbolos, onde o antigo e o novo se distinguem.

Esta intervenção trata os temas da proteção, revelação e leitura do palimpsesto que qualquer outra escavação arqueológica representa, com o objetivo pragmático de clarificar o caráter palindrômico que as estruturas expostas sugerem na sua distribuição espacial. Posto isto, claramente que a primeira ação foi a delimitação do espaço arqueológico com uma incisão precisa, comparável à incisão cirúrgica num corpo vivo. Para conter a topografia perimetral, é usada uma membrana de aço corten, sobrelevada, permitindo assim quer o acesso, quer uma leitura panorâmica do lugar, evoluindo a materialidade desta incisão lenta e inexoravelmente como um tecido vivo. A confortável deambulação do visitante em todo este lugar, é possível com a existência de todos os elementos construídos neste espaço, degraus, patins e bancos, mármore e perenes – distinguindo-os da rugosa textura das paredes e fundações expostas. O palimpsesto da história deste lugar vai sendo decodificado com a possibilidade da sua leitura palindrômica temporal e espacial clarificada, não apenas através da leitura da informação escrita que acompanha toda a visita, mas sobretudo, e significativamente, através da experiência construída pela materialização da sua proteção e musealização. (Helm, 2012)

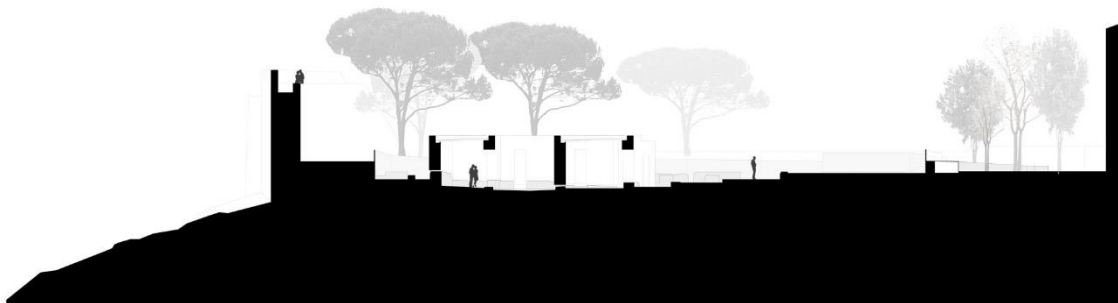


FIGURA 64: CORTE DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA PRAÇA NOVA DO CASTELO DE S.JORGE. (HELM, 2012)

Reabilitação do Castelo de Trancoso, Trancoso, Arq. Gonçalo Byrne
Arquitetos, Portugal, **2006**

O projeto de intervenção no Castelo de Trancoso é uma intervenção arquitetónica de organização da pré-existência que propõe um novo uso, dotando e atualizando o conjunto ao programa proposto, camuflando-se claramente pela escolha dos materiais. As pequenas e cirúrgicas intervenções – constituídas por “instalações” e não por edifícios, assumindo uma linguagem contemporânea embora procurando uma harmonia equilibrada com a estrutura antiga. Assim este projeto assume a intenção de valorizar a intervenção arquitetónica, permitindo que se possa percorrer o espaço e vivenciar novas experiências, onde o antigo e o nosso se confundem.

Esta intervenção é fundamentalmente caracterizada pelas pequenas intervenções cirúrgicas, que consistem em instalações em vez de edifícios. Assim, é possível evitar gestos miméticos, de pastiche ou de camuflagem, assumindo uma linguagem contemporânea, embora procurando uma harmonia e um equilíbrio em relação à estrutura antiga. Na entrada, um corpo maciço de granito polido assenta no chão compondo um sistema de rampas e escadarias orientadas em duas direções paralelas às muralhas do castelo sem contudo tocando-os e convergindo para uma primeira plataforma de receção. No interior do castelo, as intervenções arquitectónicas estão relacionadas com a características singulares do Castelo, propondo um passeio entre eles para desfrutar plenamente do monumento e da paisagem circundante. (MALAGAMBA, s.d.)

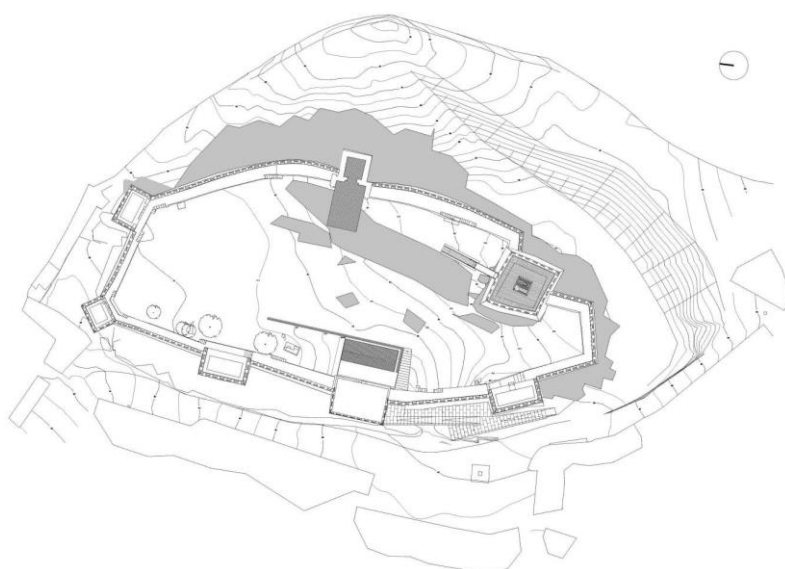


FIGURA 65: PLANTA GERAL DA INTERVENÇÃO NO CASTELO DE TRANCOSO. (MALAGAMBA, S.D.)

Restauração da Torre em Huercal-Overa, Almería, Arq. Castillo Miras Arquitectos, Espanha, 2010

O projeto de restauro da Torre em Hercal-Overa é uma intervenção arquitetônica de reconstrução, dotando a Torre com um novo programa, distinguindo-se claramente pela escolha dos materiais. Assim este projeto assume a intenção de valorizar a intervenção arquitetônica distinguindo-se da estrutura pré-existente, permitindo que se possa vivenciar os novos espaços propostos, onde o antigo e novo se distinguem.

O principal objetivo do projeto foi tornar possível o acesso à torre, além da recuperação e restauração do edifício original. Dada a valorização arqueológica do lugar, as adições no projeto foram realizadas com objetos removíveis, colocados diretamente no solo, sem fundações e feitos com materiais que contrastam com os da estrutura original. Em vez de reconstruir, o projeto tem o poder de enfatizar a intervenção e indica as partes perdidas. Mais uma vez, este também este projeto usa a topografia existente para minimizar a movimentação de solo. Assim, o caminho pedestre traçado, procura inclinações suaves no terreno e áreas planas para descansar e olhar, o trilho é pavimentado com peças de betão. Os bancos de pedra existentes, são definidos ao longo do caminho, surgindo como parte da montanha.

O uso de cores e materias usados no interior da torre pretendem criar um sentimento acolhedor, em contraste com a natureza introvertida do edifício. Esta intervenção simples, mas enfática é a intenção de mostrar a força de uma construção eterna, realizada com materiais simples para enfatizar a natureza provisória da luz. (Alda, 2013)

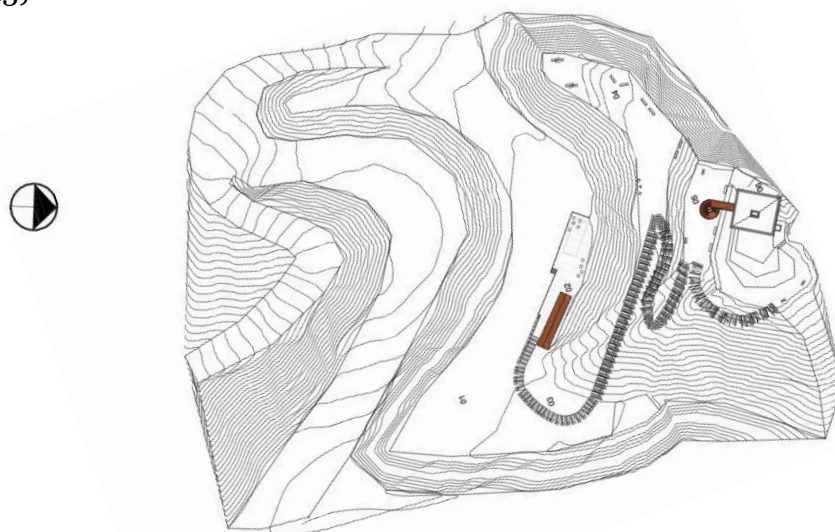
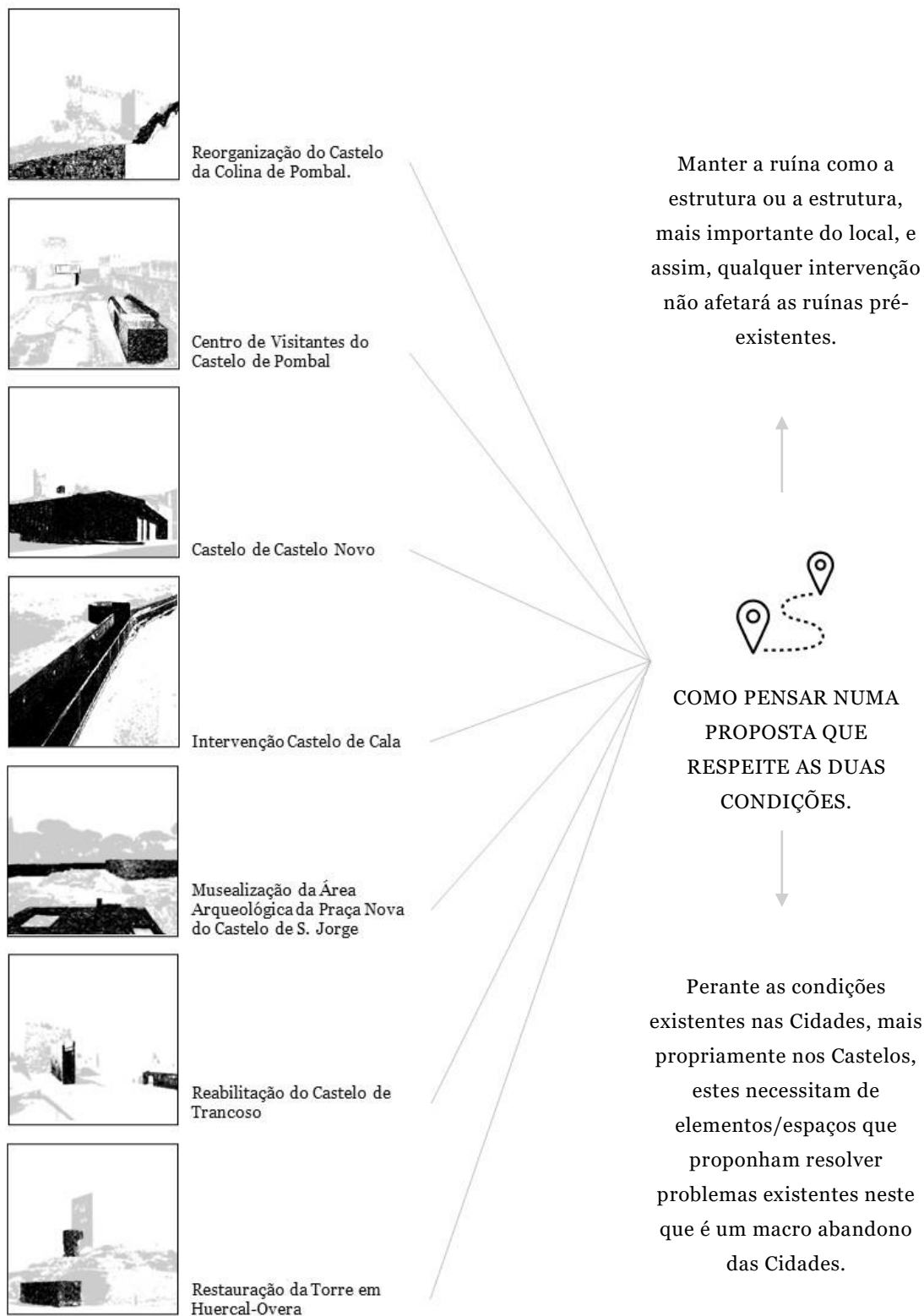


FIGURA 66: PLANTA GERAL DO RESTAURO DA TORRE EM HUERCAL-OVERA. (ALDA, 2013)

6.2. FAMÍLIA DE SUPORTE PARA A MINHA ARQUITETURA



*“ As coisas mais bonitas acontecem de surpresa”
(Zumthor, 2006)*

A ideia de percurso encontra-se também associada à surpresa e à expectativa. O arquiteto gere esta expectativa manipulando a percepção do tempo através do percurso arquitetónico. Um percurso sinuoso naturalmente distorce a nossa percepção do tempo relativamente a um percurso em linha reta, que confirma a nossa expectativa ou ideia da distância que percorremos. Adicionando a esta ideia, um percurso sinuoso sem aberturas para o exterior torna-se até desnorteante, pois o corpo perde qualquer noção de espaço e de tempo e o ser humano não consegue existir fora destas dimensões. No entanto, a arquitetura revela-se no espaço entre o que esperamos e o que realmente acontece, é uma tensão e um equilíbrio que resulta na surpresa e em momentos incríveis e inesperados. O passar do tempo é também um fator de contribuição para conferir um carácter ao lugar, que revela o passar do tempo pelo espaço. As estações do ano, as alterações ao longo do dia, o clima, o vento, o envelhecimento das coisas, tudo isto condiciona o espaço e o transforma. Um edifício não transmite o mesmo às seis da manhã e às seis da tarde, nem tão pouco às seis da manhã de outubro e às seis da manhã de junho. Os materiais envelhecem, as pessoas mudam, os modos de habitar alteram-se, as funções transformam-se e ultrapassam-se a arquitetura deve deixar estas alterações transparecer porque ela própria é um reflexo do mundo em movimento. (Correia, 2013, p. 54)

A valorização da ideia de lugar está interligada com a valorização da história e da memória, assim como noção da nossa própria condição enquanto seres efémeros. Quando estudamos arquitetura, analisamos os modos de interação com a mesma: como entramos, como nos movimentamos, o que vemos, onde paramos, onde comemos, como passamos de um lugar para outro, como nos relacionamos com o mundo. As características pré-existentes do lugar influenciam o desenho do projeto de arquitetura, potenciando a relação do Homem com o lugar através da arquitetura. No entanto, após a obra estar concluída, esta passa a fazer parte do lugar e da sua envolvente. O desenho de um percurso implica pensar no modo como o corpo se mexe no espaço, a forma como entra no edifício, qual a relação que tem com o exterior e com a envolvente. A ideia de percurso permite não só estabelecer ligações entre o Homem e a arquitetura, como também deve estabelecer ligações entre a envolvente e a arquitetura, criando tensões interior-exterior, exterior-

exterior e interior-interior. Este percurso traduz-se numa narrativa espacial que permite relacionar os diversos lugares através da arquitetura e contar a história de um Homem a chegar, movimentar-se e a habitar um espaço. Segundo vários autores, é importante que exista esta tensão, sendo essencial para o mistério que alimenta a nossa imaginação e estimula os sentidos. A arquitetura pode estabelecer uma relação direta com o lugar onde existe. Relação que define uma estratégia e uma posição que permite conectar um determinado contexto com uma ideia para um projeto. Ao criar uma relação ente a envolvente e a arquitetura, estabelecem-se um conjunto de propriedades, que permitem estabelecer ligações, tanto espaciais como poéticas. Sendo que uma dessas possíveis ligações é a definição de um percurso, como uma ideia geral de organizar sequencialmente uma narrativa, que permite relacionar diretamente o lugar com a arquitetura. (Francisco, 2020, p. 32)

Na verdade o lugar apresenta-se como um sistema complexo de relações que funcionam como um motor de criação arquitetónica, tanto de um modo conceptual como figurativo. Permitindo a criação de uma leitura poética das obras, podendo assim relacionar diretamente o lugar com a obra, de modo a contribuir para uma recuperação do carácter descritivo da mesma.

O arquiteto transforma os sítios em lugares, através de um novo modo de habitar aquele sítio inicial, transformando poeticamente um determinado contexto, criando uma nova interpretação de um determinado lugar, permitindo criar uma relação de um determinado lugar, através da arquitectura, permite reorganizar e reestruturar todo um determinado contexto histórico-geográfico, permitindo criar novas estruturas espaciais, de ligação e relação entre um contexto pré-existente e uma novo modo de interpretar esse mesmo contexto, mas já modificado e interpretado poeticamente pela presença da arquitectura. (Francisco, 2020, p. 86)

A relação entre o lugar e percurso apresenta-se assim como uma interpretação poética entre o entorno e a obra arquitectónica. Este possibilita uma relação de continuidade entre o lugar e os espaços que definem e existem dentro de determinado projeto. Esta percepção e relação espacial entre a ligação entre o exterior e o interior de uma determinada obra, permite relacionar a ideia de percurso com a de lugar. Permitindo assim, uma leitura e interpretação poética e espacial entre o lugar onde a arquitectura existe e a possibilidade de perceber e visualizar todos os seus espaços de um modo interligado, como se existisse um fio condutor entre o entorno que contextualiza a própria obra e os espaços que se encontram no seu interior. (Francisco, 2020, p. 86)

“O ambiente é construído de duas maneiras. Em primeiro lugar, objectivamente, através do senso comum e da lógica baseada nos princípios benevolentes da saúde, amenidade, conveniência e privacidade. (...) A segunda maneira não se opõe a esta. É a execução da criação empregando os valores subjectivos daqueles que habitarão o mundo criado.”

(Cullen, 2009, p. 195)

Os castelos eram construídos em regiões estratégicas para o domínio e controle do reino. Sendo assim observa-se uma distribuição planejada pelo território português. Hoje, já não nos defendem dos inimigos, porém, apuram a nossa imaginação para tal, através da paisagem panorâmica que contemplamos a partir destes.

O estudo realizado até então, permitiu conhecer e relacionar os temas abordados, Património e Memória, no lugar do Castelo de Alcobaça, com uma identidade própria, com a consciência do estado atual do património em Portugal, e o aparente despovoamento e degradação dos lugares circundantes.

Apesar de intrinsecamente ligado ao lugar e da aparente relação nostálgica com o sítio, há uma motivação de intervir na ruína, com base no que o lugar quer ser, continua a ser um local de observação, atualmente com novos objetivos tanto de dia como à noite. A relação entre o lugar e percurso apresenta-se assim como uma interpretação poética entre o entorno e a obra arquitectónica. Este possibilita uma relação de continuidade entre o lugar e os espaços que definem e existem dentro de determinado projeto.

7. CAPÍTULO VI – PROPOSTA FINAL DE MESTRADO

7.1. O SÍTIO E O LUGAR

“A natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos.”

Vidal de la Blache

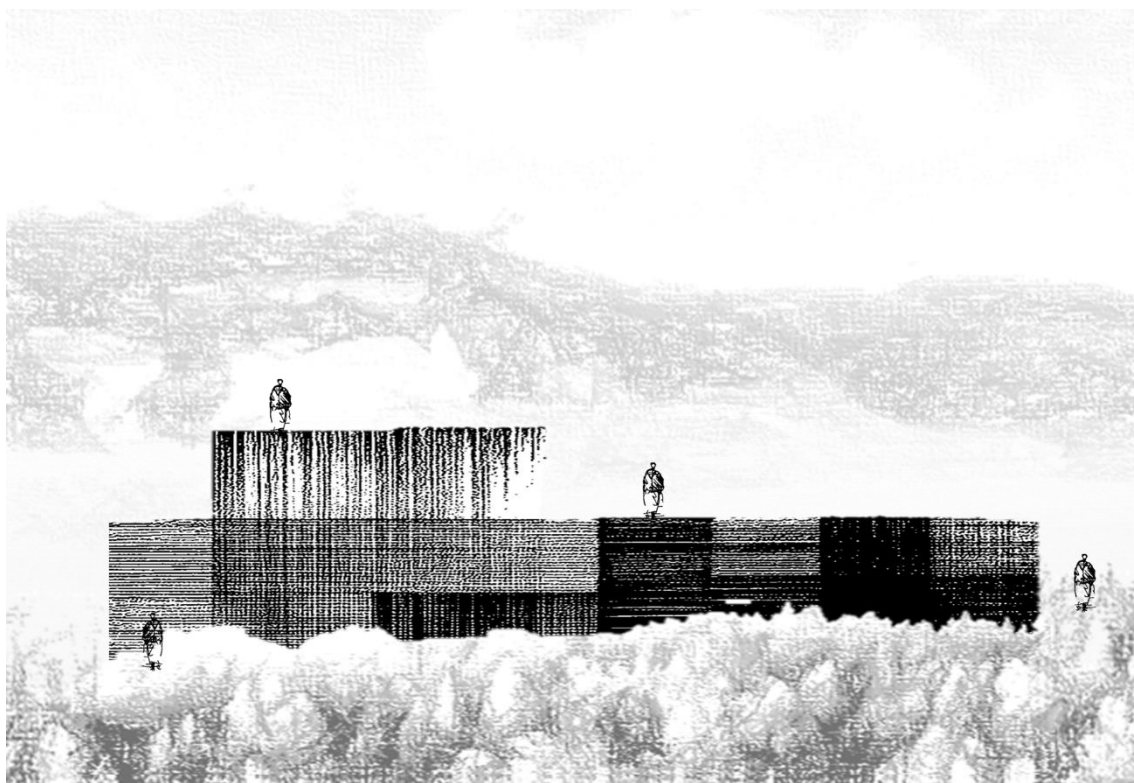


FIGURA 67: GRAVURA DE UM IMAGINÁRIO PRÓXIMO DO CASTELO DE ALCOBAÇA, 2023

Apesar de intrinsecamente ligado ao lugar e da aparente relação nostálgica com o sítio, há uma motivação de intervir na ruína, com base no que o lugar quer ser, continua a ser um local de observação, atualmente com novos objetivos tanto de dia como à noite. Este projeto surge da necessidade real de uma intervenção arquitetónica quer a nível da reabilitação, quer ao nível funcional e uso de toda a estrutura do conjunto.

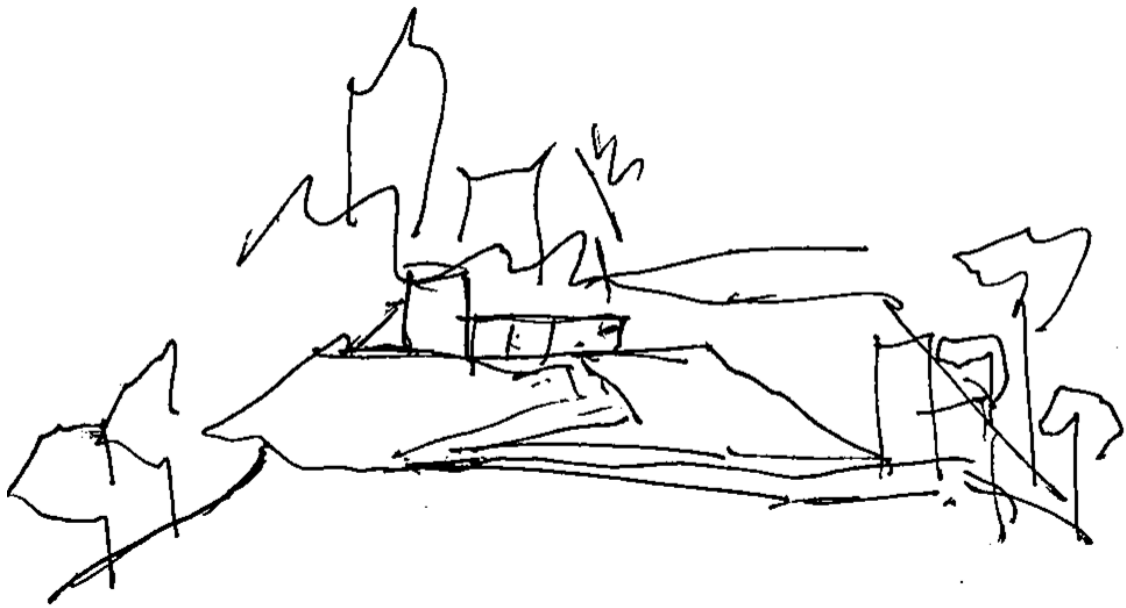


FIGURA 68: DESENHO DO SÍTIO DESCRITO EM FACTOS: RUÍNA, VEGETAÇÃO, ENVOLVENTE URBANA E ENCOSTA.

Cidade localizada a meia encosta do outeiro, onde se desenvolveu a alcáçova, e apesar da humilde e camuflada presença do Castelo de Alcobaça na paisagem urbana e dos diversos pontos de vista que os arruamentos enquadram as fotografias, os habitantes da cidade parecem pouco ligados ao lugar, e isso deve-se à falta de informação do conjunto arquitetónico militar, da sua história e do seu propósito, e apesar de ser um local meramente desafogado e de excelência para observar a paisagem envolvente, não é certo que a relação entre Cidade e Castelo seja habitual.

A elevada construção de edifícios nesta área antiga da cidade, fez com que o campo de observação para o Castelo se escondesse. A relação que a cidade poderia ter com o Castelo perdeu-se, tanto pelo facto deste se encontrar num elevado estado de ruína, que fez com que praticamente seja quase um edifício camuflado na cidade, escondendo-se.

Atualmente a relação que o Castelo tem com a cidade, é apenas visual, sendo que por vezes para quem desconhece o sítio, poderá mesmo assumir que é inacessível. Através da intervenção arquitetónica na alcáçova medieval, a intenção passa por reorganizar a Encosta do Castelo de Alcobaça que através da intervenção urbanística e paisagística permita criar um todo.



FIGURA 69: SILHUETA DA RELAÇÃO SÍTIO COM LUGAR.

Caraterizado maioritariamente por uma envolvente urbana antiga, da qual fazem parte edifícios em elevado estado de degradação, o que mais tarde tem vindo a estimular a existência de vegetação nestas ruínas, reflexo da ação do tempo sobre a arquitetura. O lugar é demarcado por três limites próximos, desenhados por edifícios de habitação, divididos entre os dois e três pisos, habitados maioritariamente por população idosa. A sua grande caraterística, é de facto se encontrar construído no ponto mais alto deste sítio, a encosta, sendo capaz de ser visível por quase toda a cidade.

Para além destes limites habitacionais, a Encosta do Castelo de Alcobça faz-se acompanhar de acessos viários e pedestres, que facilitam o movimento nesta área, a Avenida Maria de Oliveira, a Rua do Castelo e a Rua Cândido dos Reis.

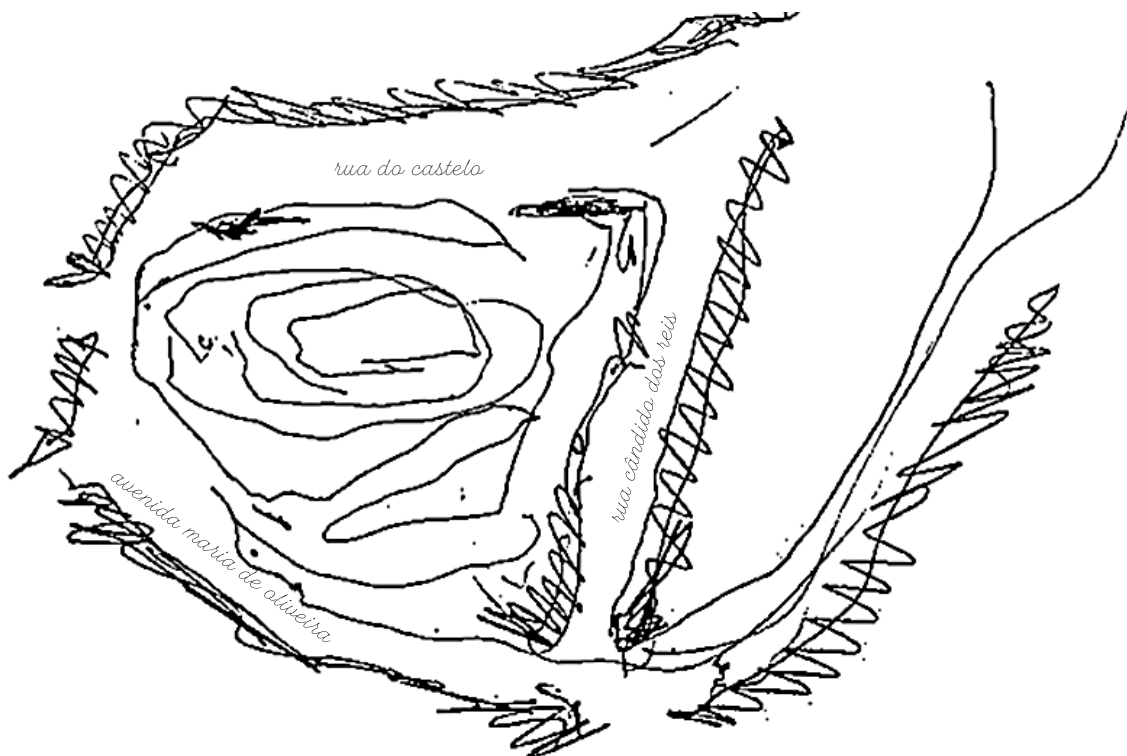


FIGURA 70: ESQUIÇO DOS LIMITES DO SÍTIO.

7.2. A RUÍNA



FIGURA 71: COLLAGE QUE RETRATA A ATUAL UTILIZAÇÃO DO CASTELO DE ALCOBAÇA.



FIGURA 72: REGISTO FOTOGRÁFICO DAS CARATERÍSTICAS DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

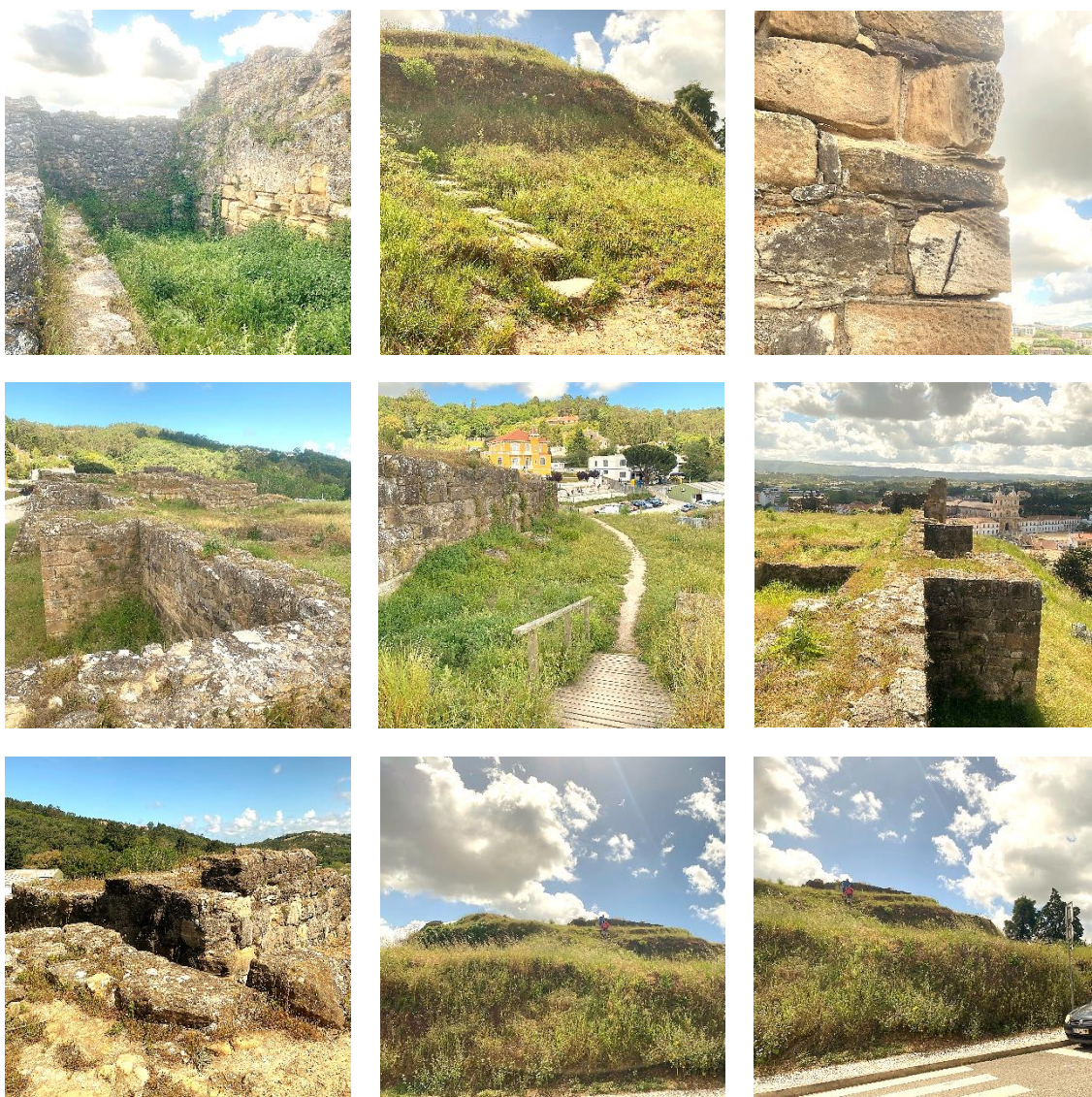


FIGURA 73: REGISTO FOTOGRÁFICO DAS CARATERÍSTICAS DAS RUÍNAS DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

“(...) o espaço como dimensão existencial e como relação entre o homem e o ambiente que o rodeia, foi esquecido. Não é de estranhar que sejam muitos os que, cansados do problema do espaço em arquitetura, só desejam falar de “estruturas”, “sistemas” ou de “ambiente”. Mas com esta atitude, pouco se ganha.”

(Norberg-Schulz, 1971)

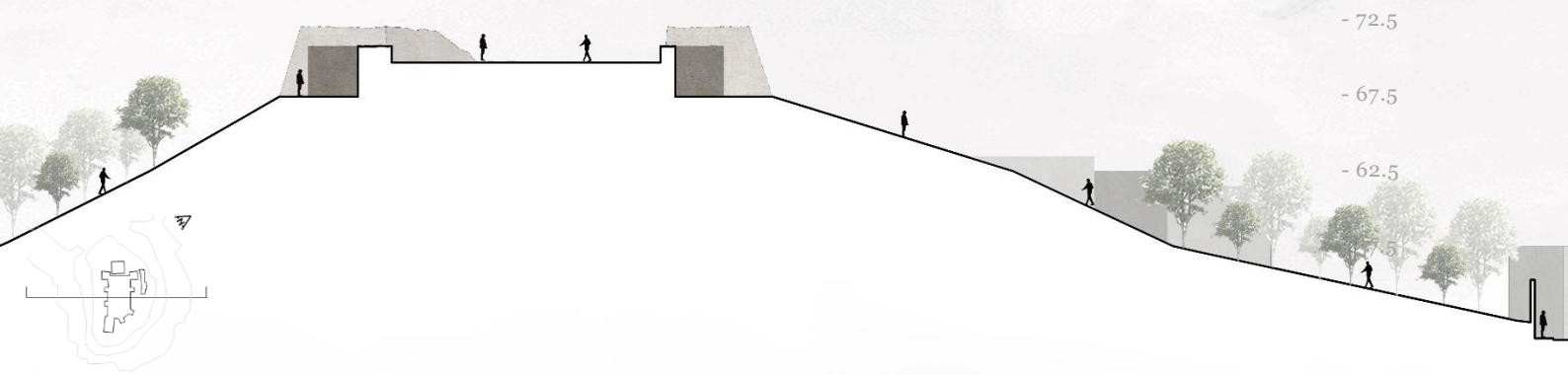
Os lugares da arquitetura são catalogados como fenômenos concretos que afetam de diretamente o ser e o corpo humano na sua totalidade. Cada lugar possui o seu próprio caráter ou atmosfera que proviria de uma identidade sendo irreduzível a uma mera localização geográfica ou geométrica. De acordo com o Arquiteto Christian Norberg Schulz, cada lugar sobre a terra possui um caráter que o identifica como um espírito, uma identidade própria. Sem deixar de parte o conceito de espaço, afirma que este é reintroduzido, não tanto com um conceito matemático, mas como dimensão existencial. No seu pensamento relativo ao *“genius loci”* enfatiza que *“a arquitetura significa visualizar o “genius loci, e a tarefa do arquiteto é criar lugares significativos, pelos quais ajuda o homem a habitar”*. A estrutura de um lugar não é de todo um estado fixo eterno, pelo que algumas vezes não significa, que o *“genius loci”* necessariamente mude ou se perca. O espaço existencial é continuamente alternado entre termos como espaço vivido, espaço concreto, espaço saturado, etc. O pensamento de um arquiteto deve afastar-se de concepções teóricas a fim de evitar que existam perdas de criatividade, o que é errado.

Nesse sentido é importante considerar a relação do indivíduo com o entorno, com o ambiente natural e com o construído. Por esse ângulo, a implantação do edifício resultará num ato de demarcação ou diferenciação da paisagem. A identificação do homem com o lugar tem como narrativa a sua relação com determinado ambiente que é entendido como portador de um significado, como uma correspondência entre o mundo externo e o interno, entre corpo e alma, como base do sentimento de pertencer. Os objetos de identificação podem ser percebidos como propriedades concretas do ambiente e como identidade do lugar em função de sistemas de pensamentos. Essa identificação com o lugar, opera como ponto central na apropriação arquitetônica, implicando num processo de tradução e discussão da linguagem da arquitetura.



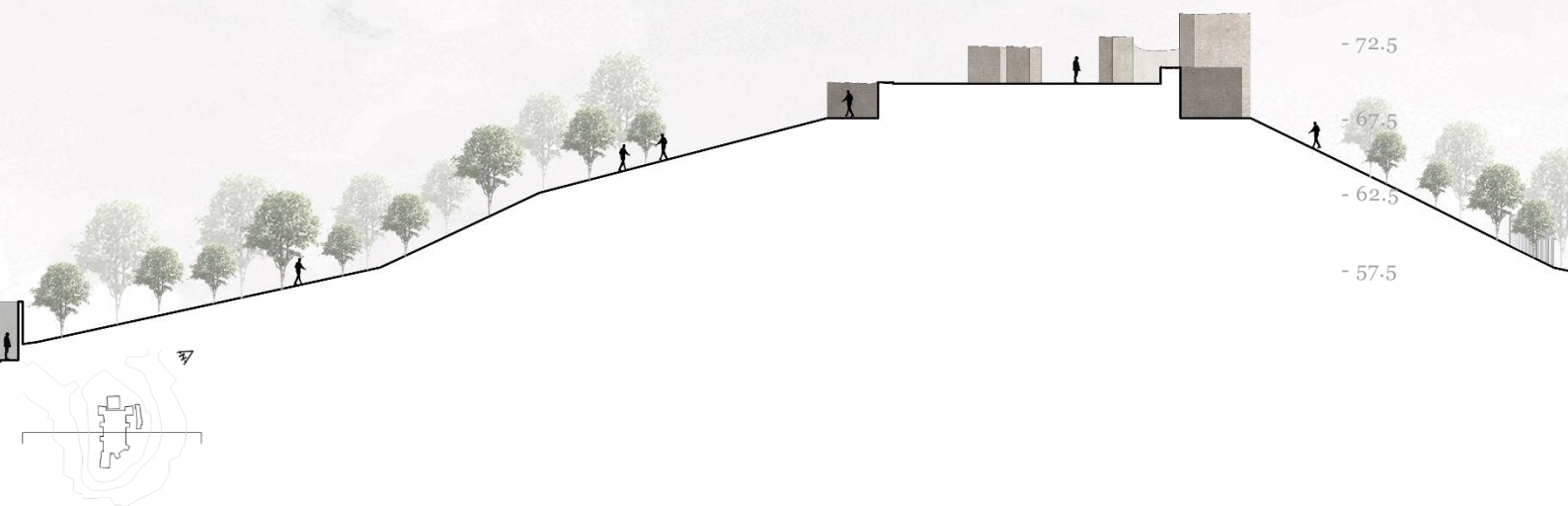
PLANTA – ENVOLVENTE URBANA EXISTENTE

Escala 1:1000



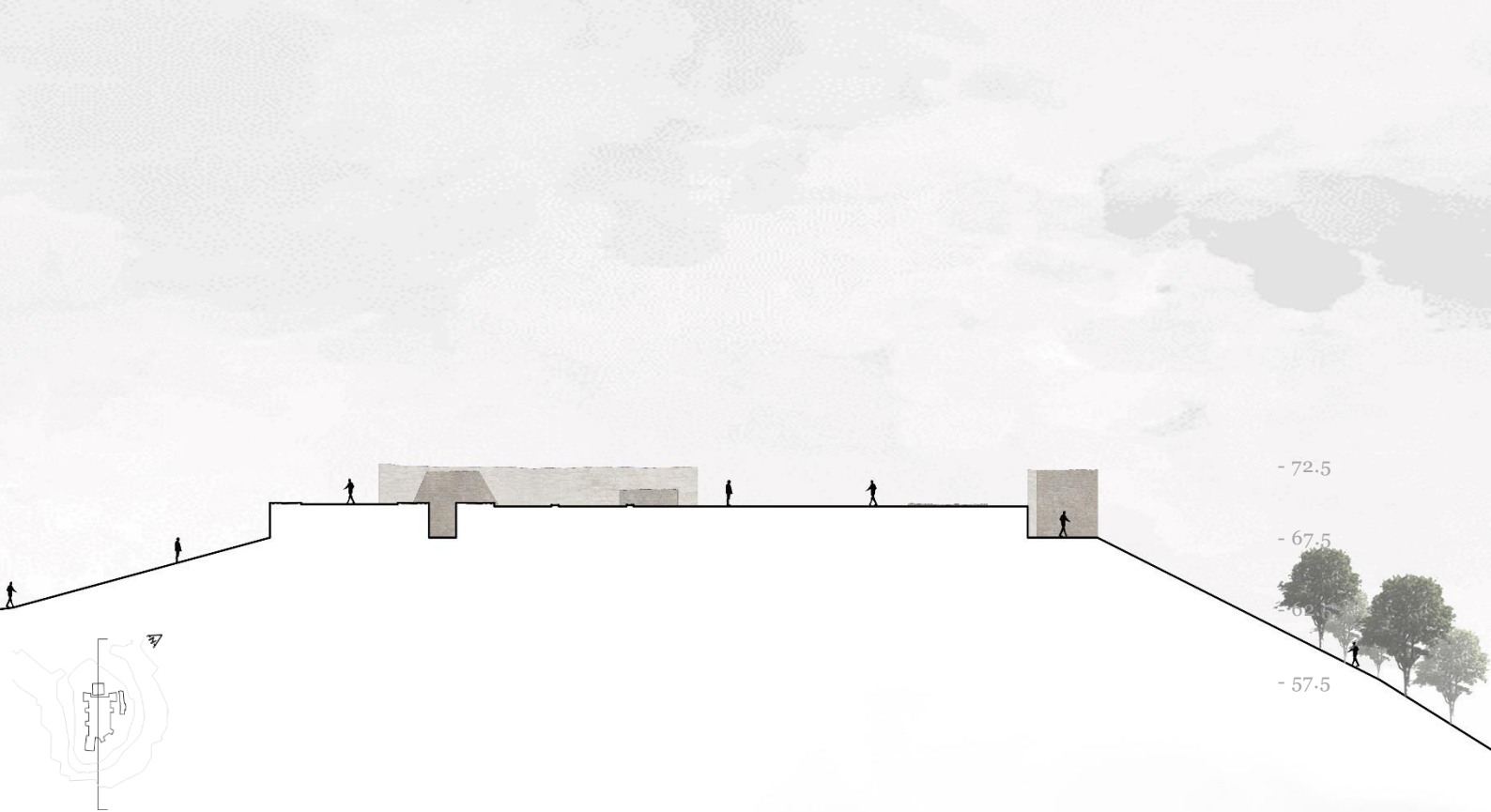
DESENHO DE LEVANTAMENTO

Corte Transversal A A' – Escala 1:500

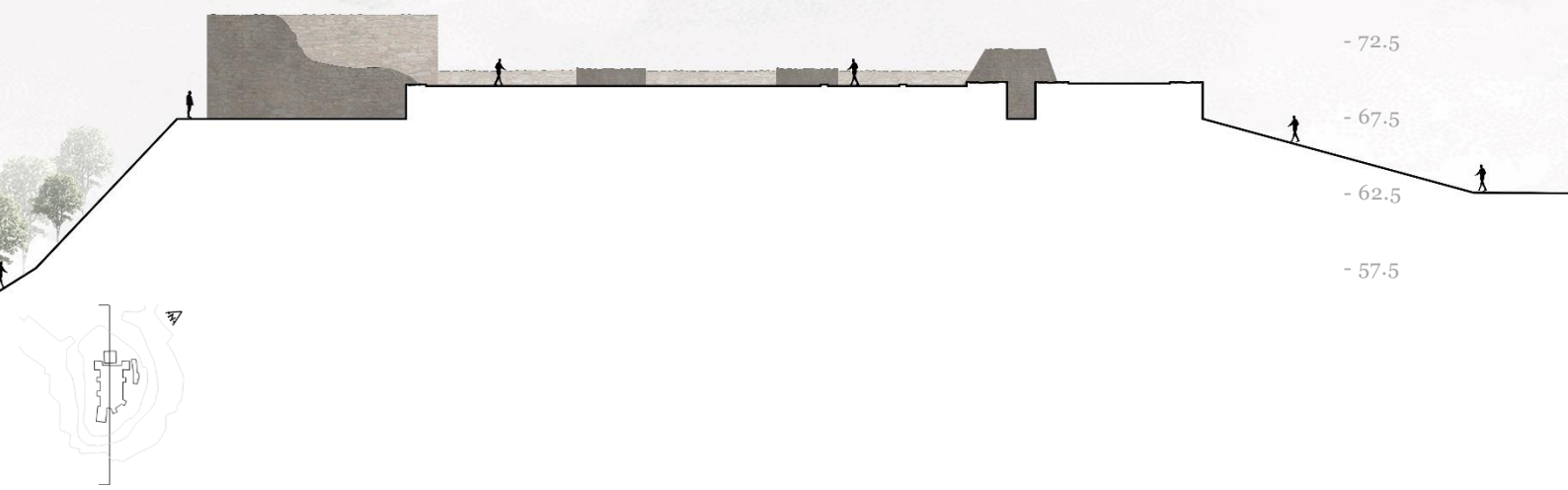


DESENHO DE LEVANTAMENTO

Corte Transversal B B' – Escala 1:500



DESENHO DE LEVANTAMENTO
Corte Longitudinal C C' – Escala 1:500



DESENHO DE LEVANTAMENTO
Corte Longitudinal D D' – Escala 1:500

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

1. Intervenção urbana, alteração do pavimento nos acessos pedonais e viários ao Castelo de Alcobaça, criando uma continuidade da obra de Gonçalo Byrne, de modo a dar uma ligação às duas zonas, Mosteiro de Alcobaça e Castelo de Alcobaça. A mesma expressão urbana constitui um recurso essencial para a melhorar a habitabilidade da área urbana e que favorece a coesão social no contexto das mudanças gerais, lidando assim com a situação real. O espaço é contínuo, portanto não pode ser pensado em parcialidade, assim, contribuimos para uma expressão urbana controlada e coerente.



FIGURA 74: REGISTO FOTOGRÁFICO QUE RETRATA O ANTES E DEPOIS, DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PAISAGISTA

1. Na Encosta do Castelo existência de árvores de Laranjeiras, pelo fato de se caracterizar como uma planta relacionada com as terapias terapêuticas e dotada de um forte simbolismo popular (representa a pureza, a castidade e o matrimônio), caracterizada pela sua cor branca e aroma perfumado que surge durante o período de frutificação da árvore. Após este processo, surge a laranja, que com o seu aroma, bem como a sua cor laranja, nos transporta imediatamente para os dias quentes de verão, festa e alegria. É possível proceder à sua colheita, durante a visita a este espaço.
2. Existem também a árvore Jacarandá, que por cá se faz notar no período que antecede o verão, anunciando-o. Dispensa as suas folhas no fim de abril para que, de maio a junho possa pincelar a paisagem com frondosas manchas azul lilás.

“As árvores, os arbustos e outras plantas menores e no seu conjunto constituem elementos da estrutura urbana. Caracterizam os espaços da cidade por suas formas, cores e modo de agrupamento; são elementos de composição e de desenho urbano ao contribuir para organizar, definir e até delimitar esses espaços”. (Mascaró, 2005)



FIGURA 75: REGISTO FOTOGRÁFICO QUE RETRATA O ANTES E DEPOIS DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO.

7.3. PROPOSTA

A presente proposta de projeto pretende intervir na ruína, bem como no lugar onde se encontra implantada, de modo a Reabilitar e Valorizar a estrutura que existe, e dar um novo propósito ao lugar de modo a este voltar a ser um monumento cobiçado.

Nostalgicamente, a proposta de intervenção arquitetónica remete-nos formalmente para diversos pontos existentes na cidade de Alcobaça, de modo a criar uma ligação imaginária em torno destes percursos, o que existe na cidade e o que se pretende desenhar para a proposta. A linha orientadora pela cidade, cria um passeio possível aos visitantes capaz de apresentar a história da cidade. Esta que terá começado pela tomada do Castelo de Alcobaça por D. Afonso Henriques, que futuramente doa as terras aos Monges da Ordem de Cister, que fundam então o Mosteiro de Alcobaça. Posteriormente, é com a história do amor proibido entre Inês de Castro e D. Pedro, que nasce a lenda dos Rios Alcoa e Baça, que vincam ainda mais a cidade de Alcobaça, acabando por a batizar.

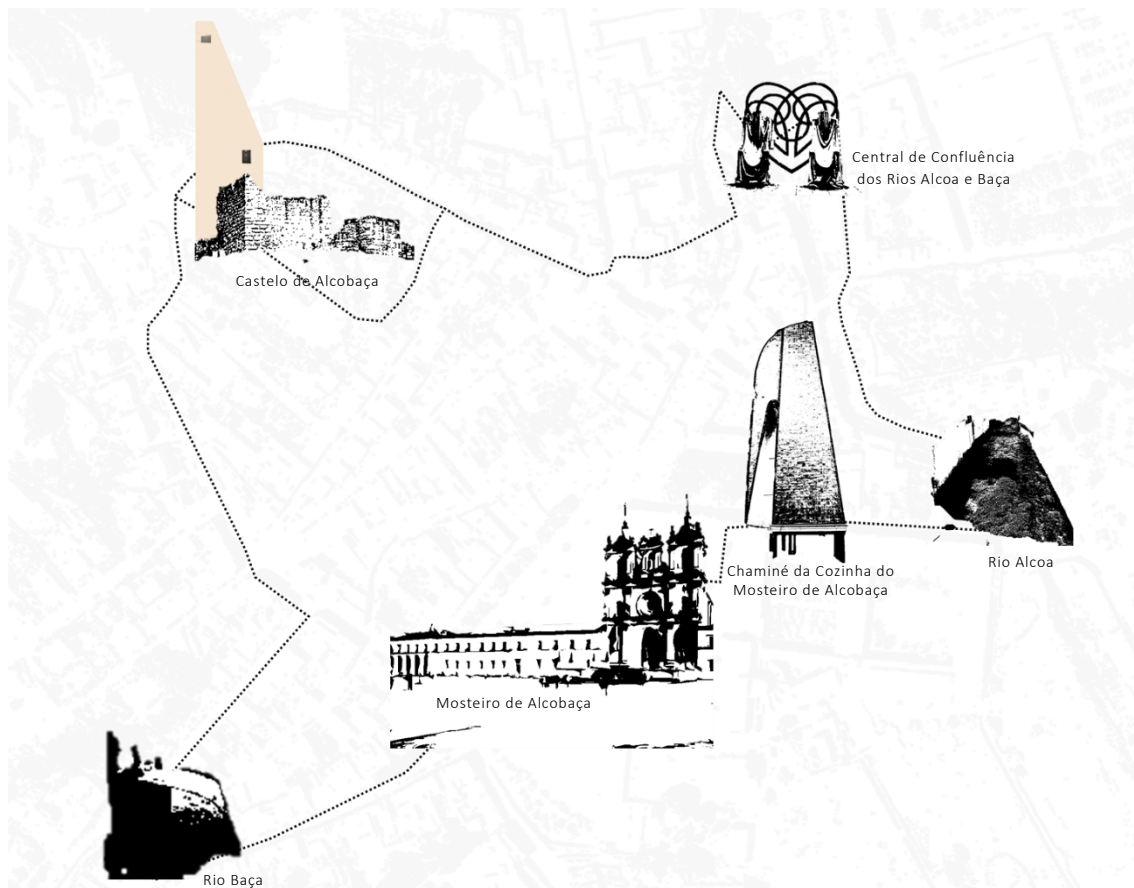


FIGURA 76: ROTA QUE UNE OS PRINCIPAIS PONTOS DA HISTÓRIA DE ALCOBAÇA.

“O ato de atravessar o espaço nasce da necessidade natural de mover-se para encontrar alimento e as informações necessárias para a própria sobrevivência. Mas, uma vez satisfeitas as exigências primárias, o caminhar transformou-se numa fórmula simbólica que tem permitido que o homem habite o mundo. Modificando os significados do espaço atravessado, o percurso foi a primeira ação estética que penetrou os territórios do caos, construindo aí uma nova ordem sobre a qual se tem desenvolvido a arquitetura dos objetos situados. O caminhar é uma arte que traz em seu seio o menir, a escultura, a arquitetura e a paisagem. A partir dessa simples ação foram desenvolvidas as mais importantes relações que o homem travou com o território.”

(Careri, 2013, p. 27)

O caminhar surge como ferramenta que revela a facilidade de acesso a determinado local, de mudança de lugar. As relações que se estabelecem têm em vista a continuidade de um território onde, acima de tudo, se procura a transição fácil e rápida. O caminhar é modelado para esse efeito, por vezes a pé e outras mecânico. Sugere cortes no atravessar da cidade, espaços criados que dinamizam a experiência que é a cidade. Na Encosta do Castelo de Alcobaça é o relevo saliente e as poucas capilaridades de subida de encosta que faz com que não seja uma simples transição.

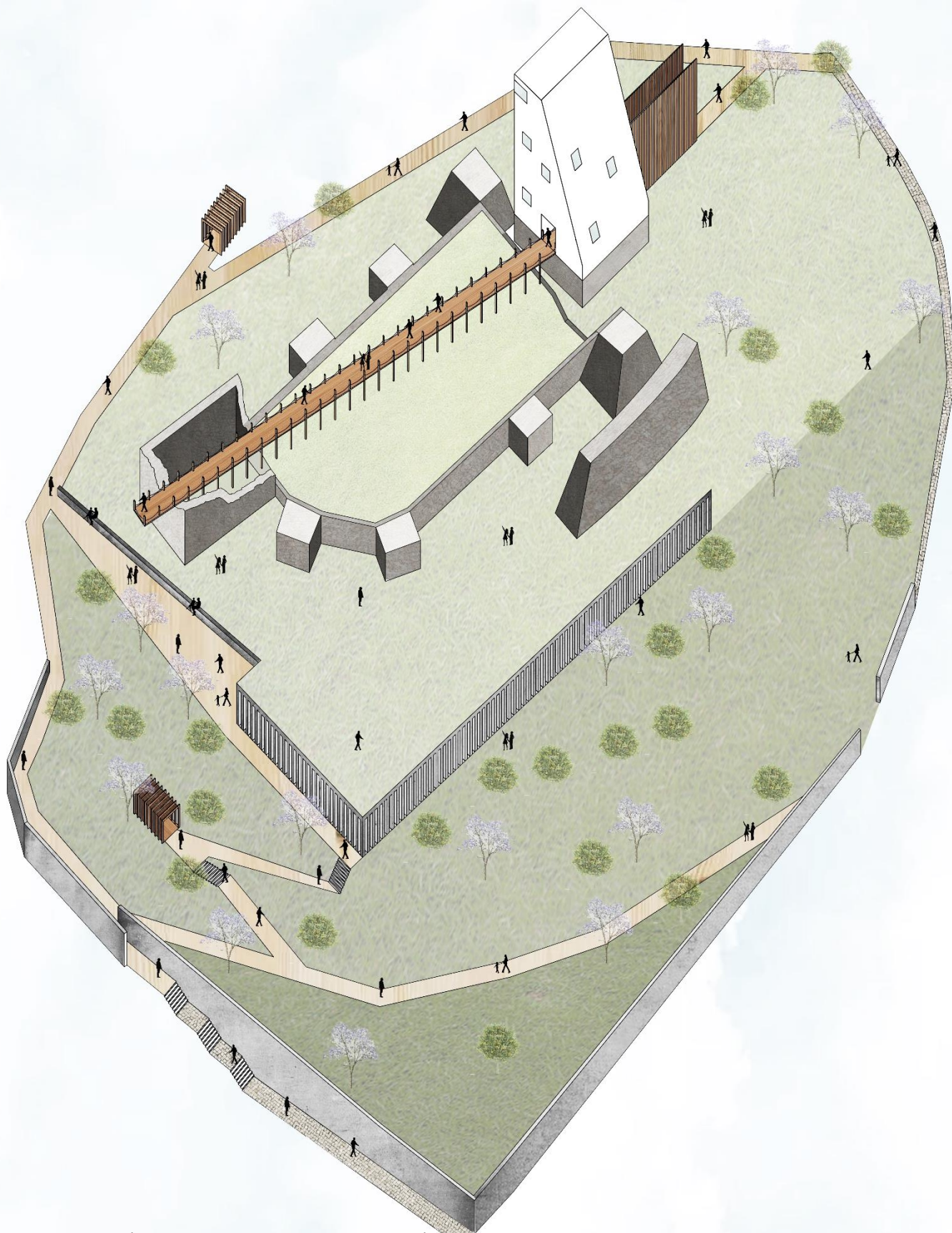
O caminhar como uma forma de arte autónoma, um ato primário na transformação simbólica do território, um instrumento estético de conhecimento e uma transformação física do espaço “negociado”, que se converte numa intervenção. O caminhar tem produzido arquitetura e paisagem, e essa prática, quase inteiramente esquecida pelos próprios arquitetos, tem sido reabilitada pelos poetas, pelos filósofos e pelos artistas capazes precisamente de ver aquilo que não há, para fazer brotar daí algo. De facto, o caminhar é um instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços que muitas vezes apresentam uma natureza que ainda deve ser compreendida e preenchida de significados, antes que projetada e preenchida de coisas. Assim, o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo, no *aqui* e *agora* das transformações, compartilhando desde dentro as mutações daqueles espaços que põem em crise o projeto contemporâneo.

Assim, a intervenção arquitetônica tem como programa um espaço multiusos apoiado por momentos de tensão, entre a ruína e a paisagem, com o propósito de preservar o sítio e as ruínas arqueológicas. O projeto propõe quatro momentos cruciais para a total vivência deste espaço. O primeiro, é claramente o passadiço que se desenvolve sinuosamente por toda a encosta, de modo a facilitar a sua transição, todo ele desenhado por ripas de madeira articuladas para possibilitar a entrada de luz e ventilação. O segundo, são os espaços de pausa criados durante o percurso, que pretendem criar um ambiente de descanso ao visitante, também estes com desenho de uma pele composta por ripas de madeira articuladas para possibilitar a entrada de luz e ventilação.

O terceiro, um ambiente destinado a exposições, pequenos concertos, aulas ao ar livre, etc. Desenhado com a intenção de criar uma alteração de atmosferas, uma vez que este espaço é construído em betão aparente, o que torna o espaço mais frio e escuro. Porém, a fachada ritmada com pilares de betão, faz com que a luz deste espaço, nos remeta para a luz que reflete nos vitrais do Mosteiro de Alcobaça, e assim anular o efeito de clausura. Por último, o momento de escadas que dão acesso ao torreão branco, em que lhe atravessa longitudinalmente uma passarela em madeira, que surge pela presença do Mosteiro de Alcobaça.

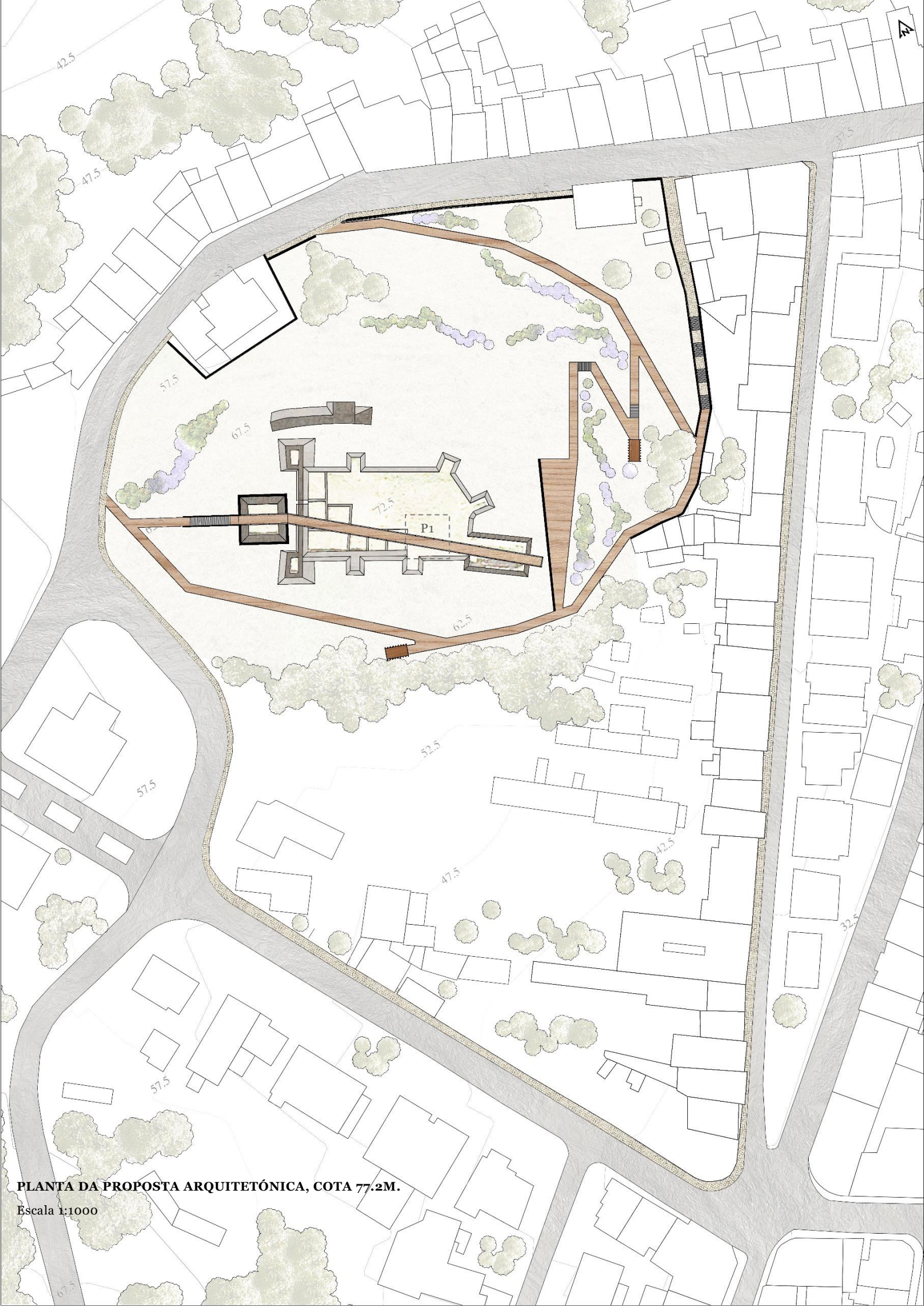
A planta de conjunto corresponde exatamente às ruínas reveladas até então, que permite ao visitante dimensionar e imaginar as dimensões e formas da antiga construção. A madeira, utilizada com frequência nas construções vernaculares, é aqui utilizada em todos os momentos propostos de modo a evocar os antepassados. O “*genius loci*” a todo o tempo é percebido nas ruínas em pedra, do Castelo de Alcobaça.

Procurou-se refletir aqui, sobre a identificação do homem com o lugar e a cidades, a partir, da sua relação com determinado ambiente entendido, como portador de um significado. Isso resulta da correspondência entre o mundo externo e o interno, entre o corpo e a alma e no sentimento de pertencer. Assim, a atmosfera é constituída por um conjunto de características indeterminadas e distribuídas pelo espaço que, passam a ser percebidas como propriedades concretas do ambiente. O visitante relaciona-se com o entorno a partir das suas percepções, memórias e sensações, pelo que, esta dinâmica, transforma um edifício ou qualquer cidade em um lugar envolvente que prioriza as coisas que nos rodeiam.



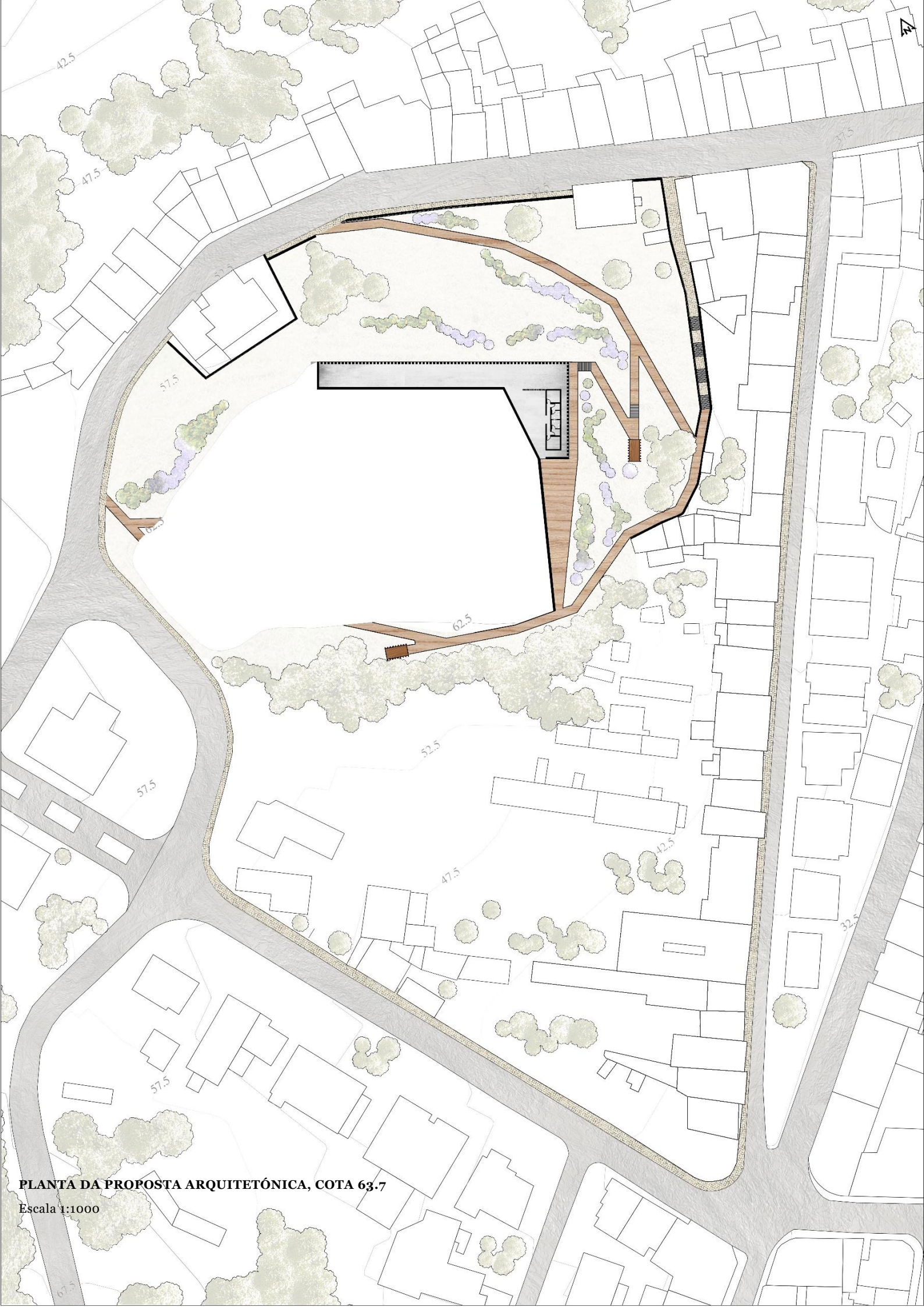
PERSPETIVA AXONOMÉTRICA DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA.

Sem Escala.



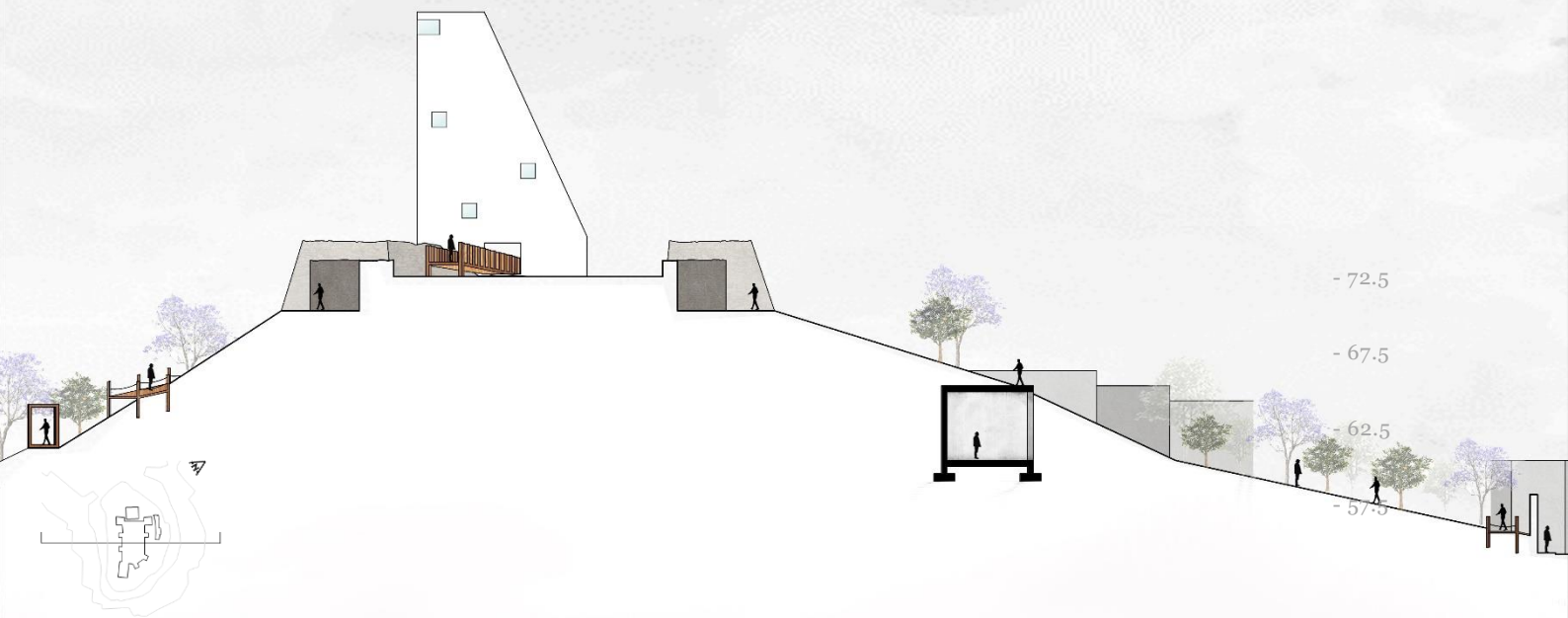
PLANTA DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA, COTA 77.2M.

Escala 1:1000



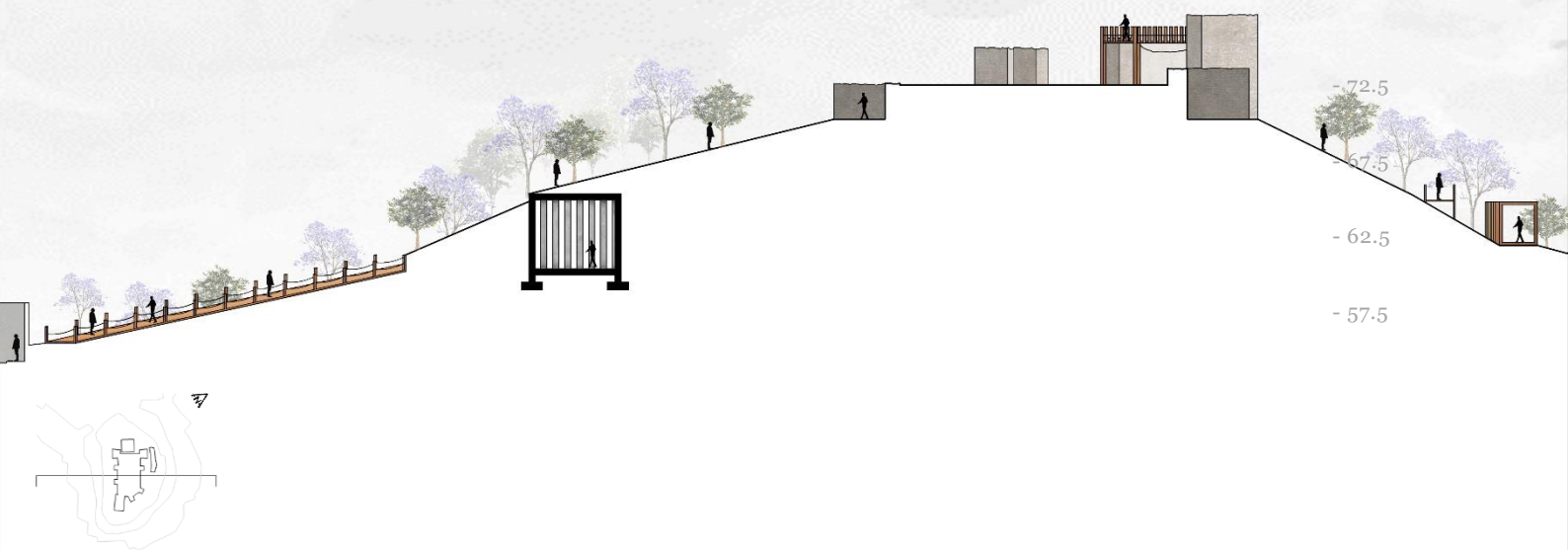
PLANTA DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA, COTA 63.7

Escala 1:1000



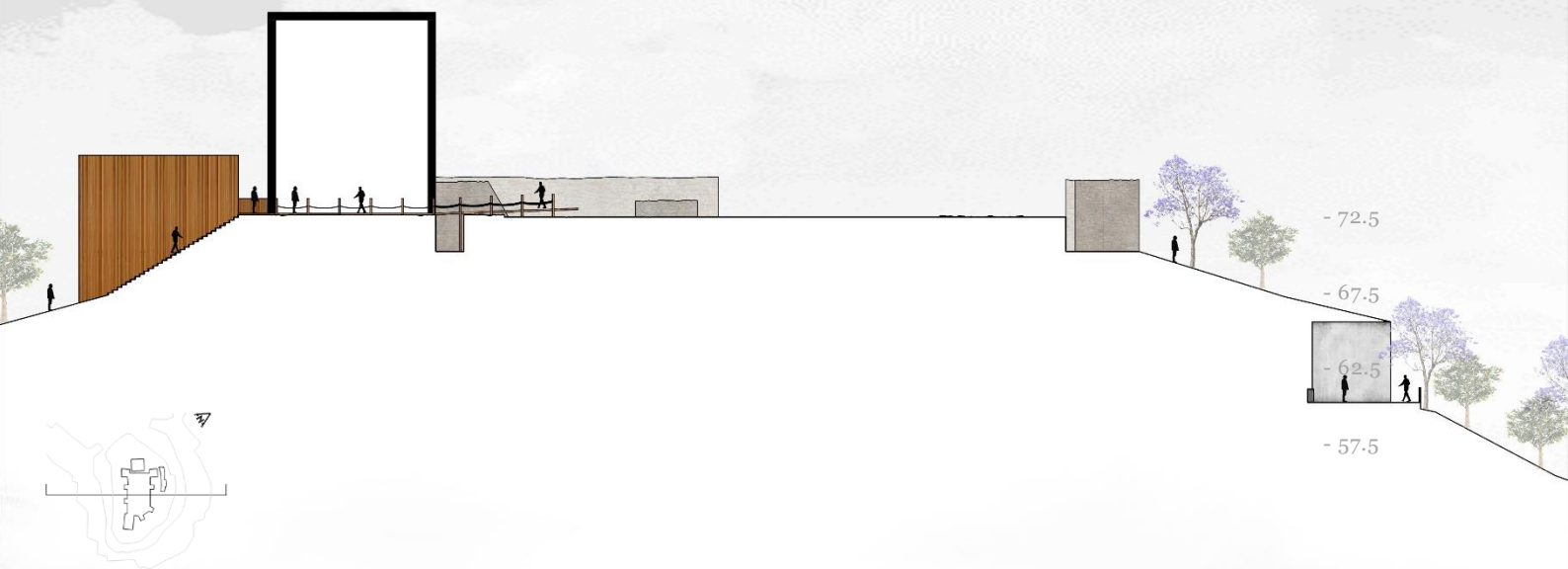
DESENHO DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA

Corte Transversal A A' – Escala 1:500



DESENHO DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA

Corte Transversal B B' – Escala 1:500



DESENHO DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA

Corte Longitudinal C C' – Escala 1:500



DESENHO DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA

Corte Longitudinal D D' – Escala 1:500

“Após a visita, é à saída do Mosteiro que te presto atenção. Pois é daqui que parte a primeira procura pela tua história, pela nossa história. Talvez te tenha alcançado de alguns lugares da cidade, mas o teu efeito camuflagem fez com que passasses despercebido.

Jamais quero olhar-te como antes, esquecido, triste e ultrapassado, por isso hoje, posso e devo imaginar-te como terás sido um dia. Lamento as mentes cerradas e obsulentas, incapazes de te imaginar para além das ruínas.

...

Agora, fecho os olhos, respiro fundo.”



FIGURA 77: AMBIENTES PRETENDIDOS DA PROPOSTA.

“Voltei como se nunca te tivesse visto antes.

Observo-te de longe, e sigo pelo passeio de calçada clara reduzido. O vento quase nem se sente, e o nevoeiro madrugador desta cidade de amor, que me impede de caminhar sem medo do desconhecido. Estou rodeada de volumes, altos e sem graça, que desenham o caminho da estrada até ti.

Antes da curva, encontrei as laranjeiras sublimes e ordenadas. Quase que acelero o passo, para poder sentir o seu aroma mais perto. Talvez até colha uma para saborear até chegar ao cimo da rua. E assim, irei caminhando sempre em frente, com a pesada mão do Sol pousada nos meus ombros, mas conduzida por uma luz leve e fresca.

CHEGUEI!

Como glorioso que estás! Vejo um volume branco e alto, quase que passava por ser a tua grandiosa antiga Torre Albarrã.

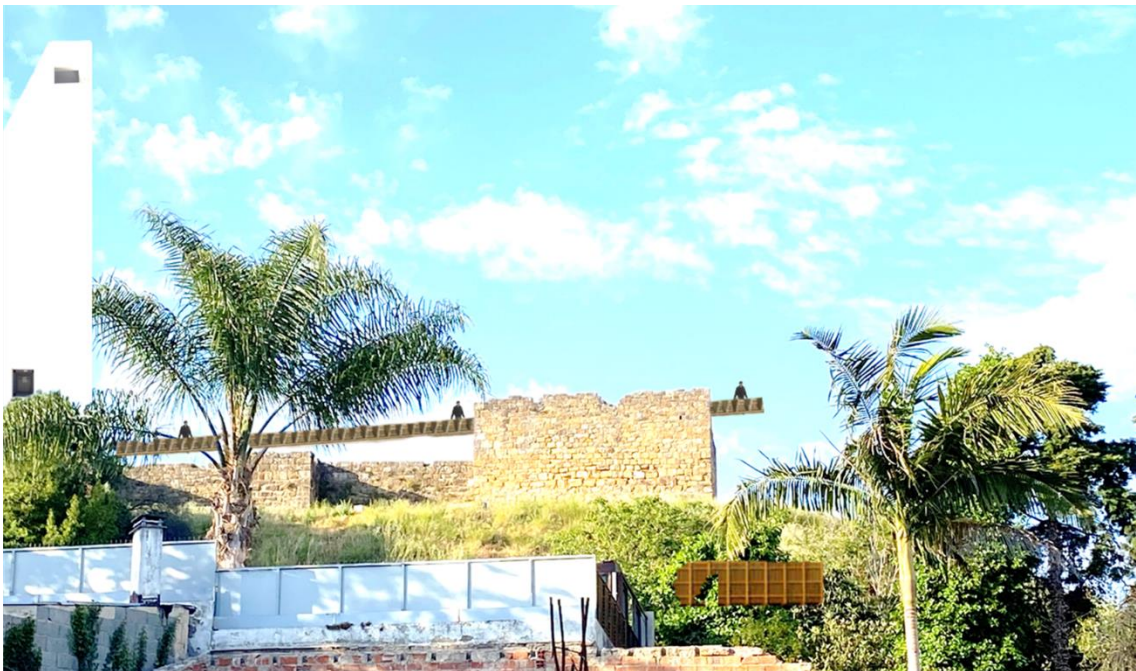


FIGURA 78: AMBIENTE DESEJADO DURANTE O PERCURSO ATÉ AO CASTELO DE ALCOBAÇA.

Dou mais uns passos e vejo que algo te atravessa, e toca bem em cima da Torre de Menagem. Passo pelas escadas, desenhadas entre ripas de madeira, que formam um quadro maravilhoso em sintonia com o Sol.

Entro na nova chaminé da Torre Albarrã. Fechada, com pequenas aberturas de luz que pintam nesta enorme tela branca, uma história já antes vivida. Alcanço o brilho azul do céu, por aquela elegante claraboia, que me acalma.

Caminho em direção à abertura em frente. Vejo que o passadiço continua. Mas desta vez, observo as tuas ruínas aqui de cima. Vês como não te toco! Quanto mais ando mais tensão sinto e com mais pressa o caminho, até chegar ao cimo da Torre de Menagem. Desta vez posso admirar-te sem estar em perigo de cair. Encontro aqui o espaço que estou mesmo a precisar para refletir e contemplar esta vista panorâmica formidável.

Agora vejo o Mosteiro!



FIGURA 79: ATMOSFERA E AMBIENTE DESEJADOS DURANTE O PERCURO NA ENCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA.

*Vejo mais Laranjeiras e até Jacarandás, sim muitos, por todo o lado.
Retorno o caminho, e sigo livre. Caminho pelo percurso à direita, e observo
as ranhuras da tua antiga pedra.*



FIGURA 8o: ATMOSFERA DESEJADA DURANTE O PERCURSO NA ENCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA/VEGETAÇÃO E MATERIALIDADE.

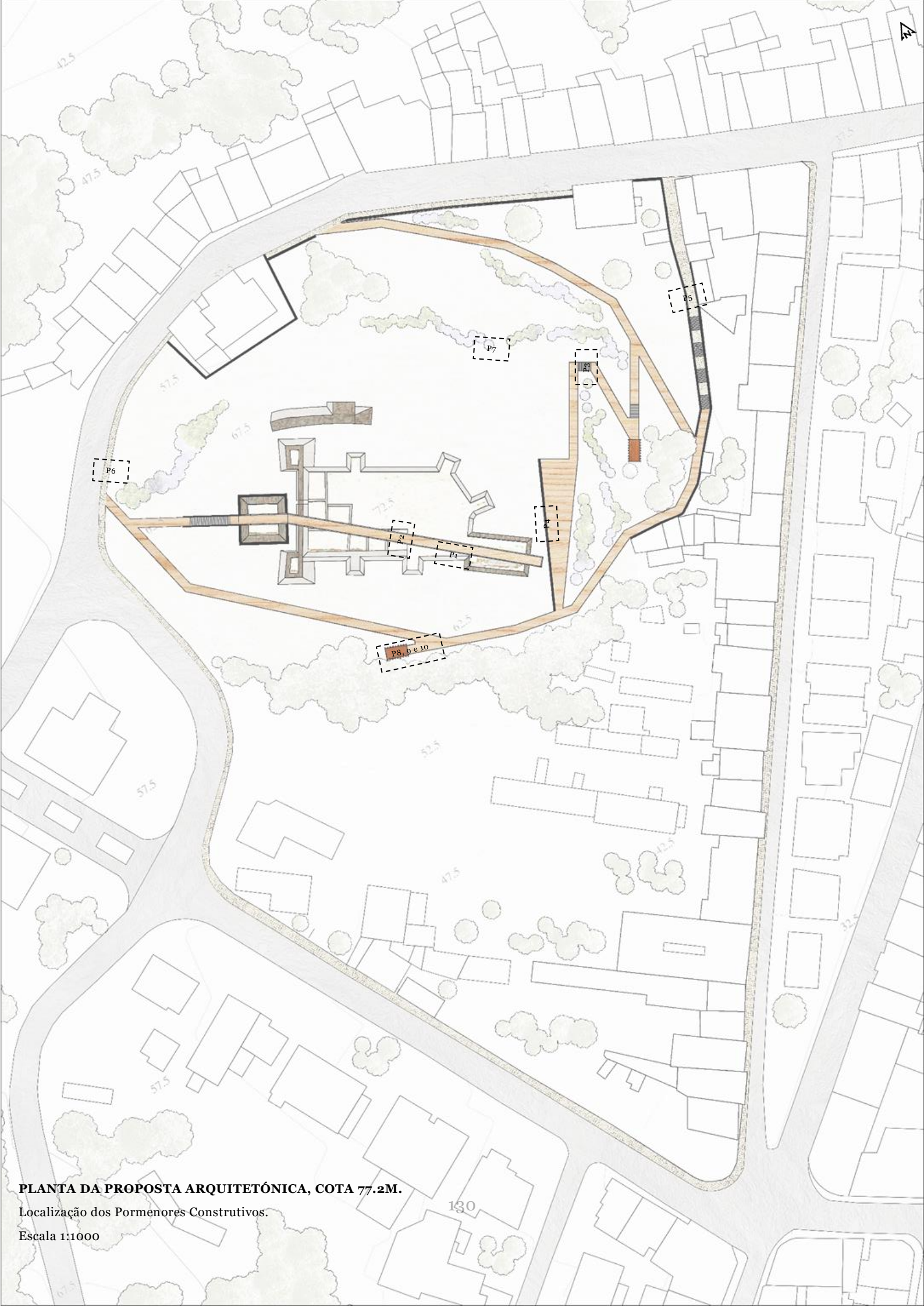
*Contorno-te. Encontro um paralelepípedo absorvido pela madeira. paro
durante breves minutos para descansar e disfrutar do chilrear das
andorinhas que por aqui passam.*



FIGURA 81: AMBIENTE E ATMOSFERA DESEJADA PARA O ESPAÇO DE PAUSA, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA, MATERIALIDADE E VEGETAÇÃO.



FIGURA 82: AMBIENTE E ATMOSFERA DESEJADA PARA O PERCURSO NA ESCOSTA DO CASTELO DE ALCOBAÇA.



PLANTA DA PROPOSTA ARQUITETÓNICA, COTA 77.2M.

Localização dos Pormenores Construtivos.

Escala 1:1000

Vou descendo em sintonia com a encosta. Olho com mais atenção, à minha esquerda existe afinal um espaço, com elegantes pilares de cor cinza, disfarçados pela terra. À primeira vista, parece pequeno e estreito.

Sigo, e observo um espaço amplo multiusos.

Sigo a direção da Luz que se atreve a atravessar este espaço. Encaro de frente mais uma vez com um extenso conjunto de Laranjeiras e Jacarandás. Imagino as conferências, pequenos concertos, as exposições, e até os jogos com as crianças que aqui se podem fazer.

Olho o azul, o puro azul, o azul da paisagem, que se escapa por entre os volumes brancos.

No dia tranquilo de hoje, sento-me, escuto o silêncio enquanto sinto o aroma das laranjeiras.”

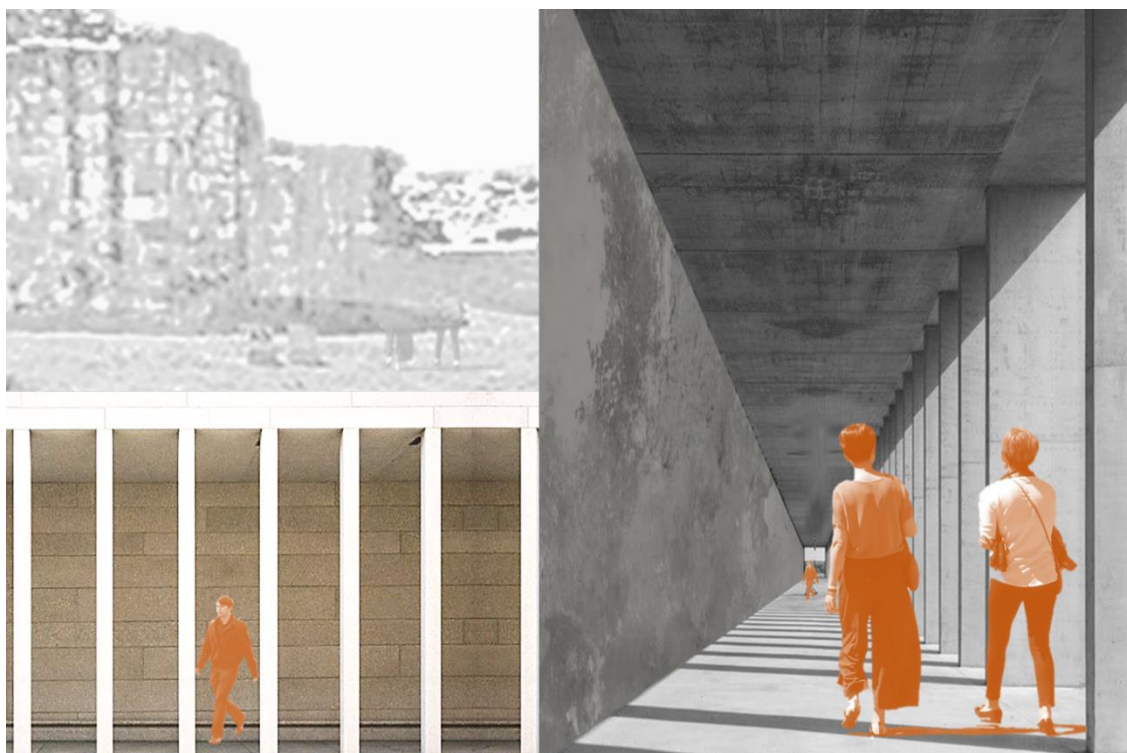
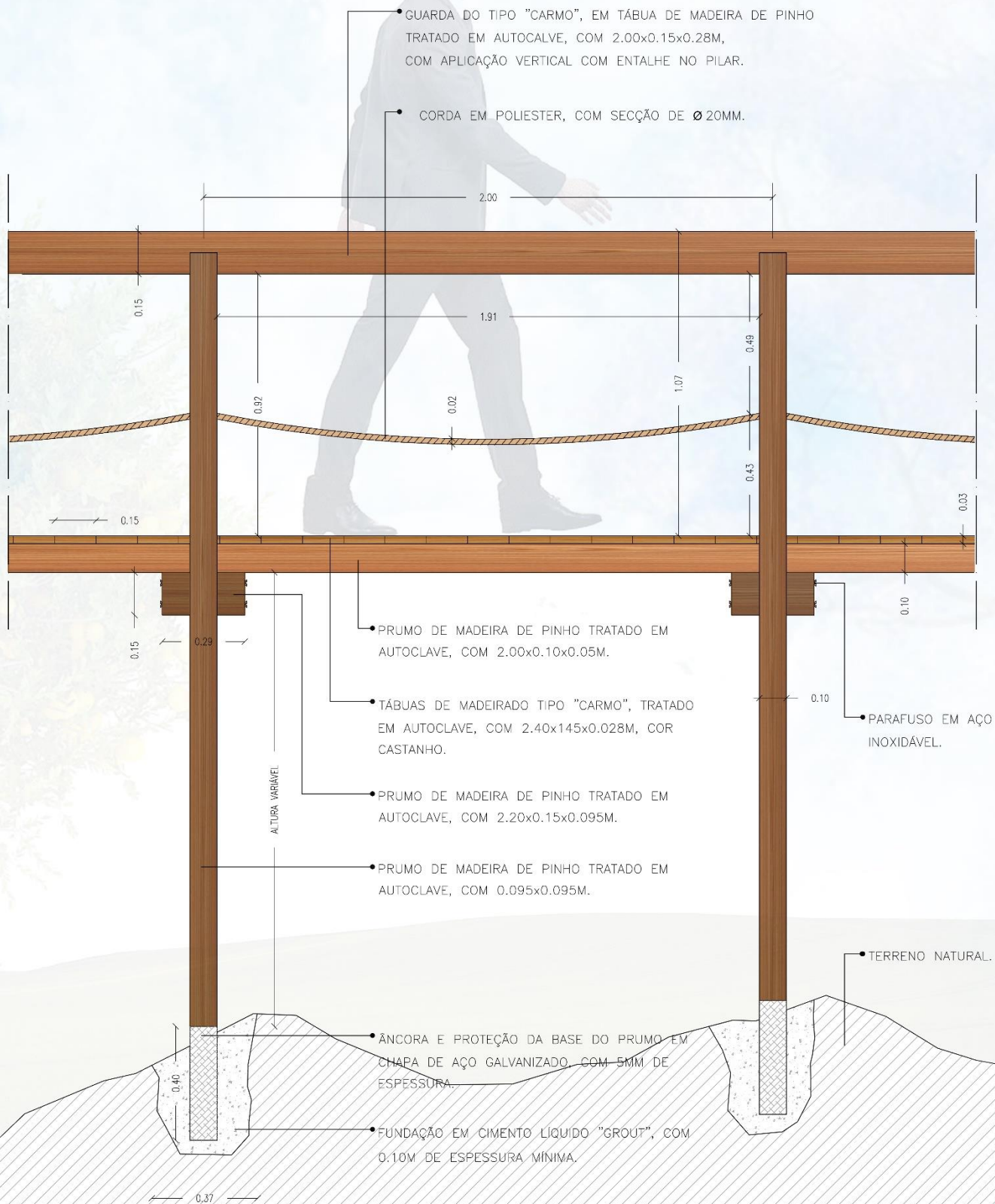


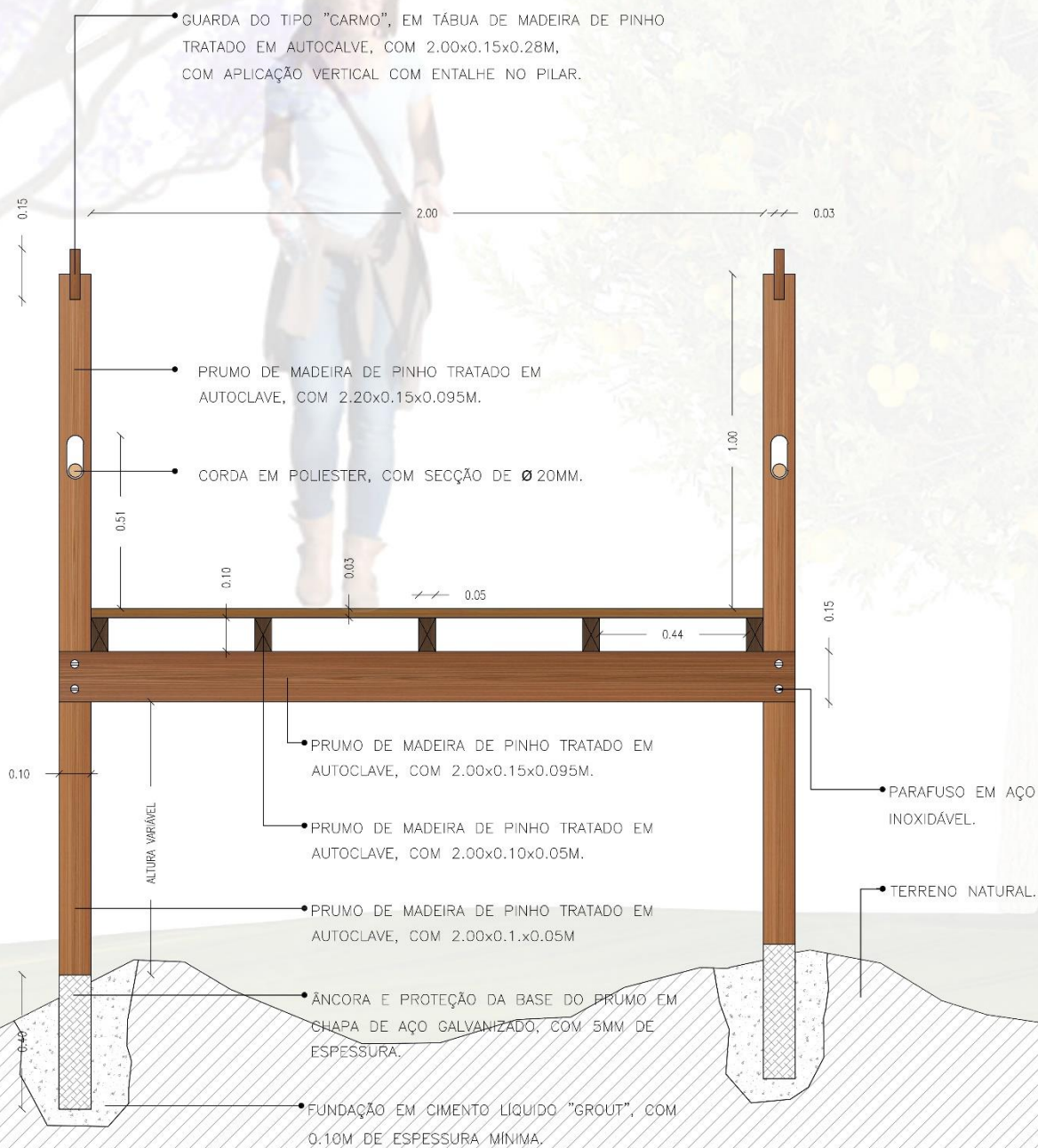
FIGURA 83: ATMOSFERAS E AMBIENTE DESEJADOS NO ESPAÇO MULTIUSOS, RELAÇÃO ESCALA-HUMANA, MATERIALIDADE E PAISAGEM.



PORMENOR CONSTRUTIVO 1

PASSADIÇO SUSPENSO EM MADEIRA TRATADA, CORTE TRANSVERSAL.

Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 2
 PASSADIÇO SUSPENSO EM MADEIRA TRATADA, ALÇADO LONGITUDINAL.
 Escala 1:20



• GUARDA DO TIPO "CARMO", EM TÁBUA DE MADEIRA DE PINHO TRATADO EM AUTOCLAVE, COM 2.00x0.15x0.028M, COM APLICAÇÃO VERTICAL COM ENTALHE NO PILAR.

• VIGA DE APOIO DE MADEIRA DE PINHO.

• DECK, DO TIPO "CARMO" COM 2.40x0.145x0.028M, COR CASTANHO.

• PRUMO DE MADEIRA DE PINHO TRATADO EM AUTOCLAVE, COM 0.095M.

• PRUMO DE MADEIRA DE PINHO TRATADO EM AUTOCLAVE, COM 2.20x0.15x0.095M.

• PRUMO DE MADEIRA DE PINHO TRATADO EM AUTOCLAVE, COM 2.20x0.15x0.095M.

• CORDA EM POLIESTER, COM SECÇÃO DE Ø 20MM.

• CUBOS DE GRANITO BRANCO 0.10x0.10x0.10MM.

• PARAFUSO EM AÇO INOXIDÁVEL.

• TERRENO NATURAL.

• ÂNCORA E PROTEÇÃO DA BASE DO PRUMO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, COM 5MM DE ESPESSURA.

• FUNDAÇÃO EM BETÃO CICLÓPICO.

• SAIBRO COMPACTADO POR CAMADAS DE 0.25M.

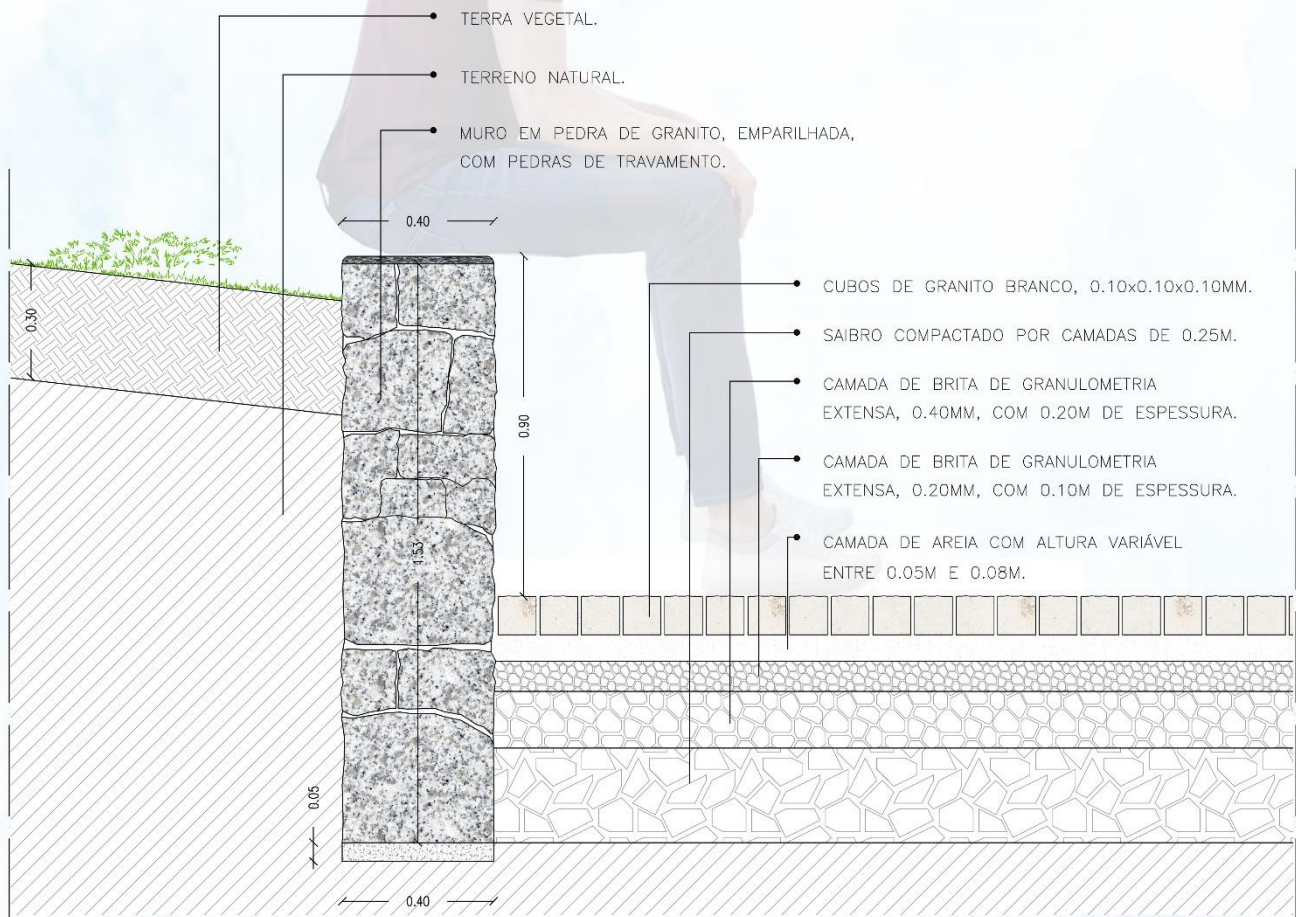
• CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA EXTENSA, 0.40MM, COM 0.20M DE ESPESSURA.

• CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA EXTENSA, 0.20M, COM 0.10M DE ESPESSURA.

• CAMADA DE AREIA COM ALTURA VARIÁVEL ENTRE 0.05M E 0.08M.

PORMENOR CONSTRUTIVO 3 ESCADAS SUSPENSAS EM MADEIRA TRATADA.

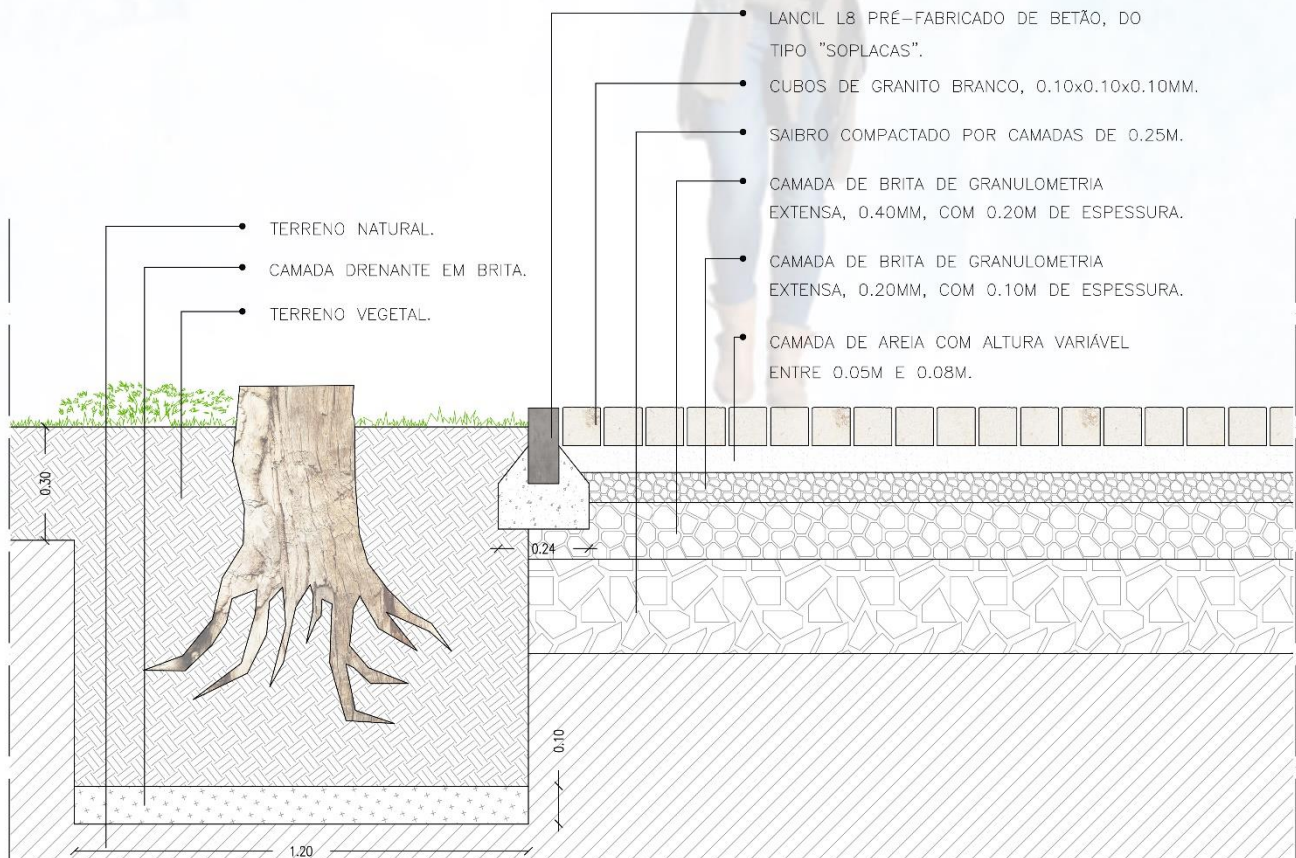
Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 4

MURO DE SUPORTE E CALÇADA REGULAR DE GRANITO.

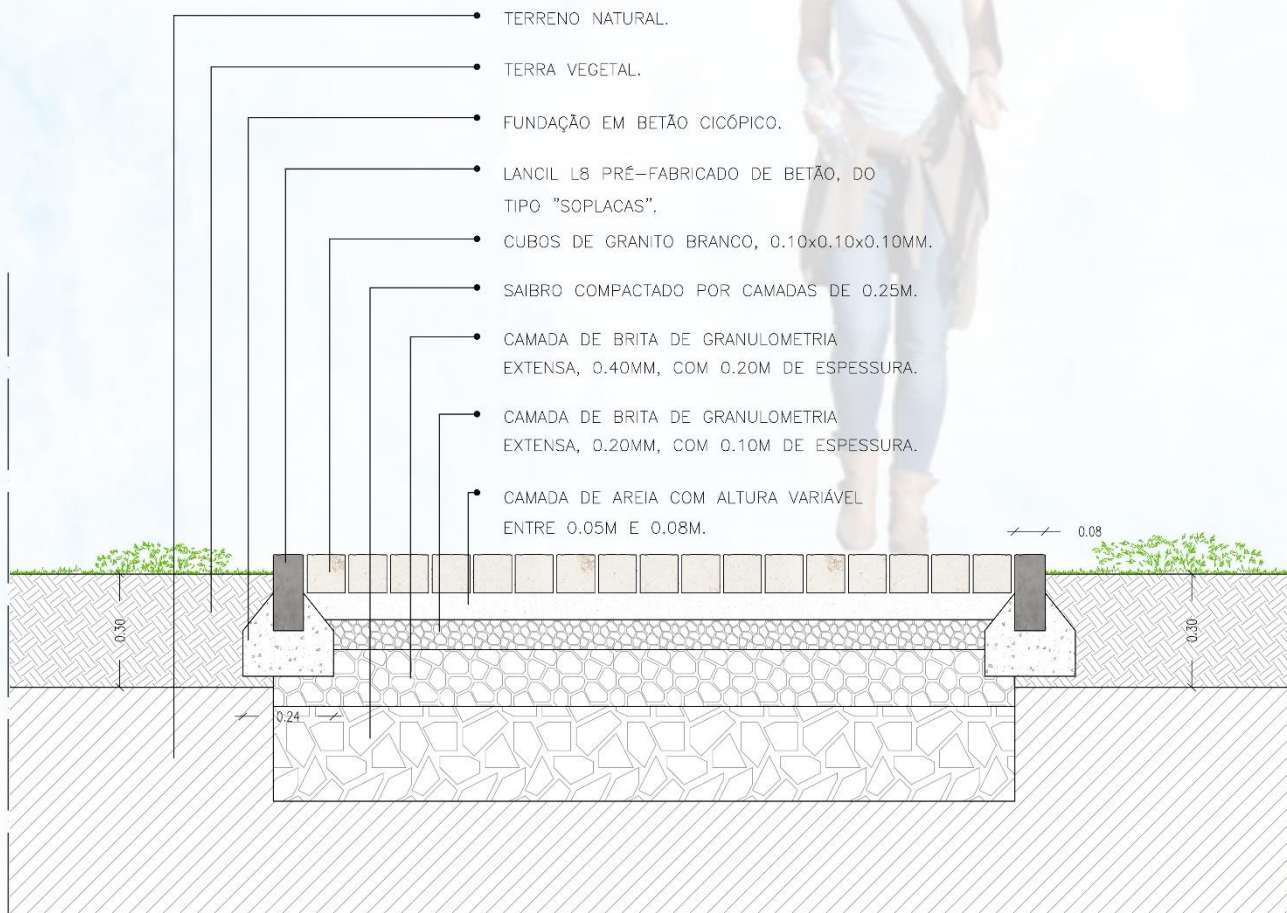
Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 5

CALDEIRA DE ÁRVORE AO LADO DA ÁREA PAVIMENTADA.

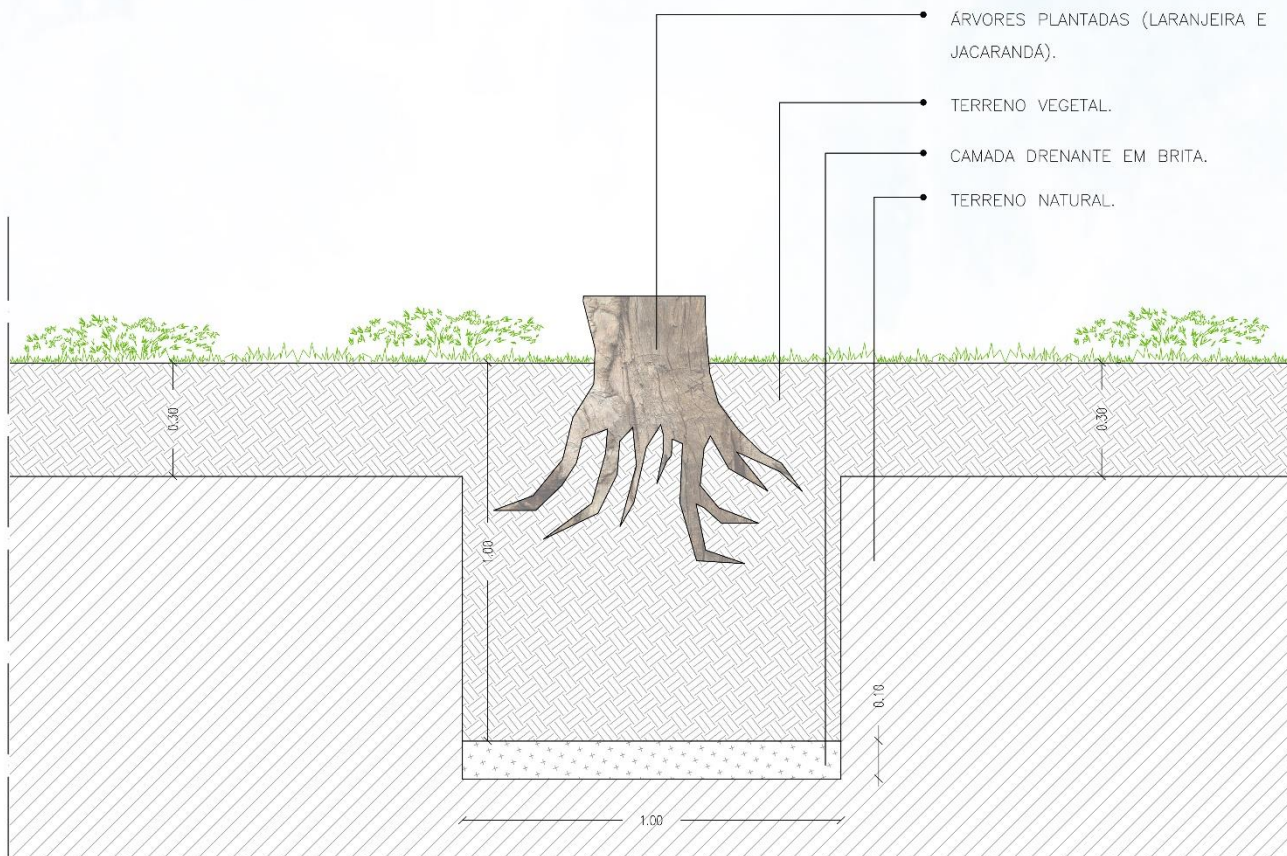
Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 6

CALÇADA REGULAR DE GRANITO.

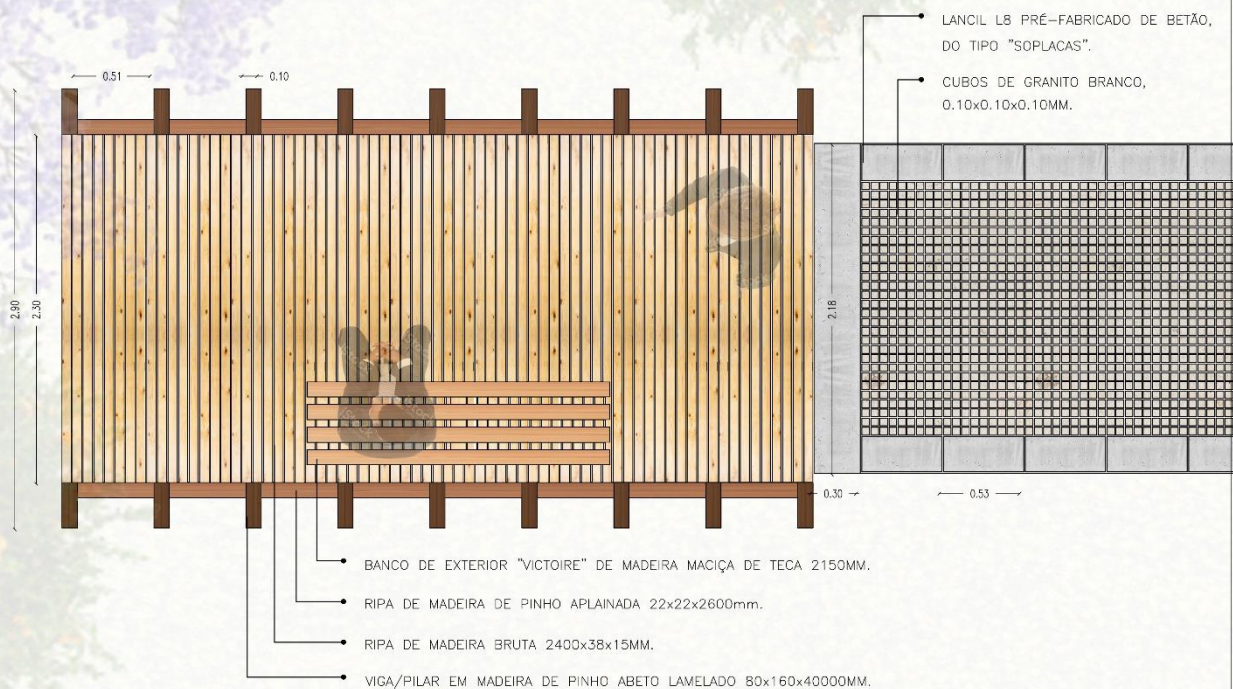
Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 7

CALDEIRA DE ÁRVORE PROPOSTA NA ÁREA VERDE.

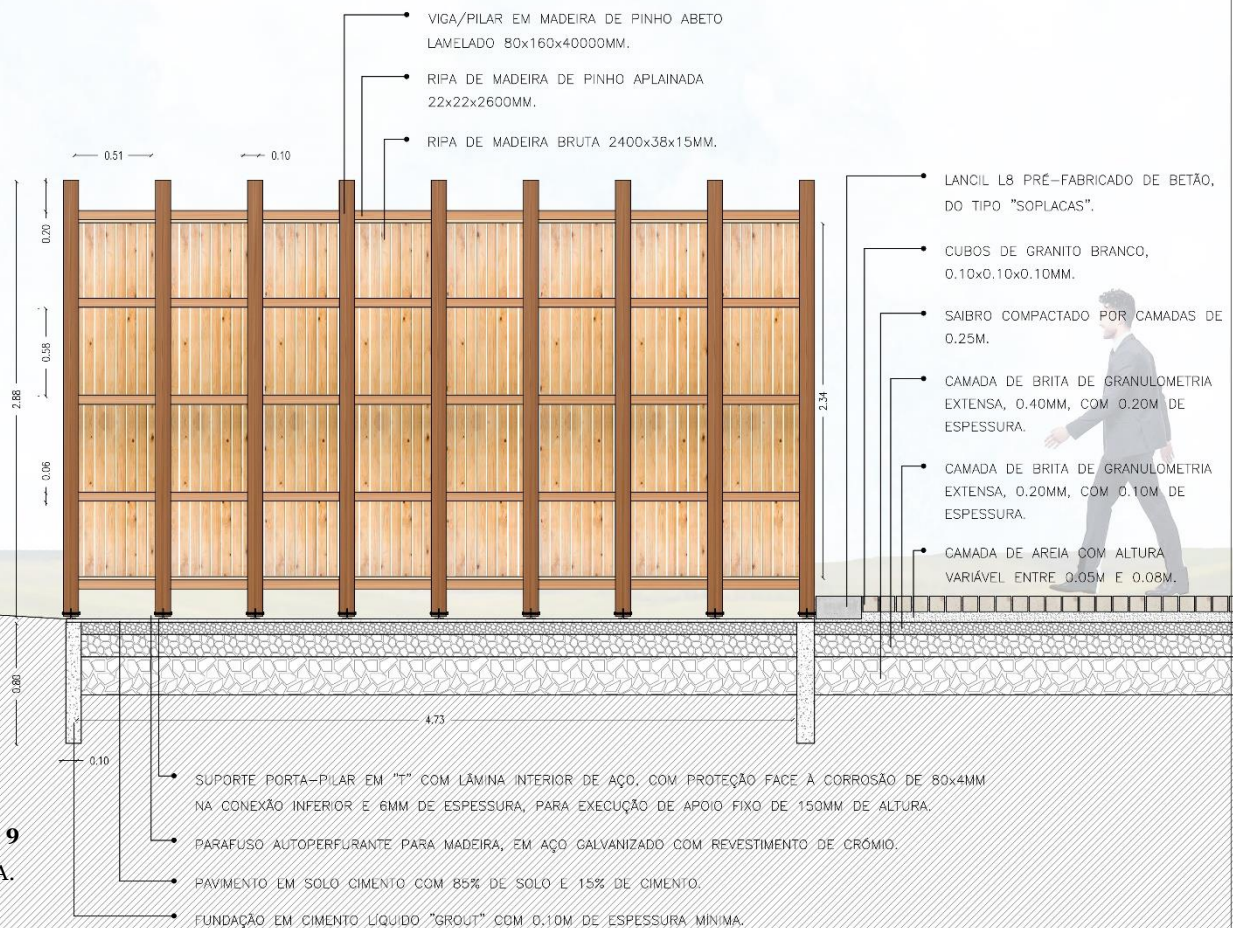
Escala 1:20



PORMENOR CONSTRUTIVO 8

PLANTA DO ESPAÇO DE PAUSA.

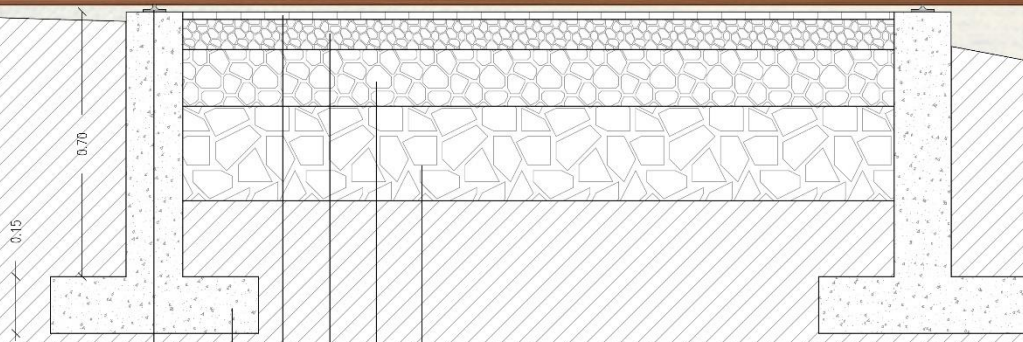
Escala 1:50



PORMENOR CONSTRUTIVO 9

ALÇADO DO ESPAÇO DE PAUSA.

Escala 1:50



- SAIBRO COMPACTADO POR CAMADAS DE 0.25M.
- CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA EXTENSA, 0.40MM, COM 0.20M DE ESPESSURA.
- CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA EXTENSA, 0.20MM, COM 0.10M DE ESPESSURA.
- PAVIMENTO EM SOLO CIMENTO COM 85% DE SOLO E 15% DE CIMENTO.
- FUNDAÇÃO EM CIMENTO LIQUIDO "GROUT" COM 0.10M DE ESPESSURA MÍNIMA.
- SUPORTE PORTA-PILAR EM "T" COM LÂMINA INTERIOR DE AÇO, COM PROTEÇÃO FACE À CORROSÃO DE 80x4MM NA CONEXÃO INFERIOR E 6MM DE ESPESSURA, PARA EXECUÇÃO DE APOIO FIXO DE 150MM DE ALTURA.

PORMENOR CONSTRUTIVO 10

CORTE TRANSVERSAL DO ESPAÇO DE PAUSA.

Escala 1:20

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são construídas por quem as habita, uma vez que são os habitantes que numa linha temporal edificam continua e continuamente uma identidade coletiva. É através das suas histórias e da arquitetura, que as cidades são lembradas e, por conseguinte, na sua expressão arquitetónica são a expressão da resposta que rege a lei das sociedades da polis grega à civitas romana.

A presente dissertação procurou responder, com uma proposta projetual, às necessidades da cidade de Alcobaça, qualquer obra imaginada para uma cidade, deve ser pensada para ser desfrutada, tanto por visitantes como habitantes. Nesta proposta, permaneceu clara a intenção de definir como é que o caminhante iria percorrer o espaço, estimulando as suas reações e emoções ao longo de todo o percurso proposto. Surge assim um percurso pela memória. Um percurso que pretende reavivar a memória de um elemento da cidade, perdido e deixado ao abandono, pretendendo utilizar o caminhar como modo de consciência e pensamento.

Procurou-se aqui refletir, sobre a identificação do homem com o lugar e a cidade, a partir, da sua relação com determinado ambiente entendido, como portador de um significado. Isso resulta da correspondência entre o mundo externo e o interno, entre o corpo e a alma e no sentimento de pertencer. Assim, a atmosfera é constituída por um conjunto de características indeterminadas e atribuídas pelo espaço que, passam a ser percebidas como propriedades concretas do ambiente. O visitante relaciona-se com o entorno a partir das suas perceções, memórias e sensações, pelo que, esta dinâmica, transforma um edifício ou qualquer cidade numa narrativa envolvente que prioriza as coisas que nos rodeiam. Posto isto, foi utilizado o sítio em toda a sua expressão de modo a exibi-lo novamente à cidade de Alcobaça. Despertou uma vontade de voltar a exaltar o Castelo de Alcobaça em si, sendo este capaz de acomodar momentos de lazer para os visitantes ao ar livre, onde a todos fosse proporcionado a experiência de ver, sentir e tocar, a ruína.

O percurso passa então por conduzir o visitante do Mosteiro de Alcobaça ao Castelo de Alcobaça, tomando o seu exterior como lugares de interesse, espaço de vivência coletiva de modo a reacender a identidade da cidade na relação entre fatos arquitetónicos e fatos urbanos, Mosteiro de Alcobaça, Praça 25 de abril, Encosta do Castelo e Centro de Interpretação. Em termos de escala, a proposta tenciona o

realçamento do Castelo ao longo de todo o percurso, pelo que, nenhum elemento projetado afetará a visibilidade e importância do mesmo. Os elementos adicionados pelo projeto, foram pensados de modo a que o Castelo seja sempre o protagonista do percurso. Existindo apenas um momento que permite pela sua escala e situação orientarmo-nos perante as ruínas do Castelo, como da própria cidade de Alcobaça.

A dissertação não só deseja que seja lembrada a memória do Castelo de Alcobaça, bem como da cidade, mas que esta memória seja também desfrutada através de outros programas que proporcionam a permanência de gerações novas e futuras, em Alcobaça, jogando na afirmação do Património, procura-se aqui revitalizar a vivência da cidade. Em si, a viagem do percorrer a Encosta do Castelo de Alcobaça, formaliza um centro de interpretação, que neste acontece.

Um programa que tenciona e cria uma dinâmica, movimentar as pessoas até ao Castelo de Alcobaça, quebrando assim a limitação que existe imposta pelo Mosteiro de Alcobaça, e levá-las a conhecer mais história da cidade. Num quadro mais amplo, manifesta-se a oportunidade ver que os Castelos passem de uma massa em ruína no território, para serem uma oportunidade de ver, tocar, perceber e admirar. Um percurso que traz de novo aos alcobacenses as suas origens, reafirma a posição da cidade, origina várias experiências ao longo do trilho, transforma a paisagem da cidade, e reanima este elemento protagonista da cidade de Alcobaça, o seu Castelo.

Em concreto, procurou-se desenvolver uma trama que evoque a história e memória deste lugar. Deste modo, acredita-se que através da intervenção arquitetónica de objetos-símbolo, no Castelo de Alcobaça, possa despertar a curiosidade sobre os temas do Património Arquitetónico Militar, da Memória e da Paisagem na Arquitetura, como base para futuras intervenções, convicta que neste projeto se materializaram as intenções desejadas, deixando uma pista para intervenções noutras em outras cidades de carácter semelhante.

Folha em Branco

9. BIBLIOGRAFIA

- (5 de julho de 2020). Obtido de Google Earth: <https://earth.google.com/web/@39.56277816,-8.9741255,104.63123217a,34585.57074702d,35y,oh,ot,or>
- Alcoa, O. (1991). Opinião sobre o Castelo de Alcobaça. *O Alcoa*.
- Alcobaça, C. M. (13 de maio de 1997). *Heráldica*. Obtido de Alcobaça: <https://www.cm-alcobaca.pt/pt/menu/1114/heraldica.aspx>
- ALCOBAÇA-VISTA GERAL*. (s.d.). Obtido de Older Dreams: <https://www.lojasonline.net/sn/store/default.cfm?go=show&cat=269&id=258351>
- Alda, F. (2 de maio de 2013). *Restauração de uma torre em Huercal-Overa / Castillo Miras Arquitectos*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-111544/restauracao-de-uma-torre-em-huercal-overa-slash-castillo-miras-arquitectos>
- António, J. (janeiro de 2004). *ResearchGate*. Obtido de Intervenção Arqueológica no Castelo de Alcobaça. Estado Actual dos Conhecimentos e Objectivos: <https://www.researchgate.net/publication/340362302>
- Barbosa, P. G. (1998). *Granjas monásticas e estruturação do território nos Coutos de Alcobaça, in IX Centenario de la fundacion del Cister: II Congreso internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*. Zamora: Ourense.
- Barbosa, S. (15-16 de julho de 2016). *Os Espaços da Morfologia Urbana*. Obtido de Fortalezas: <https://fortalezas.org/midias/arquivos/4730.pdf>
- Bernardes, L. (7 de dezembro de 2022). *Formação de Portugal*. Obtido de TudoEstudo: <https://www.todoestudo.com.br/historia/formacao-de-portugal>
- Calado, M. E. (18 de março de 2019). *O Percuroso como Memória*. Obtido de Repositório da Universidade de Lisboa: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18388>
- Caleiro, L. F. (13 de janeiro de 2020). *O castelo observatório*. Obtido de Repositório da Universidade de Lisboa: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/20399>
- Careri, F. (2013). *Walkscapes- O caminhar como prática estética*. Brasil: Editorial Gustavo Gili.
- Carvalho, J. (27 de junho de 2005). *Castelo de Tomar*. Obtido de Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_Tomar#/media/Ficheiro:Tomar_Castelo_0244.jpg
- Castelo de Alcobaça*. (s.d.). Obtido de Castelos de Portugal: https://castelos-de-portugal.fandom.com/pt/wiki/Castelo_de_Alcoba%C3%A7a
- Castelo de Alcobaça*. (1966). Obtido de SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001780
- Coelho, C. D. (2015). *Cadernos Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa. Os Elementos Urbanos Nº1*. Lisboa: Argumentum.

- Correia, A. M. (29 de abril de 2013). *Lugar, espaço e movimento: o percurso como elemento fundamental da arquitectura*. Obtido de Repositório das Universidades Lusíada: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/258>
- Couto, A. (1957). *Castelo de Alcobaça*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eafi&nipa=IPA.00001780
- Cullen, G. (2009). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Delaqua, V. (s.d.). *Reorganização do Castelo da Colina de Pombal / Comoco*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-41133/reorganizacao-do-castelo-da-colina-de-pombal-comoco>
- Domingues, P. (28 de julho de 2022). *Mértola | O que visitar e fazer?* Obtido de Impulsive Addiction: <https://www.impulsiveaddiction.com/mertola-o-que-visitar/>
- Dornellas, A. d. (maio de 1929). *Revista de História e de Arte*. Obtido de Heraldica de Dominio Alcobaça: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ElucidarioNobiliarchico/V2/NO5/NO5_item1/P1.html
- Figueiredo, A. J. (2001). *Estremadura Arqueológica | Jornadas de Património e Arqueologia do Litoral Centro*. OIKOS.
- Fonseca, C. S. (s.d.). *As granjas cistercienses na estremadura portuguesa: contribuições para uma matriz sócio-econômica*.
- Fortalezas.org*. (1826). Obtido de CASTELO DE ALCOBAÇA: https://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1423
- Fracalossi, I. (s.d.). *Clássicos da Arquitetura: Casa da Cascata / Frank Lloyd Wright*. Obtido de ArchDaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-53156/classicos-da-arquitetura-casa-da-cascata-frank-lloyd-wright>
- Francisco, I. P. (14 de dezembro de 2020). *Narrativas espaciais: A experiência sensorial do percurso arquitectónico, piscinas a céu aberto no Jamor*. Obtido de Instituto Universitário de Lisboa: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/22109>
- Gameiro, R. (1917). *Cerco de Lisboa (1147)*. Obtido de Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cerco_de_Lisboa_%281147%29
- Gonçalves, I. (1989). *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV E XV*. Universidade Nova de Lisboa.
- Granada, J. (6 de junho de 2013). *Intervenção Castelo de Cala / Republica DM*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-118502/intervencao-castelo-de-cala-slash-republica-dm>
- Guedes, A. (1889). *A Villa de Alcobaça. Em Narrativa da fundação das Cidades e Villas do Reino, seus Brasões de Armas, etc*. Lisboa. Obtido de <https://archive.org/stream/archivohistoricoolisb#page/49/mode/1up>
- Guerra, F. (2008). *Castelo de Castelo Novo / COMOCO*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com/230727/castelo-novo-castle-comoco>
- Helm, J. (7 de janeiro de 2012). *Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge / Carrilho da Graça Architectos*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-20123/musealizacao-da-area-arqueologica-da-praca-nova-do-castelo-de-s-jorge-carrilho-da-graca-architectos>
- Herculano, A. (1982). *Monumentos Pátrios 1836-1839*. Lisboa: Editorial Presença.

- J. Taylor. (1973). *O Castelo de Alcobaça. O Alcoa.*
- Larcher, J. d. (1933). *Castelos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Loução, M. (2013). *Paisagens Interiores*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Luís, P. (7 de dezembro de 2022). *Alcobaça*. Obtido de Facebook: <https://www.facebook.com/pedro.luis.904750/videos/5981261091885934>
- MALAGAMBA, D. (s.d.). *Gonçao Byrne Arquitectos*. Obtido de Reabilitação do Castelo de Trancoso: <https://www.goncalobyrbnearquitectos.com/trancoso-castle-home>
- Martins, V. (1956). *Castelo de Alcobaça*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001780
- Mascaró, J. (2005). *Vegetação Urbana*. Porto Alegre: Mais quatro.
- Matias, C. (2003). *Castelo de Alcobaça*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1780
- Matias, C. (2003). *Castelo de Alcobaça*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1780
- Mendes, E., & Bonifácio, H. (2010). *Expansão urbanística de Alcobaça (anos 50) : contributos para a modernidade*. Obtido de Repositório da Universidade Lusíada: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/410>
- Mota, J. C. (14 de março de 2010). *ARCHIVE FOR THE 'AS ORIGENS' CATEGORY*. Obtido de O PSYSAUDOSISTA: <https://psyspace.wordpress.com/category/vale-de-maceira-files/as-origens/>
- Natividade, J. V. (1942). *Obras várias. Alcobaça: edição da Comissão Promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade*.
- Natividade, J. V. (1944). *As granjas do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Boletim da Junta da Província de Estremadura.
- Natividade, V. M. (1960). *Mosteiro e Coutos de Alcobaça. Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no cenário do seu nascimento*. Alcobaça.
- Neves, A. G. (24 de julho de 2017). *Repositório das Universidades Lusíada*. Obtido de Paisagem e arquitetura : três ideais operativos de projeto: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3123>
- Noé, P. (2015). *Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – Guia de Inventário – Fotificações Medievais e Modernas*. Lisboa. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASStudyAndDocuments.aspx?id=78a4d28c-df19-4476-a25b-68235b1b4d7c
- Noel, A. (XVIII). *A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça*.
- Norberg-Schulz, C. (1971). *Existence, Space & Architecture*. Littlehampton Book Services Ltd.
- Nunes, J. d. (1959). *A Torre de Belém: Castelo de Sam Vicente da par de Belém*. Lisboa.
- Oliveira, F. A. (s.d.).

- Pereira, M. (6 de novembro de 2014). *Centro de Visitantes do Castelo de Pombal / COMOCO*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>
- Pereira, M. (19 de outubro de 2019). *ArchDaily*. Obtido de Centro de Visitantes do Castelo de Pombal / COMOCO: https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos?ad_medium=gallery
- Pinto, P. S. (2016). *O fim do cerco de Lisboa*. Obtido de RTP Ensina: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-fim-do-cerco-de-lisboa/>
- Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. (2006). Obtido de Public Space: <https://www.publicspace.org/es/obras/-/project/d167-requalificac-o-da-zona-envolvente-ao-mosteiro-de-santa-maria-de-alcobaca>
- Ribas, S. (12 de maio de 2017). *Mosteiro de Alcobaça | Portugal | Património da Humanidade*. Obtido de YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=x3bL9ZQS_fk
- Ribeiro, J. M. (2012). *TEA HOUSE, MONTEMOR-O-VELHO CASTLE*. Obtido de Divisare: <https://divisare.com/projects/301569-joao-mendes-ribeiro-edgar-martins-tea-house-montemor-o-velho-castle>
- Ruínas do Castelo de Alcobaça*. (s.d.). Obtido de União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria: https://www.jf-alcobacaevestiaria.pt/freguesia/locais-a-visitar/5-ruinas_do_castelo_de_alcobaca
- Santibañez, D. (5 de abril de 2016). *Restauro do Castelo de Baena / José Manuel López Osorio*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/784946/restauro-castelo-de-baena-jose-manuel-lopez-osorio>
- Tomé, M. M. (2016). *Estudo da presença da Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*. Obtido de Repositório da Universidade de Lisboa : <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12097>
- Zumthor, P. (2006). *Atmospheres*. Birkhauser Verlag.